

Quinta-feira, 12 de Agosto de 1976



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## SESSÃO DE 11 DE AGOSTO

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
 Alfredo Fernando Carvalho  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
 Maria José Paulo Sampaio

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 45 minutos.

Foi aprovado o n.º 17 do Diário.

Concluiu-se o debate sobre o Programa do Governo, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Rui Machete (PPD), Torres Campos (PS), João Gomes (PS), Manuel Gusmão (PCP), Jaime Gama (PS) e Figueiredo Dias (PPD) e os Srs. Ministros dos Transportes e Comunicações (Rui Vilar), da Educação e Investigação Científica (Sottomayor Carda), da Agricultura e Pescas (Lopes Cardoso), da Indústria e Tecnologia (Walter Rosa) e das Finanças (Medina Carreira).

Nos termos do artigo 197.º do Regimento, usaram ainda da palavra, em representação dos partidos, os Srs. Deputados Acácio Barreiros (UDP), Álvaro Cunhal (PCP), Freitas do Amaral (CDS), Sá Carneiro (PPD) e Salgado Zenha (PS), tendo o debate sido encerrado com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

Findo o debate, o Sr. Presidente prestou homenagem à Assembleia e, em especial, ao Sr. Primeiro-Ministro, pelo exemplo que durante o debate haviam dado de dedicação ao País.

Seguidamente deu conta de um ofício que lhe fora dirigido pelo Sr. Primeiro-Ministro sobre um pedido de autorizações legislativas limitadas ao período de interrupção da Assembleia, até 15 de Outubro, e marcou esse pedido para a ordem do dia da próxima sessão.

A sessão foi encerrada à 1 hora e 30 minutos do dia seguinte.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Albano Pereira da Cunha Pina.

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alcides Strecht Monteiro.  
 Alfredo Fernando de Carvalho.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.  
 Amadeu da Silva Cruz.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido de Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Pinheiro da Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Riço Calado.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Jorge Santos Ferreira.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

Edmundo Pedro.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Fernando Torres Marinho.  
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco António Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Francisco Patrocínio Martins.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Herlânder dos Santos Estrela.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Jerónimo Silva Pereira.  
 João Francisco Ludovico Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim da Costa Pinto.  
 Joaquim José Catano de Meneses.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.  
 José Borges Nunes.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 José de Melo Torres Campos  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Manuel Barroso Proença.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel João Cristino.  
 Manuel Joaquim de Paiva Pires.  
 Manuel Lencastre Meneses Sousa Figueiredo.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Alzira Costa de Castro Lemos.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Mário António da Mota Mesquita.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.  
 Vitor Manuel Ribeiro Constâncio.

## Partido Popular Democrático (PPD)

Albino Aroso Ramos.  
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.  
 Américo de Sequeira.  
 António Augusto Gonçalves.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António Júlio Correia Teixeira da Silva.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 António Moreira Barbosa de Melo.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando José da Costa.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco Manuel Lumbreras Sá Carneiro.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Bosco Soares Mota Amaral.  
 João Gabriel Soeiro Carvalho.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Guerra de Oliveira Alfaia.  
 Jorge de Figueiredo Dias.  
 Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Camacho.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
 José Júlio de Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Menéres Sampaio Pimentel.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 José Sérvulo Correia.  
 José Theodoro Jesus da Silva.  
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel da Cunha Rodrigues.  
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.  
 Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses.  
 Mária Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Olívio da Silva França.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
 Sebastião Dias Marques.  
 Vasco Valentim Batista de Carvalho.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

## Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canavérde.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José Magalhães Ferreira Polido de Almeida.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes.  
 José Cunha Simões.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Nuno Kruz Abecasis.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

## Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Américo Lázaro Leal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 António Marques Matos Zuzarte.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgete de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 José Manuel Paiva Jara.  
 José Pedro Correia Soares.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Raúl Luís Rodrigues.

Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Vítor Manuel Benito da Silva.

## União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 232 Srs. Deputados, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 45 minutos.*

*Entretanto o Governo ocupara já a respectiva bancada.*

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o n.º 17 do Diário. Há alguma objecção?

*Pausa.*

Como não há objecções, considero-o aprovado.

Atenção Srs. Deputados, a posição horária é a seguinte: o Governo dispõe ainda de sessenta e três minutos, o PS de quarenta e um minutos, o PPD de vinte e dois minutos, o CDS já esgotou o seu tempo, o PCP dispõe de dezanove minutos, enquanto a UDP também já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Anteontem o Ministro Bacelar teceu considerações sobre a ação do meu partido à frente do Ministério dos Assuntos Sociais.

O Dr. Bacelar supôs, aliás, ter descoberto uma crítica definitiva: «Se é tão bom porque o não fizeram?» Num mundo e num País em que os génios não abundam — antes abundam os maus génios e as catarriças ...

*Vozes do PPD: — Muito bem!*

O Orador: — ... difícil seria ser a crítica irresponsável. Aplique-a o Ministro Bacelar a todo o Programa do Governo apresentado. Imagine o povo português a perguntar ao seu Partido porque não fizeram tudo o que de bom agora anunciam, apesar de dispor em no VI Governo de uma equipa maioritária e do Ministério das Finanças.

*Vozes do PPD: — Muito bem!*

*Vozes do PS: — Muito mal!*

O Orador: — A sabedoria popular é bem avisada quando aconselha quem tem telhados de vidro a não atirar pedras ...

*Vozes do PPD: — Muito bem!*

O Orador: — O Programa do Governo, submetido à apreciação desta Assembleia pelo PS, dedica duas escassas páginas à descentralização regional a fazer no continente. Num trabalho que com um orgulho um tanto ingênuo repetidas vezes se proclamou consistir em duzentas e sessenta páginas, itemos de convir que é pouco. A parcimónia do Governo em relação às autarquias locais e a ausência de qualquer menção

quanto às regiões administrativas previstas no artigo 256.º e seguintes da Constituição deixam presumir mais do que o respeito por uma área reservada à competência legislativa da Assembleia, uma carência de pensamento e doutrina nesta matéria. Porém, já as numerosas referências a estruturas administrativas a oriar, sejam elas novas comissões, institutos, gabinetes ou até direcções-gerais, indicam bem que, a propósito das mais diferentes questões, o Governo, ao reorganizar a Administração ou ao assumir novas tarefas, pensa sempre em aumentar a máquina burocrática do Estado e nunca em transferir competências para as autarquias ou, pelo menos, em estudar a possibilidade dessa devolução de poderes.

Quer dizer, um Governo que diz pretender descentralizar, na prática só concentra e centraliza.

Centralização e descentralização não constituem apenas conceitos de que se servem juristas e sociólogos para designar a repartição de poderes e competências entre um órgão central e órgãos periféricos autónomos. Têm um imediato significado existencial e político. Sabe-o instintivamente o nosso povo, acostumado como estava, e ainda está, a depender do Terreiro do Paço lisboeta para a resolução das questões mais simples, mas por isso mesmo mais importantes, como as da água, da luz eléctrica ou da pavimentação das ruas da sua aldeia. As benesses do Poder Central, outorgadas sob a forma jurídico-financeira de participação, constituem e constituem uma forma de caciquismo que nem por ser ao nível central é menos condenável.

O cidadão está hoje, nos mais diversos aspectos, muito mais dependente da Administração e muito mais vulnerável.

Por isso mesmo, os serviços públicos têm de estar próximos das comunidades concretas em que os cidadãos se inserem e serem suficientemente diversificados e dícteis para se adequarem às peculiaridades de cada meio social e de cada região.

Essa necessidade é tanto maior e mais sentida num Estado democrático em transição para o socialismo, em que as actividades da Administração se avolumam e o perigo da dependência do administrado aumenta se não forem tomadas a tempo as medidas adequadas.

Mas não basta que a Administração esteja próxima das comunidades que visa servir. É ainda necessário que o cidadão possa influenciar, por forma determinante, as decisões que dizem respeito às sucessivas comunidades de base territorial em que se acha inserido.

Sem a sua participação nas deliberações, o cidadão não tem garantias de não ser esmagado pelo mau funcionamento de serviços inadequados e dirigidos por entidades estranhas à comunidade ou longínquas e, em qualquer caso, desconhecedoras da realidade, da vivência quotidiana dos problemas da sua aldeia, do seu bairro, da sua freguesia ou do seu concelho.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Muito bem!

O Orador: — A democracia na administração local constitui o complemento indispensável ao princípio do equilíbrio dos poderes públicos que rege a democracia ao nível central do Estado. Nela se consubstancia uma das formas mais decisivas e mais necessárias do controlo da máquina do Estado pela sociedade civil,

isto é, por todos nós. Sem democracia real nas autarquias, a democracia ao nível central é incompleta e por vezes falseada.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto, dir-se-á, são verdades reconhecidas pela nossa Constituição e que o PS não discute.

Não chega, porém, afirmar os grandes princípios. É necessário dar-lhes real conteúdo, sem o que não passarão de slogans demagógicos ou de frases comícieras.

No Programa do Governo nada se diz quanto às atribuições das autarquias quanto aos serviços e poderes que lhes serão cometidos, quanto à forma como se processarão as relações entre a Administração Central e local. A recondução da tutela sobre as autarquias ao âmbito de competência do Ministério da Administração Interna inculca, de resto, que a questão se continua a pôr para o PS nos termos tradicionais do regime anterior ao 25 de Abril, em que aquelas no fundo não eram mais do que simples fórmulas de administração indireta do Estado, ainda que de base territorial.

Fala-se no Programa da nova orgânica do planeamento regional, embora se omita qualquer referência à região administrativa a instituir. Mas como se não diz quem prepara o plano e lhe traça os objectivos e prioridades, quem o executa, acompanha e controla, mais se reforça no leitor a ideia de centralismo.

Também a institucionalização de gabinetes de apoio técnico permite enviar à província delegados do Poder Central, aureolados do prestígio da sua qualidade de especialistas e veículos das opções do Poder Central; tão-pouco esta medida é de molde a reavivar a autonomia local. Significativa, igualmente, é a ausência de qualquer menção à indispensável melhoria das remunerações dos presidentes das câmaras, condição necessária para a sua dedicação em exclusivo ao serviço do concelho.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Sem recursos financeiros e técnicos, os municípios foram forçados a solicitar ao Estado a realização das tarefas que em princípio lhes competiam.

O Estado infiltra-se em todos os lugares em que encontra estruturas debilitadas e, na realidade, substitui-se-lhes. Torna-se, assim, o único e verdadeiro centro de poder e de decisão.

Efectivamente, o problema fundamental, que não chegou a ser posto no Programa, é o do sentido e fins do poder local, do seu papel na construção da sociedade socialista e na defesa da liberdade e dos direitos dos cidadãos. Da importância que reconhecemos ao poder local, da missão e atribuições que tiver, é que hão-de decorrer os meios financeiros e técnicos que serão postos à sua disposição pelo povo, e não por mera concessão do Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Alguns socialistas têm andado preocupados à procura de sinais marxistas no Programa do seu Governo; outros, com diferentes exigências, contentam-se em indagar por índices de socialismo; se uns e outros tivessem antes

procurado marcas de leninismo, a busca teria sido mais fácil, pois o Programa dá claramente dois passos à retaguarda em matéria de descentralização.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esse recuo já era, aliás, previsível quando o PS, ainda no VI Governo Provisório, e contra o nosso voto, fez aprovar um decreto-lei sobre a eleição das autarquias locais, depois não promulgado pelo Presidente da República cessante, em que se autorizava que os Deputados, e até os Ministros, concorressem às eleições locais de concelhos ou freguesias a que são estranhos. Permite-se assim que figuras políticas nacionais dos diversos partidos transformem as eleições locais em minieleições nacionais, com acesas pugnas partidárias, e desvirtuando o acto do seu verdadeiro sentido de escolha dos representantes dos vizinhos da freguesia ou dos habitantes do concelho.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A vingar esta tese, teremos, por exemplo, o Dr. Salgado Zenha presidente do Município bracarense, certamente apenas por alguns dias, ou o Dr. Bacelar membro da Câmara de Vila Nova de Famalicão.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas teremos provavelmente também o major Otelo Saraiva de Carvalho como vereador em Setúbal e assim por diante. (*Risos.*) Será divertido, mas não beneficia a autonomia das autarquias nem o interesse dos povos.

As deficiências que notámos não resultam só de uma insatisfatória ponderação da importância do princípio de equilíbrio dos poderes em que o poder local tem um papel fundamental. Assentam também, por outro lado, na inexistência de um modelo administrativo no programa do PS. Essa falta de uma conceção clara do que deve ser no sistema geral do aparelho do Estado, o subsistema Administração Pública é tanto mais grave quanto a construção para o socialismo democrático só é possível se os governantes dispuserem de uma Administração Pública que seja simultaneamente eficaz e respeitadora dos direitos dos cidadãos. É essa ausência que explica, talvez, porque se não fala no Programa nem ao nível central nem local, de uma lei reguladora da ação administrativa, prevista, aliás, no artigo 268.º, n.º 3.º, da Constituição, bem como porque se omite qualquer referência ao necessário reforço das garantias jurisdicionais dos administrados através da revisão do contencioso administrativo. É ainda essa falta de um modelo coerente de Administração Pública que leva a não valorizar-se suficientemente os funcionários públicos e, por reflexo, os reformados da função pública.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Já o PS negou aqui a existência de qualquer sonho mexicano, de qualquer desígnio de, através do domínio do aparelho do Estado e da distribuição dos cargos e favores públicos, conseguir uma hegemonia do Estado que não tivesse qualquer cor-

respondência ou suporte eleitoral. Fazemos jus à natureza democrática do PS e à inteireza de carácter do Dr. Mário Soares e dos seus pares e não duvidamos que esse delírio onírico seja mera fantasia. A relevância do papel que numa democracia como a nossa deve caber às autarquias constitui um óptimo ensejo para nos factos evidenciar o desejo de que o poder equilibre o poder. Haverá, para isso, que introduzir as necessárias correções à filosofia do Programa.

Não quero terminar sem endereçar ao Sr. Dr. Mário Soares e aos outros Srs. Ministros as saudações amigas de um adversário político, que como todos os sociais-democratas preza acima de tudo os interesses de Portugal e o povo português e que, por isso, faz votos para que o Governo governe.

*Aplausos do PPD.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Rui Machete falou durante 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações.

**O Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações (Rui Vilar):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esperava sinceramente ter a oportunidade de saudar V. Ex.<sup>a</sup> e esta Assembleia como Deputado. Afinal, faço-o como membro do Governo: com o mesmo respeito e a mesma emoção, mas também com o mesmo sentido do dever para com os nossos concidadãos que nos elegeram.

O capítulo dos transportes e das comunicações mereceu, no debate até agora realizado, uma aceitação generalizada e as observações que foram formuladas entendi-as mais como pedidos de esclarecimento, do que como objecções à orientação proposta para o sector.

Permitir-me-ão, pois, VV. Ex.<sup>as</sup> que conclua, talvez imodestamente, que o Programa é equilibrado e enuncia com suficiente rigor os problemas, os objectivos a atingir e as medidas de política.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E isto porque a importância do sector, quer na perspectiva económica e financeira, quer no quotidiano da vida das pessoas não escaparia à perspicácia política da Assembleia.

Bastará recordar que o sector contribui com 7% para o PIB, representa quase 20% da FBCF e ocupa quase 300 000 trabalhadores para que tenha constituído motivo da vossa ponderada reflexão.

Os transportes e comunicações, para além de serem o sistema vascular da economia, representam uma tal utilidade (e, outras vezes, um tal incómodo!) para o dia-a-dia das pessoas, que espero tenhamos ocasião, Assembleia e Governo, de aqui discutirmos algumas das opções a tomar e que mais dizem respeito aos interesses directos das populações de que VV. Ex.<sup>as</sup> são representantes e mandatários com procura plena.

As principais preocupações manifestadas pelos Srs. Deputados referiram-se aos deficits das empresas do sector e aos transportes das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Antes, porém, de abordar estes temas gostaria de sublinhar alguns aspectos de ordem geral que me

parecem ser pano de fundo impulsionador e condicionante de quaisquer soluções parciais.

O sector encontra-se numa situação económica e financeira de crise, imediatamente transparente nos vultosos *deficits* de exploração (5,8 milhões de contos em 1975, quase 8 milhões de contos no corrente ano), mas situação particularmente grave como resultado de uma progressiva degradação económica. Esta situação, que no regime anterior só era expressiva no domínio dos transportes terrestres colectivos e nas telecomunicações, veio atingir nos últimos dois anos os transportes marítimos e aéreos quando a descolonização lhes retirou privilégios e monopólios de que beneficiavam.

A falta de investimentos, a política de baixos salários e as deficiências do planeamento e da coordenação entre modos de transporte traduziam, no fundo, a lógica do sistema então vigente em que os transportes colectivos interiores eram utilizados como instrumento de transferência financeira do sector público para o sector privado ou para manter situações artificiais. Assim se explica que num país pobre, com largas zonas do seu território mal servidas, o recurso ao transporte individual tenha tido o crescimento que todos conhecemos.

As nossas cidades fazem lembrar aquilo que o Ministro Lundqvist da Suécia dizia: «Já não há transporte, só há tráfego!»

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que ficou dito coloca os transportes e as comunicações na posição de sector teste (ou sector exemplar, se quisermos) da política de um governo socialista:

A sua recuperação minimamente coordenada só poderia operar-se detendo o sector público o seu domínio estratégico, pelo que a sua socialização se torna evidente.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:**

O desafio ao sector público de demonstrar a sua capacidade de gerir com eficiência — não segundo o critério do maior lucro, mas sim pelo da maximização das economias globais e pelo indicador da produtividade global dos factores.

A necessidade de privilegiar os consumos colectivos, satisfazendo com justiça e acrescida qualidade as necessidades sociais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Perguntou um Sr. Deputado como vai o Governo atacar os *deficits*; atacar, e não eliminar.

Eu respondo: para além da melhoria técnica da gestão e do indispensável aumento do investimento, definindo e aplicando uma política financeira vertida em contratos-programa, que responsabilizem as empresas, mas política que respeite as seguintes orientações:

a) O investimento nas infra-estruturas de longa duração deverá ser realizado a fundo perdido;

- b) As imposições de serviço público serão objecto de indemnizações compensatórias da exploração;
- c) O investimento em material de transporte deverá ser financiado a prazos adequados à respectiva amortização e a custos preferenciais;
- d) O sistema tarifário deve traduzir os custos de produção em relações bem determinadas;
- e) Finalmente, o estabelecimento de um programa de eliminação dos *deficits* acumulados, como ponto de partida para o saneamento financeiro do sector.

Basta referir que os encargos financeiros representam no sector dos transportes mais de 7 % dos custos totais e nas telecomunicações mais de 13 %. É uma situação insustentável.

Das questões que foram suscitadas, a que mais atenção mereceu foi a dos transportes nas ilhas atlânticas.

Aponta claramente o Programa para a melhoria das ligações entre as ilhas, dos arquipélagos com o continente e com o estrangeiro. É objectivo elemental. Não se trata apenas de minimizar os custos da insularidade e de responder a aspirações antigas, mas também de contribuir para a integridade do conjunto nacional, unindo e não separando.

*Applausos do PS e do PPD.*

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — A política de transportes será sempre definida com a plena participação dos governos regionais, no respeito pela orientação inserta no título VIII da Constituição da República e nos estatutos das regiões autónomas, cabendo àqueles governos a escolha das prioridades dentro da afectação regional dos recursos.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nas ligações internacionais, dado o sistema de reciprocidade vigente nas linhas aéreas regulares e a norma internacional de repartição de tráfego no transporte marítimo — as conhecidas, 40,20 da UNCTAD —, haverá que ter todo o cuidado na protecção da nossa balança de fretes, no incentivo das correntes turísticas e no sentido da melhor utilização do equipamento disponível, pelo que terá de ser estabelecida uma política de interesse nacional, sempre respondendo às necessidades reais e ao carácter específico dos tráfegos insulares.

**Uma voz do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto aos transportes aéreos, as ligações não regulares já se encontram liberalizadas. Quanto aos voos internacionais regulares, fundamentalmente a cargo do operador nacional, estudar-se-á a abertura do tráfego a novos operadores estrangeiros, através de acordos bilaterais, quando tal contribua para a conquista de correntes turísticas estáveis.

Em matéria de transportes aéreos ainda, prevê-se a curto prazo a regionalização da empresa SATA, tornando-a empresa pública, com adequada partici-

pação das autoridades regionais nos diversos órgãos da empresa.

Mas a política aérea dos Açores deverá ser objecto de revisão global por um grupo de trabalho presidido por um representante do governo regional e integrado por representantes de todas as ilhas, da SATA, da TAP e do Governo Central. Tal permitirá definir muitas opções, designadamente o discutido problema das «portas principais» e da ampliação ou construção de novas pistas. Desde já e a curto prazo o Governo prevê a abertura do concurso para a melhoria da aerogare de Santa Maria e da construção do hangar de Ponta Delgada.

Quanto à Madeira, a principal reivindicação é a extensão da pista do Funchal. Pode estar descansado o Sr. Deputado do PPD Fernandes Loja.

Os estudos realizados separadamente por dois consultores internacionais e as análises posteriores realizadas pela Direcção-Geral da Administração Civil e não apenas por um dos seus técnicos confirmaram a localização do actual aeroporto como única solução aconselhável.

Possuo anunciar que o Governo abrirá este ano o concurso para a elaboração do projecto para ampliação da pista até 2350 m (+850 m do que a actual), projecto que aproveitará o máximo de possibilidades naquela localização, mantendo o aeroporto sempre operacional e permitindo o acesso a qualquer tipo de avião comercial, ainda que com algumas penalizações nos voos intercontinentais.

*Aplausos do PS, PPD e CDS.*

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nos transportes marítimos enfrentam-se imediatamente problemas em matéria de infra-estruturas portuárias, inadequação da frota e fretes caros e, mesmo assim, obrigando a subsidiar as empresas locais não nacionalizadas.

O Governo aguarda as conclusões, que se esperam para breve, do estudo determinado por uma resolução do Conselho de Ministros de 30 de Abril passado, com vista ao estabelecimento de um plano racional de transportes marítimos, para servir a política de abastecimento dos arquipélagos e o escoamento dos seus produtos.

As conclusões de tal estudo serão publicadas e sujeitas a discussão. As decisões a tomar não serão de curto prazo e representam opções fundamentais; só para citar um exemplo: concentração ou dispersão do tráfego oceânico. Mas não pode o País permitir-se ter um paquete com capacidade de 400 lugares a transportar uma média de 30 passageiros por viagem. Não me peçam que o *Funchal* continue a servir de transporte de passageiros!

Em síntese, e quanto aos transportes marítimos, a orientação imediata será no sentido da melhoria e reequipamento dos portos, do redimensionamento da frota, da revisão dos custos de transporte.

Havia mais a dizer, mas por aqui fico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Aplausos dos Deputados do PS e PPD.*

**O Sr. Presidente:** — A intervenção do Sr. Ministro durou 12 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Torres Campos.

**O Sr. Torres Campos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Na sessão de segunda-feira desta Assembleia o meu camarada Vítor Constâncio explicitou as razões que levam o Grupo Parlamentar Socialista a apoiar o programa económico do Governo e teve oportunidade de salientar devidamente as principais características do modelo de política económica contido nesse programa.

Tendo em conta essa análise global, proponho-me agora abordar alguns aspectos parciais do Programa apresentado pelo Governo, igualmente com a finalidade de sobre eles tornar explícita a razão do apoio que lhe damos e procurando esclarecer posições que, no debate aqui travado, foram aqui e ali estigmatizadas como menos claras.

Referir-me-ei à dinâmica do processo produtivo contido no Programa no que concerne à indústria, e em particular referirei aspectos que julgamos da maior importância e que dizem respeito à vida das empresas, que são, como se sabe, as verdadeiras células da actividade económica.

Em primeiro lugar, convém salientar que o Programa adopta deliberadamente uma atitude expansionista da economia; é um verdadeiro desafio que o Partido Socialista lança a si mesmo e ao País, correspondendo à ideia desde sempre reclamada de que rejeitamos o socialismo de miséria e de que a justiça social só se alcançará se houver, simultaneamente, melhor distribuição da riqueza e deliberado aumento do produto a distribuir.

A par da ênfaseposta na indiscutível necessidade de aumentar e melhorar a produção agrícola, bem como no ulterior aproveitamento dos produtos da terra, o Programa contém um enunciado ambicioso de projectos industriais, situando a indústria como principal motor do nosso desenvolvimento no futuro próximo.

A enumeração que consta do Programa é, quanto a nós, bem demonstrativa da vontade de infletir, na correcta direcção, as linhas mestras da industrialização portuguesa. Destaco, em especial, alguns pontos:

1.º O aproveitamento integral de recursos naturais do nosso país, como é o caso dos minérios de ferro de Moncorvo, das pirites de Aljustrel, do volfrâmio e do urânio da Beira, dos sienitos de Monchique, das lenhites de Rio Maior, etc., além do reforço da prospecção petrolífera.

A escassez de tempo não me permite referir em particular algumas das objecções ainda ontem aqui levantadas pelo Sr. Deputado Abecasis, do CDS, mas penso que a leitura correcta do Programa bastará para o elucidar, ainda que, infelizmente, não deva ser das lenhites de Rio Maior que possamos esperar uma colmatagem completa das nossas carências energéticas.

2.º O desenvolvimento da indústria pesada e das fontes de energia, condição indispensável para assegurar a actualização e progressivo domínio das tecnologias e para diminuir os graus de dependência do estrangeiro, que actualmente são demasiados. E também aqui é evidente que acompanharemos as preocupações, também expressas ontem pelo Sr. Deputado, de transferir para a indústria nacional pesada a parte possível dos equipamentos que haja que fazer nesta matéria.

A propósito deste ponto é útil rebater algumas ilações que têm sido apressadamente feitas no decurso deste debate quanto ao significado de se preverem investimentos de 90 milhões de contos para esta indústria, a indústria pesada, traduzindo-se apenas na criação de 20 000 novos empregos. É evidente que o mesmo volume de investimento aplicado em indústrias ligeiras conduziria à criação de maior número de empregos directos. E tal não está excluído no Programa, bem pelo contrário. Mas é também evidente que, se fizermos apenas investimentos em indústrias ligeiras, estaremos sistematicamente a aumentar a nossa já grande dependência externa, quer em matérias-primas, quer em equipamentos, quer em mercados, com todos os inconvenientes que as flutuações económicas internacionais necessariamente acarretam.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Há que procurar um conveniente desequilíbrio entre a indústria pesada e a indústria ligeira de modo a criar empregos e a contribuir para o aumento do grau de uma efectiva independência nacional.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, não tem sido dito pelos Srs. Deputados que atacam os investimentos de capital intensivos (chamando-lhes por vezes investimentos capitalistas, talvez para criar a ideia de que se opõem aos socialistas, não sei) que tais investimentos são altamente reprodutivos em todo o tecido da actividade económica, desde a construção civil às indústrias subsidiárias, passando pelos transportes, serviços, etc. Aumentar decisivamente o quadro das relações interindustriais adentro da economia portuguesa é um dos meios mais eficazes para assegurar uma múltipla via de criação de empregos.

3.º O lançamento de indústrias novas que, com viabilidade económica a médio prazo, sejam substitutivas de importações e correspondam a necessidades reais da economia portuguesa: é o caso das máquinas-ferramentas, dos tractores, da maquinaria agrícola, dos electro-domésticos, dos automóveis e outras.

Não se trata de reeditar uma política de autarquia económica baseada em salários baixos e pautas alfandegárias altas (este foi o sonho, muitas vezes realizado, de pseudo-empresários que conhecemos durante demasiado tempo), mas sim de arrancar decisivamente com todas as enormes potencialidades que os trabalhadores portugueses, em todos os graus da hierarquia do trabalho, já demonstraram possuir.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — 4.º Finalmente, devo ainda destacar o propósito de efectuar determinadas reorganizações sectoriais de indústrias demasiado atingidas por defeitos de estrutura (dimensão inadequada, debilidade financeira, técnica incipiente, ausência de organização, etc.). É este o caso de sectores muito importantes na indústria portuguesa e actualmente ou potencialmente grandes exportadores, como acontece com grande parte da têxtil algodoeira e quase toda a dos

lanifícios, com a cristalaria, a fundição, a cortiça, várias indústrias alimentares, etc.

O menos que se pode dizer é que, com este Programa, não vai faltar que fazer a todos os que, de uma forma ou de outra, tinham que intervir no processo de industrialização.

O outro aspecto que pretendo abordar liga-se com a realidade empresarial. Ainda na segunda-feira, salvo erro, um Sr. Deputado, julgo que do CDS, se interrogava sobre qual seria a lógica empresarial e se o Governo aceitava a «lógica» do mercado.

Nós, socialistas, estamos sobremaneira interessados na definição de uma lógica empresarial e esta terá de ser, em traços gerais, a de assegurar um contributo positivo para o desenvolvimento da colectividade, o que implica necessariamente a satisfação dos que nela trabalham, a prática da democracia e a obtenção de elevada eficiência interna e o que implica também que as empresas sejam entidades autónomas e responsáveis. Nós defendemos a autonomia das empresas, a começar pelas empresas públicas, porque rejeitamos aquilo que se chama capitalismo de Estado. Creio, aliás, que fomos os primeiros a fazê-lo. Dentro do domínio de actividade que lhe seja reservado é, pois, evidente a possibilidade de actuação das empresas privadas.

Estamos naturalmente menos interessados na chamada «lógica» do mercado, pois a experiência tem demonstrado que essa «lógica» funciona sempre para o mesmo lado, a saber: o do interesse directo e imediato dos empresários privados.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não recusamos a utilização de um certo número dos chamados mecanismos de mercado que podem evitar uma demasiada rigidez na economia, dificilmente compatível com o conceito de liberdade e de actuação descentralizada que o Partido Socialista defende, mas eles terão de ser remetidos para o lugar secundário relativamente ao plano que lhe cabe na sociedade que estamos a construir.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É na vida das empresas que, nos próximos anos, vai jogar-se uma parte importante, se não a mais importante, da efectiva construção do socialismo. Os socialistas têm afirmado que tal construção só se fará na medida em que seja expressamente desejada pela maioria da população portuguesa. E a sua prática política tem demonstrado que serão parceiros honestos neste jogo; é o sentido do conceito «concorrencial» que tem alimentado várias interrogações neste debate e que o meu camarada Vítor Constâncio desenvolvidamente esclareceu. Mas não estamos naturalmente dispostos a fornecer à «concorrência» trunfos suplementares ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vem isto a propósito de casos conhecidos — e não poucos — em que uma política de nacionalizações vem finalmente a redundar em reforço das economias capitalistas. É muito simples: os sectores nacionalizados e em particular os que correspondem ao funcionamento de infra-estruturas ou indús-

trias básicas passam a fornecer sistematicamente os seus produtos ou serviços a preços ou em condições inferiores aos que seriam normais, donde resulta forçosamente a melhoria das condições de funcionamento do sector privado, assumido *a priori* como mais dinâmico. É a velha teoria da socialização dos prejuízos e da privatização dos lucros.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A consolidação das nacionalizações e a recusa da recuperação capitalista estão claramente expressas no Programa do Governo e que aliás mais não traduz do que o que dispõe a Constituição e que a maioria do povo português claramente manifestou desejar.

Argumenta-se com os prejuízos das empresas nacionalizadas. É certo que muitas empresas nacionalizadas estão em situação deficitária e o Programa do Governo é o primeiro a reconhecê-lo. Mas é preciso igualmente recordar quais as razões desses prejuízos. Ora, fazendo essa análise, verifica-se imediatamente que os prejuízos, quando existem (pois é bom saber-se que também há empresas nacionalizadas que dão lucros), não derivam do facto de as empresas terem sido nacionalizadas e na maioria dos casos, se não na totalidade dos casos, os prejuízos já vinham de muito antes do 25 de Abril.

Para além disto, prejuízos houve que derivaram directamente da política de preços vigentes durante o ano de 1975. Se isto provasse alguma coisa ou se tal precisasse de prova, o que se poderia concluir era o fracasso da empresa privada.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O limite de tempo não me permite responder a alguns dos pontos que o Sr. Deputado Abecasis ontem aqui levantou, em particular quanto ao funcionamento da indústria dos cimentos, que conheço relativamente bem. Só lhe queria dizer duas coisas. A primeira é que registo com agrado que um Deputado do Centro Democrático Social proponha que se nacionalize uma determinada actividade. Em segundo lugar, para lhe dizer que, em matéria de preços e de uniformização de preços, está decidido e já está a ser aplicado o esquema que permite que na Madeira e nos Açores o cimento se venda rigorosamente ao mesmo preço que em Lisboa e no Porto e que tal só foi possível por se estar no âmbito de uma empresa pública.

Em relação a vários Srs. Deputados que aqui se têm feito eco da insularidade e de custos de insularidade, estamos a responder com actos que já estão em execução.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Desejava ainda fazer uma referência final à intervenção dos trabalhadores na vida das empresas, mas, por limite de tempo, suprimo esta parcela que, aliás, foi abordada ontem, muito mais brilhantemente do que seria por mim, pelos meus camaradas Aires Rodrigues e Marcelo Curto.

O que queria dizer, a finalizar, é que considero que o Programa do Governo ora em debate representa e é todo ele um programa de aprendizagem da demo-

cracia. E estamos certos que o povo português continuará a passar com distinção os próximos exames.

Tenho dito.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — A intervenção do Sr. Deputado Torres Campos teve a duração de doze minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Gomes.

**O Sr. João Gomes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: No agitado, cansativo e saturante processo vivido entre nós, ao longo de dezanove meses, numa luta sem tréguas pela liberdade e pelos direitos essenciais do homem, a comunicação social ocupou lugar cimeiro, tornou-se presa desejada e em grande parte conseguida,olveu-se no mais pesado pilão que jamais esmagou e atordiou os cérebros dos homens e das mulheres deste país. Foi a política da martelada na cabeça, do pensas (como nós) ou levas.

*Risos.*

Na verdade, atendendo à política de assalto e domínio praticada durante meses em Portugal, no campo da informação, por forças hoje mais do que identificadas, não pode deixar de nos surpreender que haja sido da zona geográfica onde tais forças se situam nesta Casa que tenham partido dúvidas e receios acerca da futura actuação governamental. Foi afirmado aqui, com efeito, pelo PCP: «No que respeita à liberdade de expressão do pensamento, designadamente à liberdade de imprensa, o Programa do Governo indica uma orientação para os grandes meios de comunicação social que mais parece apostada em assegurar a sua utilização pelo partido no poder do que assegurar o pluralismo de que tanto se reclama.»

A minha surpresa não pode deixar de aumentar ao recordar a afirmação feita pelo autor de tais palavras — o Dr. Álvaro Cunhal — a uma grande jornalista italiana (Oriana Fallaci), segundo a qual: «Se os operários consideram que um director ou uma redacção são contra-revolucionários, têm todo o direito de impedir que essas entidades continuem a ocupar tais postos. Têm até mesmo o dever espiritual e político de o fazerem. Em qualquer ponto do País os operários podem expulsar o director.»

E o certo é que os operários, convenientemente oleados por certo partido político com assento nesta Câmara, cumpriram bem o seu «dever espiritual e político» expulsando os directores do *Diário de Notícias* e do *República*...

*Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS.*

... e urdindo a incrível manobra de força no jornal *O Século*, que levou ao engendrar de um director «apartidário» que nada dirigia, mas tudo consentia a favor de certa orientação ideológica.

Estranho receio, pois, de quem assim se exprimiu e orientou a política do seu partido nos termos e pela forma que o povo português conhece de sobejos. Surpreendente receio de quem, havendo subjugado ao laço apertado das mais «amplas liberdades» a informação deste país, tema agora que «a imprensa estatizada se torne um instrumento do partido no Poder, passando assim na prática o departamento de propaganda do mesmo partido a desenvolver grande parte

da sua acção à custa dos dinheiros públicos». Que haverá de essencial subjacente a estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Tentativa de ocultar o passado? Manobra destinada a lançar a confusão? Sentimento de culpa e remorso? Inveja, pura inveja, a traer o pensamento e a vontade de quem, tendo-se já sentido dono deste país, é forçado a aceitar uma realidade que se chama Constituição, a qual insoreve essa outra grande conquista popular que é a liberdade de expressão e informação? Aqui estão interrogações que alguns psicólogos não desdenhariam escalpelizar.

Mas convirá perguntar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até que ponto é que a política oportunista e aventureirista que durante o gonçalvismo se consumou no assalto e domínio da maior parte dos órgãos de informação não é altamente responsável pelo aparecimento de todas as *Ruas* que proliferaram neste país...

*Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS.*

... pelo atrevimento de linguagem que as mesmas se permitem. Sem a escandalosa desfaçatez daquela política, que o povo liminarmente recusou, teria a imprensa de extrema direita, inimiga declarada da liberdade e da democracia, o desplante de surgir e de se exprimir nos termos em que o faz?

A Sr.ª Emília de Melo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por mim, penso que não.

Anda bem por isso o Governo Socialista ao recordar na parte do Programa relativa à comunicação social a sua determinação de também nesta parte respeitar escrupulosamente «o texto constitucional e o espírito que o anima». Ora, a Constituição é clara nos princípios que enuncia e nos mecanismos que avança para que a prática da expressão e o direito a informar e a ser informado não fiquem dependentes dos caprichos do Executivo nem entregues a manobras mais ou menos ocultas que no passado levaram à recusa de editar livros, à não publicação de artigos, a saneamentos selvagens, à manipulação de assembleias, à instauração de poderes paralelos no interior das empresas, à entrada maciça de pseudojornalistas recrutados a partir de critérios de mera ordem político-ideológica, sem preparação nem condições mínimas para o desempenho das tarefas profissionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pseudojornalistas que, relutantes em aceitar o pluralismo, não hesitam em camuflar, quando não mesmo omitir, os factos e as opiniões que lhes não convêm.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo do PS julgou por bem salientar no seu Programa «o reconhecimento da liberdade de empresa editorial, pressuposto indisfarçável da liberdade de imprensa». Julgo acertado que o tenha feito, pois numa altura em que a democracia em Portugal é ainda uma realidade a consolidar em grande medida não faltam já os que se encresparam contra tal liberdade de imprensa, sob o pretexto de que ela vai permitir a organização da direita fascista.

E nem admira que assim seja se tivermos presente que aqueles que defendem esse ponto de vista são os mesmos que nos seus órgãos de informação dão provas de considerável intolerância, nas palavras e nas imagens, que falam como se fossem os donos e intérpretes da Revolução.

A reestruturação dos meios e órgãos de comunicação social é outro dos pontos que o Governo se propõe atacar, entre os quais, naturalmente, a reestruturação das empresas da imprensa escrita estatizada. Atendendo às centenas de milhares de contos que tais empresas têm exigido do erário público, julgo seria interessante revelar ao povo português o resultado de estudos já feitos ou a levar a cabo, estudos que permitam evidenciar a triste herança do fascismo na estrutura irracional daquelas empresas, bem como o agravamento da situação das mesmas no período gonçalvista.

Embora não explícita nas medidas preconizadas, julgo estar contido no espírito do Programa do Governo Socialista a montagem de centros técnicos a nível distrital que fomentem e favoreçam a circulação de informações, o fornecimento de material destinado aos órgãos de dimensão nacional. E enquanto tais centros não existirem, abertos igualmente a órgãos estatalizados e à imprensa de propriedade privada, equipados de *telex*, telefones e *telecopiers*, bem como de pessoal técnico apto a utilizar eficazmente tal material, não se vê bem como é que os grandes órgãos de informação poderão proceder à cobertura minimamente aceitável dos acontecimentos e da realidade no conjunto do território nacional. E essa cobertura afigura-se indispensável na tarefa urgente de conhecer e revelar o País, de conhecer e revelar as condições de vida do nosso povo. O que urge acabar é com as páginas dos grandes jornais portugueses preenchidas com temas estrangeiros sem grande interesse ou com questões de somenos, quando o quotidiano essencial do povo português permanece ignorado, a reclamar profundas transformações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sector declarado em crise, as mudanças previstas na informação têm causado apreensão em muitos jornalistas. Alguns receiam pelo futuro, enquanto outros vêem já diante de si o espectro do desemprego. Não creio, porém, salvo o caso de trabalhadores recentes, sem o mínimo de qualidades e condições, que haja motivos para temor. Órgãos de informação têm-los-emos a mais. Profissionais da informação, não. Precisaremos, talvez, de intensificar os cursos, os debates, as reciclagens, como, aliás, prevê o Programa do Governo. Precisaremos de trabalhar afincadamente, de recorrer ao diálogo franco, construtivo e respeitador.

Mas desde que tal se consiga não se vê que haja situações intransponíveis nem obstáculos sérios que impeçam a busca para os jornalistas das condições de vida sem as quais se torna impossível um digno e cabal desempenho das suas importantes tarefas.

As soluções radicais exigidas pela crise da economia portuguesa, o novo modelo de desenvolvimento de que há dias aqui nos falava o Sr. Ministro da Coordenação Económica e do Plano, supõem um contacto permanente e profundo com o nosso povo, um conhe-

cimento exaustivo das suas condições de vida. E para tanto, a par dos partidos e das organizações populares de base democraticamente constituídas, cabe aos profissionais da informação um importante e decisivo papel.

Como igualmente importante é a actividade a desempenhar pela imprensa regional no que respeita à transmissão de informações e conhecimentos, à transformação das mentalidades, aos processos de actuação pessoal e em grupo, ao desenvolvimento da dinâmica que leve toda a população a ser parte responsável nas soluções radicais que arranquem este país às garras do subdesenvolvimento, do atraso e da miséria.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Dada a actual pobreza de meios e embora nalguns casos possa ser aconselhável uma fusão dos títulos da imprensa regional, muitos desses jornais precisam, merecem e justificam pela sua repercussão apoio no que toca ao preço do papel, a certas taxas fiscais e postais, apoio técnico e humano, sem pressões, domínios ou ingerências.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — É esse, com certeza, o sentido da orientação proposta pelo Governo PS no seu Programa. E estou certo de que o apoio realista que for possível fornecer e do clima de confiança que se venha a criar resultará uma nova face para a imprensa regional portuguesa e um redobrado proveito para a forma de pensar e de agir do nosso povo.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados do PS e do PPD.

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado João Gomes durou doze minutos.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica.

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Sottomayor Cardia): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com satisfação volto a esta tribuna. Mas não esconde que essa satisfação tem paralelo no desagrado que experimentei ao ver suspenso o mandato de Deputado, que tencionava exercer praticamente em regime de dedicação exclusiva. Acontece, porém, que não está nem poderia estar salvaguardado o direito dos políticos à autodeterminação na ocupação funcional dos seus tempos. Isso tem, como se reconhecerá, um reverso psicológico: as responsabilidades governativas que não se desejam contam-se entre as que se podem exercer com maior determinação. Estou, aliás, em condições de poder testemunhar que essa é a disposição geral do Governo.

A situação a que se chegou no sector educacional foi aqui caracterizada por Deputados de outros partidos em termos que coincidem com o diagnóstico apresentado pelo Governo da República. O consenso larguíssimo que sobre este tópico se verificou exprime, bem vistas as coisas, uma infelicidade nacional. Há bens que em si mesmo o são, mas que objectivamente traduzem males profundos. Não tem sentido, Sr. Deputado Narana Coissoró, investigar se alguém plagiou ou não plagiou. Afirmo, e o Sr. Deputado

acreditará certamente, que o Governo não plagiou. Mas quando vários verificam um óbito, crê o Sr. Deputado que há lugar para registo de propriedade médico-legal?

Risos gerais e aplausos do PS, PPD e CDS.

Um vivo é um vivo, um morto é um morto.

Risos.

Ora, para mal de nós todos, sabe-se a que estado chegou a escola portuguesa. Por isso considera o Governo que a reanimação do sector educacional tem de partir de um acto claro e sensato de vontade política. À educação não chegou em rigor o 25 de Abril. Quase imediatamente após a Revolução instalou-se um sólido e prematuro travejamento de 11 de Março. Ora, o pós-25 de Novembro, reconheça-se, mal se reflectiu ainda na escola portuguesa. Lá chegaremos — tal é o nosso propósito.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Atingir clima de normalidade é dos objectivos norteadores da política escolar do Governo: neutralizar os golpismos e as obstruções, estancar o sectarismo, restaurar a confiança, vencer o medo e inibição do maior número, pôr termo à anarquia.

Aplausos do PS, PPD e CDS.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — A democracia sobreviveu em Portugal porque o País secundou em massa a resistência das vozes democráticas que se puderam erguer; reporemos as escolas a funcionar se professores, estudantes, pais e todos os interessados secundarem o movimento de libertação e reconstrução que se quer levar a cabo.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — O Programa do Governo no capítulo da educação é um texto conciso, não ambicioso e que se pretende realista. Não é ainda o plano quadrienal, que neste momento seria difícil formalizar com segurança. Os objectivos enunciados são de natureza conjuntural e devem ser executados em curto prazo, o que obviamente não significa que todos o sejam até à abertura do ano escolar.

As grandes reformas não foram esboçadas. Mas pode anunciar-se que começarão pela educação pré-escolar, sem a qual não há democratização do ensino.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — O que agora cumpre é reconstruir um edifício em ruínas. Disso foram prevenidos os Srs. Deputados, quando no Programa se remete para 1977-1978 a apreciação das primeiras medidas de reforma global. Muito mais se poderia ter acrescentado; escrever não é difícil. Prevaleceu porém a preocupação de seleccionar medidas que, viáveis, fossem também significativas de uma mudança de rumo. Há a intenção de realizar mais do que o prometido; mas preferiu-se

não prometer a realização próxima do que não havia a certeza de conseguir realizar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Algumas questões concretas foram levantadas pela Assembleia e a que, no escasso tempo disponível, gostaria de responder.

**Colocação de professores.** Ao tomar posse, o Governo encontrou o processo em considerável atraso e viu-se confrontado com a previsão de um critério que não assegurava a defesa da qualidade possível do ensino. Imediatamente se iniciaram os trabalhos preparatórios de um diploma legal cujo projecto se encontra concluído e com a necessária urgência será publicado. Isso se prevê, aliás, em despacho recente, que não estabelece, nem poderia estabelecer, todo o critério de colocações.

Em termos genéricos, um docente portador de licenciatura ou bacharelato dará maiores garantias ao ensino. É natural que, após longos anos de prática, alguns docentes não possuidores de habilitações exerçam mais proficuamente as suas funções. Mas estas são situações excepcionais.

**Uma voz do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para o ano lectivo de 1975-1976 transitararam cerca de 8000 agentes de ensino somente portadores de cursos complementares dos liceus ou até do curso geral dos liceus. Nesse ano lectivo, foram colocados nos ensinos preparatório e secundário aproximadamente 28 000 professores sem habilitações próprias mas apenas específicas. Cerca de 80 % leccionavam então pela primeira vez.

Em relação aos docentes que há longos anos exercem funções e ainda não concluíram os respectivos cursos, duas situações se verificam:

Nas áreas de Lisboa, Porto e Coimbra, alguns docentes têm actualmente as mesmas habilitações com que há anos entraram no ensino. Colocados em zonas servidas por Universidades, é de sua responsabilidade não terem completado a formação escolar.

*Aplausos do PS, PPD e CDS.*

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Outros trabalham na província e, por consequência, encontraram obstáculos à conclusão dos cursos. Em face do esquema que se propõe no diploma que será publicado, estes docentes não terão dificuldade em continuar a leccionar, regra geral nos mesmos estabelecimentos de ensino.

**Uma voz do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Acrescenta-se ainda que o tempo de serviço prestado é sempre relevante; por cada ano de serviço acresce meio valor à classificação de habilitação ou à média das cadeiras concluídas.

Se correspondesse à realidade a afirmação de que à maior parte dos docentes não habilitados falta apenas uma ou duas cadeiras para conclusão dos cursos, tal seria para nós motivo de optimismo. A realidade é bem diversa e suficientemente conhecida.

Relativamente ao início do ano lectivo, deve entender-se que a preocupação do Governo é iniciá-lo em

condições mínimas de funcionamento e para tanto não se poupará a esforços apesar dos escassos dias que medeciam.

A publicação de legislação sobre gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, avaliação de conhecimentos, etc., não é absolutamente condicionante da abertura do ano lectivo em data quanto possível próxima de 1 de Outubro.

O que importa perguntar é o seguinte: prefere-se um funcionamento em condições mínimas de eficácia no começo do ano lectivo ou uma abertura em data diferida, sem garantia de grandes melhoramentos a curto prazo?

No que diz respeito a instalações, o Governo tem consciência das dificuldades que se lhe deparam. Mas o que também sabe é que a sua resolução em termos de melhoria real não é materialmente possível a curto prazo.

Os Srs. Deputados Narana Coissoró e Gonçalves Sapinho aludiram também à situação e estatuto do ensino particular. O Governo não tem qualquer preconceito contra esse ensino. Muita demagogia tem corrido sobre tal tema, mais precisamente: muitas demagogias. Porque as há de sinal contrário. Não disponho de tempo para pôr os pontos nos i. Mas duas coisas são certas. Primeira: o Governo não tem qualquer atitude negativa contra o ensino privado. Segunda: o que consta do Programa do Governo e constava do programa eleitoral do PS completa o que aqui se disse no debate constituinte e depois se repetiu em várias mesas-redondas e artigos na imprensa. Em melhor oportunidade se reconstituirão os factos na sua plena coerência sequencial.

O Sr. Deputado José Pedro Soares, do PCP, acusou o Programa de não «traçar uma perspectiva de via escolar única que acabe com as diferenças entre o ensino liceal e o ensino técnico». A via escolar única é objectivo do Governo. O que não é objectivo do Governo é dar aplicação a decisões demagógicas unicamente para pôr em prática os organogramas do meu antecessor Prof. Veiga Simão ou sacrificar a qualidade do ensino a preocupações de mera fachada.

*Aplausos dos Deputados do PS, PPD e alguns do CDS.*

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Do mesmo modo que não queremos a infantilização nos programas do ensino primário, também não queremos que se introduzam disciplinas novas, mesmo se adequadas, o que por vezes não é o caso, quando previamente se não preparou o pessoal docente.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aos problemas dos trabalhadores estudantes está o Governo atento, como aliás se declara no Programa. Diversamente do partido que o Sr. Deputado representa, nós queremos que se trabalhe e se estude. E consideraremos com a maior atenção a vontade de os trabalhadores se valorizarem culturalmente, porque ali reside muito do essencial da nossa aposta no futuro.

Por seu turno a juventude não poderia deixar de encontrar neste Governo, aliás tão jovem, quem me-

Ihor se lhe consagrassse. Pessoalmente tenho um carinho especial pelos velhos e o Governo tem em elevada consideração os problemas da terceira idade. Uma coisa porém lhe quero dizer, Sr. Deputado José Pedro Soares: a gerontocracia, que a mera contemplação da sua bancada parlamentar evidencia (*risos*), talvez não seja a estrutura de poder melhor colocada para compreender a juventude e o que há de verdadeiramente jovem nos jovens.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Conheço vários velhos que são jovens, mas reparo que a juventude de espírito nos mais velhos é privilégio dos que não têm preconceitos.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — E não só nos mais velhos, como aqui mesmo se terá patenteado.

Universidade. Pergunta o Sr. Deputado Narana Coissoró se o Governo «reconhece a cada escola superior o direito de estabelecer o seu próprio *curriculum*». Não inteiramente. O Governo não reconhece à Universidade o direito a uma autonomia curricular absoluta. O Programa é claro. Pergunta o Sr. Deputado Carlos Brito se vai manter-se o *numerus clausus* nas Faculdades de Medicina. Sim, manter-se-á. A Universidade não deve ser uma escola de desempregados e compete-lhe preparar os estudantes nas melhores condições. Há planeamentos indesejáveis e planeamentos necessários. E nem sequer lhe lembrei, Sr. Deputado Carlos Brito, o que se passa nos astros que o iluminam.

**Risos.**

Gestão democrática da escola não é só ter conselhos directivos eleitos. Também não é obviamente ter assembleias ditas plenárias em que minorias de minorias pressionam a seu bel-prazer e a altas horas. Igualmente não é ter assembleias que votam as classificações dos alunos.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma gestão verdadeiramente democrática exige conselhos científicos, pedagógicos e disciplinares especializados nas funções que respectivamente lhes competem.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A minoria PCP-UDP falou do Movimento Alfa. É uma actividade propagandística respeitável e criticável como todas as congêneres.

**Risos.**

Os seus militantes não ensinarão decerto o que não sabem. Mas talvez possam aprender alguma coisa vendo os outros trabalhar.

**Aplausos do PS, PPD e CDS.**

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Alfabetizar é uma actividade que requer preparação; pode, como tudo, ser pretexto para agitação. Mas pretexto é uma coisa e finalidade social

outra bem diferente. Receia-se é que sejam agentes de destruição da cultura popular mas talvez não consigam ir muito longe.

**Uma voz do PPD:** — Exactamente.

**O Orador:** — Para o Governo, cultura não é sinónimo de imposição livresca ou catequística.

**O Sr. Sá Carneiro (PPD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Somos pela escola, não somos pela escolástica.

**Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS, todos de pé.**

**Vozes:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Quinze minutos durou a intervenção do Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gusmão.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: As questões da educação e do ensino são particularmente importantes em qualquer processo de transformação social, e tanto mais quanto mais profunda é a transformação que se visa. Esta concepção recebeu acolhimento na Constituição; daí o peso de muitos dos preceitos constitucionais sobre esta matéria; e daí também as profundas reservas que neste capítulo o Programa do Governo suscita ao PCP.

Na tarde de ontem, o Sr. Deputado Fernandes da Fonseca, do Partido Socialista, tentou positivamente desfazer algumas das dúvidas que se nos colocam.

A intervenção, acabada de ouvir, do Sr. Ministro Sottomayor Cardia repõe e agrava essas dúvidas, como passarei a mostrar.

**Protestos dos Deputados do PS.**

A apreciação feita à situação do ensino desde o 25 de Abril e durante o fascismo é não só no Programa do Governo parcelar, mas também parcial. Não parece compreender-se a profunda selectividade de classe do aparelho do ensino e do seu funcionamento durante o fascismo; a sua profunda e terrorista veiculação ideológica dos valores mais reaccionários; a enorme carência de infra-estruturas e a degradação do seu conteúdo e qualidade. Alguns exemplos mí nimos de que adiante veremos a consequência: mais de 30 % de analfabetos, cerca de um terço de reprovações anuais no ensino primário, falta de 9000 salas de aula só nesse grau de ensino, cerca de 35 % de crianças não abrangidas de facto pela escolaridade obrigatória, professorado sem condições de preparação na sua grande maioria. Isto apenas para referir alguns dos factos. Desde o 25 de Abril é legítimo dizer que o sector do ensino foi um daqueles em que menos se avançou e onde determinados factores, jogando sobre a situação de partida, geraram efectivas situações de caos. Simplesmente, o Programa do Governo parece acolher várias vezes aqui a visão que a direita tem utilizado para a sua propaganda reaccionária e para também nesta frente conduzir

os ataques ao processo democrático. Aliás, o apoio que o CDS e também o PPD aqui têm entusiasticamente prestado a esta análise e ao sentido de medidas que dela decorrem, para além de manobra calculista e demagógica, é de qualquer modo sintomático.

**Vozes do CDS e PPD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — É evidente, Srs. Deputados. O que nos espantaria é que apoiassem.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Evidentemente.

**O Orador:** — Quanto a nós, a situação de efectiva degradação e caos em relação a aspectos do funcionamento da vida escolar tem de facto raízes diferentes. Se é verdade que houve movimentações pseudo-revolucionárias, sem perspectivas e oportunistas, e que as organizações do meu partido combateram nas escolas, também é verdade que é sobretudo na direita que devemos procurar essas raízes: primeiro, nas sequelas do fascismo; segundo, na ausência de uma política do ensino global e consequente, para além da inoperância com foros de sabotagem, devida fundamentalmente à acção dos sectores de direita alojados no A. E.; terceiro, nos ataques da reacção ao nível das escolas, primeiro com a máscara MRPP e depois progressivamente com o seu próprio rosto: a violência e o terror de grupos neonazis, não referida no Programa, o ataque aos programas progressistas e à gestão democrática; a reintegração de fascistas justamente saneados.

Por outro lado, há que sublinhar fortemente as inovações progressistas que se verificaram e que hoje a direita reaccionária pretende pôr em causa sob o pretexto demagógico de corrigir os erros e deficiências reais uns e imaginários outros. Essas conquistas, que aliás o Programa timidamente assinala, mas que o Sr. Ministro da Educação parece ignorar, são a modificação de programas, a reestruturação de cursos, a gestão democrática, o inicio da unificação do ensino secundário, a ligação das escolas às comunidades locais, a participação organizada da população escolar no debate das questões de ensino. O que se fez, e que não é de facto muito, é no entanto de importância vital e deve-se em muitos casos, fazemos questão em que fique claro, à acção revolucionária de sectores de professores, estudantes e funcionários que lutaram isolados, sem o devido apoio do MEIC, antes defrontando-se com uma inoperância, e de um demissionismo que roçam a manobra tendente à liquidação dessas realizações.

Verificamos a outro nível uma grande desproporção entre a riqueza potencial da Constituição e as questões abordadas ou as prioridades referidas no Programa do Governo.

Assim, não nos parece que seja concedida a importância merecida a medidas que permitam iniciar a efectivação de alguns preceitos fundamentais, nomeadamente do artigo 74.º da Constituição. A eliminação do analfabetismo encontra como única medida, que aliás não contestamos, a formação de alfabetizadores. É pouco para a diversidade das tarefas e a importância da questão. É necessário criar as estruturas em que se moverão os alfabetizados, definir a amplitude dos critérios de alfa-

betização, definir o papel das organizações estudantis e populares (creio que será nelas que o Governo está a pensar ao falar em organizações particulares), definir as formas maleáveis, mas produtivas, de ligação entre a iniciativa estatal e a iniciativa popular.

A maneira como o Sr. Ministro se referiu ao Movimento Alfa revela, pelo menos, um olímpico e aristocrático desprezo pela resolução de uma questão que é marcada pelo índice numérico que eu apresentei.

**Uma voz do PS:** — Não apoiado!

**Uma voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não se vê claro como se efectuará a ligação da escola às actividades produtivas e sociais [alínea f) do n.º 3 do artigo 74.º da Constituição], nem como se pensa estimular a formação de quadros originários das classes trabalhadoras.

E, no entanto, trata-se de opções constitucionais, fundamentais desde já, tanto mais que os seus resultados só se verão a, pelo menos, médio prazo e são no entanto urgentes. Não se vê que discriminações positivas se entende tomar para «estimular e favorecer a entrada na Universidade dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras» (artigo 76.º), especialmente quando se aponta para a possibilidade de estabelecer o *numerus clausus* para certas escolas. Não se vê como possibilitar o cumprimento efectivo da escolaridade obrigatória, sabendo nós que o seu não cumprimento afecta essencialmente os filhos das classes trabalhadoras.

A ausência ou o pouco claro tratamento destas questões reenvia para o silêncio um princípio constitucional que as contém e pontencia politicamente: ponto 2 do artigo 74.º (proposto se não me engano pelo PS na Assembleia Constituinte): «O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho.» Não é o reenviar, nem sequer explícito quanto a estas questões, para uma política a apresentar futuramente (e nós compreendemos, no entanto, em princípio, a necessidade de não improvisar), que pode explicar por si só a ausência do tratamento frontal desta questão no Programa. Porque essa ausência pode assim corroer o sentido de outras propostas com que até estamos de acordo. Porque essa ausência ameaça esvaziar o sentido verdadeiramente progressista da Constituição sobre esta matéria. Porque é nestas questões que se decide, também, dos princípios do artigo 73.º; que se decide igualmente do caminho da efectiva democracia na perspectiva do socialismo.

É em face ainda da adequação dinâmica e efectiva à Constituição que é importante salientar outro conjunto de questões centrais e prioritárias face à situação actual do ensino. Primeiro, a gestão democrática: é para nós claro que, se é necessário que ela seja regulamentada, não foi ela que provocou o caos nas escolas, mas sim o completo isolamento e desamparo a que os órgãos democráticos foram sujeitos pela A. E. Mais, a sabotagem a que foram sujeitos dentro e fora da escola.

**O Sr. Pedro Roseta (PPD):** — Combinada com o PCP.

**O Orador:** — Se os Srs. Deputados pretenderem, posso esclarecer: atribuímos, fundamentalmente, à Secretaria de Estado da Administração Escolar ...

**Uma voz do CDS:** — Não se enerve, homem!

**O Orador:** — Em muitos casos a gestão democrática funciona e funciona bem. A sua regulamentação não pode ignorar as repetidas tomadas de posição dos professores e dos estudantes através das suas diferentes estruturas associativas e sindicais, e sobretudo não pode significar a sua asfixia e eliminação. É de sublinhar que foram os professores a nível dessas estruturas que têm recolhido experiências de falhanços e êxitos, carências e objectivos, com vista à determinação de princípios básicos já apresentados publicamente. Como é sobejamente conhecido, nós, comunistas, sempre combatemos o basismo atomista, a insularização da gestão; mas também nos opusémos e oporemos veementemente à resolução do problema contra as opiniões de professores, estudantes e funcionários, sem análise séria das experiências feitas e com o objectivo de atrofiar a democraticidade da gestão.

A segunda questão é a da unificação do ensino secundário, referindo-se à qual o Sr. Ministro Sotomayor Cardia deu igualmente um exemplo da demagogia a que se referiu a propósito de outros intervenientes.

**Vozes do PS e do CDS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Com certeza. Aliás, é sintomático ver os Srs. Deputados do CDS tomarem a defesa do Sr. Dr. Sotomayor Cardia.

*Protestos de alguns sectores da Assembleia.*

**O Sr. Basílio Horta (CDS):** — Porque é que é sintomático?

**A Sr.ª Emilia de Melo (PS):** — Eles têm é complexos.

**O Orador:** — Deixa-me continuar, Sr.ª Deputada?

**O Sr. Presidente:** — Com certeza que pode continuar, Sr. Deputado.

Peço a atenção da Assembleia.

**O Orador:** — Reconhecemos e exigimos, mesmo, a criação das estruturas de apoio necessárias, a adequação de programas, a preparação e acompanhamento de professores. Mas assim como a dificuldade do problema não deve obscurecer a prioridade do desenvolver esta conquista ou servir de pretexto para o seu adiamento, também o seu desenvolvimento não deve ser a fórmula burocrática que retire a esta medida o significado de ser uma das medidas fundamentais para se avançar no caminho da eliminação da selectividade de classe do ensino.

Quanto à alteração de programas, nós reconhecemos facilmente a necessidade de revisão dos programas, tendo principalmente em vista a sua rentabilidade pedagógica; mas sabemos que a revisão pretendida e reclamada pelas forças da direita visa expurgar o que de progressista ali se conseguiu. A formulação do problema pelo Programa do Go-

verno não nos tranquiliza sobre a necessária resistência a estas pretensões. A não programação ideológica da educação prevista no artigo 43.º da Constituição não é compatível de modo algum com a reintrodução mesmo que camuflada de concepções colonialistas e racistas, chauvinistas e deformadoras da história real do nosso povo. Nós queremos sublinhar que a quase generalidade dos novos programas foi aprovada com um Ministro socialista de Educação e Cultura.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Resta saber se o pluralismo de que se fala agora se manterá dentro dos limites da estrutura ideológica da Constituição ou se admite a veiculação de ideologias anticonstitucionais como a direita demagogicamente busca pelos seus arroubos com esta parte do Programa do Governo. O artigo 43.º da Constituição não pode ser entendido no sentido de uma programação de direita sob o pretexto de eliminar qualquer programação. A completa neutralidade ideológica, aqui como sempre, não só é impossível, como é uma loa preferencialmente cantada pela direita. Como pode ser neutro — perguntamos nós — um ensino que segundo a Constituição há-de contribuir para o progresso da sociedade democrática e socialista?

**Uma voz do PPD:** — Querias o Samora?!

**O Orador:** — Questão importante é a do ensino público e privado. Do princípio constitucional da liberdade de aprender e de ensinar não se pode deduzir como medida legislativa principal a protecção e apoio à liberdade de criar estabelecimentos de ensino privado. Sobretudo, quando, como o CDS sublinha, deslizando na sua euforia de reivindicar direitos de autor para a sua vocação de oposição à Constituição, tal coisa foi rejeitada na Assembleia Constituinte.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sobretudo, ainda quando tal proposição com o relevo que lhe é dado, não é acompanhada no Programa do Governo pela importância a dar ao n.º 1 do artigo 45.º da Constituição, em que se diz que o «Estado criará uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população», nem ao outro ponto desse artigo, em que se diz que o «Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público». Um artigo da Constituição fica assim virado do avesso, e por isso se poderá compreender que o CDS que invocou este ponto para votar contra a Constituição se reconcilie agora com esta abusiva interpretação do texto constitucional, ou seja, com a sua negação.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Muito bem!

**Vozes do CDS:** — Oh, oh!

**O Orador:** — Finalmente, outra questão importante é a da impossibilidade de colocar, quanto a nós, as associações de pais em pé de igualdade com o Sindicato dos Professores e as AAEE, na elaboração da política de ensino. Quanto a nós é claro que o

Sindicato e as AAEE são organizações democráticas e representativas (*risos*), organicamente ligadas à escola e com contornos sociais claros. As associações de pais pensamos que devem ter um papel pouco mais que consultivo, para além de ser pelo menos actualmente muito discutível a sua representatividade local e nacional para além da sua inevitável inorganicidade social, agravada pelo facto de que as necessárias disponibilidades financeiras e de tempo favorecem à partida os estratos burgueses nestas associações, e essa é a família dos Srs. Deputados do CDS.

*Protestos dos Deputados do CDS:*

Outro grupo de questões urgentes referidas no Programa e cuja indicação merece a nossa concordância, embora não sejam desenvolvidas, são as da carreira docente e estatuto docente, da reciclagem e da importância da formação de professores.

Queremos sublinhar que estes problemas, tais como os de estágios, diuturnidades e fases devem ser encarados de forma unitária, de modo que as medidas não se contradigam, não criem discriminações gravosas em relação aos diferentes graus de ensino, não conduzam a uma estratificação e divisão arbitrária do professorado. O direito ao trabalho e à formação, a necessária qualificação do ensino, as diferentes facetas da função social do professor devem ser tidas em conta, de harmonia com as posições sindicais.

Já não nos parece suficientemente clara a consciência da necessidade de uma política governamental de construções escolares, uma vez que outras disponibilidades apontadas no Programa foram já em alguns casos quase esgotadas pela iniciativa popular.

Quanto ao arranque do próximo ano lectivo encaramo-lo com apreensões face às medidas propostas. É para nós e desde há meses opção clara a necessidade de tudo fazer para iniciar a tempo este ano escolar e depois com mais vagar estudar a melhor maneira de realizar futuramente o processo de colocações, tendo em vista as posições sindicais e a necessidade de harmonizar a garantia do direito ao trabalho, à formação e à necessidade de qualificar o ensino.

Também aqui, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr. Presidente, como nos outros sectores, a cedência às pressões da direita e a conciliação com a direita reaccionária não conduzirão à estabilização da democracia nem à solução dos problemas do ensino, mas sim ao aumento de arrogância e de agressividade reaccionárias e à liquidação das conquistas democráticas. Também aqui só as posições de firme defesa da democracia na perspectiva socialista poderão resolver os problemas e permitir que no quadro de transformação geral da sociedade o ensino se democratize efectivamente.

Não queria terminar sem dizer ao Sr. Dr. Sotomayor Cardia, acerca da sua observação sobre a gerontocracia exibida pela bancada do meu partido, que o Sr. Ministro perdeu uma oportunidade de não fazer uma provocação baixa e de não mostrar a sua senilidade precoce.

*Aplausos dos Deputados do PCP e protestos dos Deputados do PS.*

*Vozes do PS:* — Não apoiado!

O Sr. Pedro Roseta (PPD): — Este é mesmo social-fascista!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E isso é mesmo fascismo!

*Uma voz do PCP:* — É a China do Mao-Tsé-tung?!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Lopes Cardoso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Deputado Américo Leal, mais do que uma crítica ao Programa em discussão nesta Assembleia, assumiu foros de verdadeiro processo de intenções.

O Sr. Deputado registou com agrado muitas das medidas anunciadas, só que pôs em dúvida não tanto a capacidade do Governo para as concretizar, mas a sua intenção de as tornar realmente efectivas.

Receia, por exemplo, o Sr. Deputado, que onde o Governo escreveu «consolidação da Reforma Agrária» se deva ler «recuperação capitalista do processo» ...

*Risos.*

... ou onde anotou «política de crédito ao serviço das cooperativas e dos pequenos e médios agricultores» tenha, na verdade, pretendido dizer exactamente o contrário.

E porquê? Porque para o Sr. Deputado há duas leituras do Programa: uma leitura progressista — a do PCP — e uma leitura conservadora — necessariamente a de qualquer outro partido, já que o PCP pretende o monopólio da primeira.

*Aplausos dos Deputados do PS e alguns do CDS.*

*Vozes:* — Muito bem!

O Orador: — Não pensa o Sr. Deputado que vai sendo tempo de acabar também com os monopólios da revolução, da classe operária e do socialismo?

*Aplausos dos Deputados do PS, CDS e alguns do PPD.*

*Vozes:* — Muito bem!

O Orador: — Mas em que fundamenta o Sr. Deputado os seus receios quanto à sinceridade de projectos do Governo? Para o Sr. Deputado são causas de preocupação, entre outras, o facto de o Programa «não conter críticas aos grandes agrários» e «hostilizar os trabalhadores rurais» e, também, aquilo que considera a prática dos vários governos provisórios, nessa prática amalgamando todos eles, mesmo os que mereceram o mais amplo apoio do PCP.

Como suporte da sua argumentação alinhou o Sr. Deputado uma série de exemplos cujo significado não vou obviamente — por falta de tempo e de utilidade — comentar caso a caso.

Dir-lhe-ei apenas que muitos desses exemplos, tal como surgem na sua intervenção, correspondem a uma deturpação da realidade e que seria fácil contrapor-lhes — respeitando a verdade dos factos — outros exemplos de sentido contrário. Mas o recurso

à exemplificação que não serve para ilustrar uma análise e pretende apenas substituir-se-lhe é prática que, em política, se confunde com a demagogia e que nos recusamos a seguir, quando esses exemplos pretendem dar da Reforma Agrária a visão idílica a que, por vezes, me tenho referido, ou a visão catástrofica, tão cara às forças de direita no nosso país.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Afirmou o Sr. Deputado que o Programa «não contém críticas aos grandes agrários». Se por crítica se entende a mera adjetivação, que muitas vezes mais não é do que o disfarce de análises vazias de conteúdo e o recitar litúrgico de *slogans*, que de repetidos se transformam em ladinhas sem significado, tem o Sr. Deputado razão.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se por crítica se entende a análise da responsabilidade que pode ser imputada ao sistema de exploração assente no latifúndio pela situação em que se encontraram e encontram ainda, em muitos casos, os trabalhadores rurais, se assim é, remeto o Sr. Deputado para as pp. 20 e 21 do Programa do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Acusa o Sr. Deputado o Programa de «hostilizar os trabalhadores» porque refere a «unanimidade de corrigir os desvios cometidos». A questão é simples: houve ou não houve desvios? Foram ou não foram ocupadas áreas não abrangidas pelos limites fixados na lei? Devem ou não devem ser corrigidos esses desvios?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O entendimento do PS e do Governo é claro: houve desvios, há que corrigi-los, e o Governo está decidido a fazê-lo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E não entendemos isso como uma hostilização aos trabalhadores que, por certo, não defendem a perpetuação de situações injustas. Há que corrigi-los por razões de justiça e por um imperativo de consolidação da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária consolida-se através da assistência técnica, financeira e económica, mas consolida-se sobretudo através do alargamento da sua base social de apoio, e para o conseguirmos é necessário fazer justiça aos pequenos e médios agricultores.

Aplausos do PS.

A prática dos sucessivos governos provisórios serviu também ao Sr. Deputado para pôr em dúvida a sinceridade dos propósitos do Governo. Se as referências à actuação do Ministério da Agricultura do VI Governo se podem entender, já que lhe cabe agora a responsabilidade da mesma pasta, o que de boa fé se não entende nem aceita são as críticas a

outros Governos e outros Ministros inseridas na análise do Programa e usadas como argumentos contra ele.

Por isso, Sr. Deputado, lhe deixo aqui uma interrogação: a que propósito, ou despropósito, fez o Sr. Deputado referência à actuação do MAP em Abril de 1975, para testar as reais intenções do actual Governo?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esqueceu já o Sr. Deputado que em Abril de 1975 era Primeiro-Ministro o Sr. General Vasco Gonçalves e Ministro da Agricultura o Sr. Engenheiro Oliveira Baptista? Como, por certo, o Sr. Deputado calcula, nem o Sr. General Vasco Gonçalves nem o Sr. Engenheiro Oliveira Baptista têm qualquer responsabilidade na elaboração do Programa do Governo ...

Risos.

Mas se a personalidade e a prática do Ministro da Agricultura podem ser penhor do entendimento que será dado ao Programa, permita-me, Sr. Deputado, que lhe recorde — a propósito dos receios que manifestou quanto à política de crédito — que o alargamento do âmbito do crédito de emergência concedido às novas unidades de produção, sem o qual a sua sobrevivência teria sido posta em causa, se ficou a dever, no VI Governo, à iniciativa do Ministro da Agricultura, logo secundado pelo então Ministro das Finanças, o meu camarada Salgado Zenha.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à intervenção do Sr. Deputado Carvalho Ribeiro, apraz-nos, sobretudo, notar a sua aprovação de princípio, o seu sublinhar do «realismo e seriedade» que empregámos na análise da situação, o seu acordo a uma base essencial do nosso pensamento: ou seja, que uma reforma agrária tem que ser, acima de tudo, uma «alteração das relações de produção».

E não entrarei em querelas de escola: não discutirei se as medidas apontadas são socialistas ou sociais-democráticas, chamar-lhes-ei apenas, se me permite, Sr. Deputado, a atenção para o facto simples de que essas medidas se encontram inscritas no programa do PS desde os tempos da clandestinidade (*risos*) e de que, a tê-lo lido, teria talvez o Sr. Deputado feito diferentemente a sua opção partidária.

Aplausos do PS.

A parte as respostas a algumas questões concretas que adiante procurarei formular, permita-me o Sr. Deputado, desde já, dois breves apontamentos — que mais me não permite o tempo — sugeridos pela sua intervenção. Creia que são infundados os receios que exprime ao mencionar medidas administrativas que poderiam conduzir à duplicação de esforços quando se refere aos gabinetes de apoio previstos para alguns regadios. Nesse sentido houve o cuidado de frisar que se trata de gabinetes que terão como objectivo o tratamento de casos pontuais e funcionarão como entidades mobilizadoras e coordenadoras da acção dos serviços do MAP na resolução desses casos.

A satisfação que experimenta o Sr. Deputado Carvalho Ribeiro quanto à política de preços tomamo-la como garantia de que o PPD não virá a defender medidas que venham, na prática, dificultar a execução de uma política quando colocada ao serviço dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tal como a intervenção do seu camarada Américo Leal, também a do Deputado Vítor Louro é, antes de mais, um processo de intenções. Não discorda o Sr. Deputado do essencial das medidas propostas; receia tão-somente que na sua aplicação se procure não a promoção social e económica dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, mas sim o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em benefício dos grandes proprietários.

Tais receios, se expressos de boa fé, só se compreendem como resultado de uma leitura desatenta do Programa do Governo e do programa do PS, ao qual, como afirmou o Sr. Primeiro-Ministro, «o Governo é integralmente fiel». Na realidade, quando o Sr. Deputado Vítor Louro afirma, por exemplo, que o Programa não deixa explícito se, na definição da política de crédito, se terão em conta os pequenos e médios agricultores, manifestamente não leu, ou, se leu, esqueceu o que está escrito a p. 24 do Programa.

É verdade que o Sr. Deputado Vítor Louro tem do crédito uma concepção, no mínimo, bizarra, e protesta contra o abaixamento da taxa de juro do crédito agrícola verificado durante a vigência do VI Governo. Tal protesto leva-nos a pensar que se o Sr. Deputado Vítor Louro fosse Ministro da Agricultura, proporia, desde logo, o aumento da taxa de juro, para defesa dos pequenos agricultores de que diz ser o farauto e gáudio dos usurários de província, com cujos interesses não cometo a injúria de o identificar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Da intervenção do Sr. Deputado Carvalho Cardoso retemos principalmente a sua afirmação de que «o CDS não pode deixar de considerar o Programa francamente positivo», se bem que «pouco concreto» e com «importantes lacunas». E, digamos, o «sim, mas»: o «sim», que vai sendo dito na esperança de que se aplique o «mas», enquanto se não impõe o «não». (Risos.) Ao longo de toda a intervenção do Sr. Deputado o «sim» que o CDS decidiu dizer não consegue ocultar o «não» que gostaria de pôr em prática. Reivindicação aliás legítima para um partido da oposição ...

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim é-se pela Reforma Agrária, mas afirma-se que o processo em curso no Sul do País «não é uma reforma agrária» e sim a «simples sequência de uma série de actos ilegais» e «até violentos» praticados pelos trabalhadores.

Pois, Sr. Deputado, se leu bem o Programa, corrigidos os erros praticados, suprimidos os excessos que sem dúvida se cometem, a Reforma Agrária, que queremos prosseguir, assentará, dentro do respeito

pela lei, no desenvolvimento da iniciativa dos trabalhadores, enquadrada, planeada e apoiada pelo Governo, mas sem tutelas que ponham em causa a sua livre participação.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sem dúvida que há que redimensionar explorações colectivas, que há que atribuir as reservas garantidas na lei; mas não há que suprimir o que já foi conquistado pelos trabalhadores — e que foi muito.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Decerto que se impõe a reconversão cultural das novas unidades, mas devemos deixar claro que se há um errado aproveitamento de recursos ele é o resultado da prática do antigo sistema, não é da responsabilidade dos trabalhadores, e que seria demográfico exigir que essa reconversão tivesse sido feita no espaço de meses.

**Aplausos do PS.**

Estas algumas das observações de índole genérica que me foram sugeridas pelas diferentes intervenções.

Procurarei agora dar resposta, dentro dos limites de tempo a que estou sujeito, senão a todas, pelo menos a algumas das questões concretas levantadas pelos Srs. Deputados e a que ainda não se fez referência directa ou indirectamente.

No que respeita ao crédito creio ter já respondido às dúvidas e receios dos Srs. Deputados do PCP. Ainda nesta matéria as menções feitas pelos Srs. Deputados Carvalho Ribeiro e Carvalho Cardoso às cooperativas e caixas de crédito agrícola são, sem dúvida, pertinentes. A não referência ao problema no Programa constitui uma lacuna formal, já que é intenção do Governo apoiar tais organizações, mas de qualquer modo agradece-se a chamada de atenção daqueles Srs. Deputados.

A participação dos pequenos e médios agricultores no processo de reforma agrária em curso na zona de intervenção surgiu também como preocupação comum a todos os Srs. Deputados. Vale a pena esclarecer que quando no Programa se escreve que no planeamento das ações a empreender se dará particular atenção aos pequenos agricultores tem-se em vista, nomeadamente, proporcionar-lhes o acesso a maiores áreas de cultivo no quadro de unidades autónomas, quando for esse o seu desejo.

Quanto à necessidade de um estatuto de cooperação agrícola, merece o nosso acordo a observação do Sr. Deputado Carvalho Ribeiro.

É também intenção do Governo propor a revisão dos mecanismos de aplicação da lei do arrendamento rural. Há, em nosso entender, que simplificar e juridicalizar os mecanismos processuais, por forma que a aplicação da lei possa ser feita com celeridade, já que não pensamos que seja a via administrativa aquela a que deverá recorrer-se para impor o cumprimento da lei àqueles que a ela se procuram furtar.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tal prática seria, para nós, contraditória com as regras da democracia que vamos aos poucos instituindo no nosso país.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas há que, simultaneamente, como se sublinha no programa, tomar medidas de protecção aos pequenos senhorios que lhes permitem fazer face às dificuldades para eles resultantes da aplicação da lei.

Relativamente à implantação dos novos regadios referidos pelo Deputado Carvalho Cardoso, responderemos muito claramente que não é intenção do Governo proceder à nacionalização dos prédios que neles venham a ser abrangidos, até porque a estrutura fundiária é ali bem diversa da que se verifica nos regadios do Alentejo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Da mesma forma, com igual clareza, responderemos ao Sr. Deputado Américo Leal que, sendo decisão do Governo, já aqui reafirmada, prosseguir a Reforma Agrária, a nacionalização das grandes empresas agrícolas (em especial quando integrando complexos agro-industriais) é um instrumento possível dessa Reforma Agrária nas zonas de intervenção.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, interrogaram-se os Srs. Deputados Carvalho Ribeiro e Carvalho Cardoso sobre se seria intenção do Governo apresentar uma lei de Reforma Agrária. Como disse o Sr. Deputado Carvalho Cardoso, citando um conhecido economista rural, uma reforma agrária não pode limitar-se a uma mera redistribuição de terras — mesmo se, acrescentaremos nós, sem desmentir o autor citado, ela não pode deixar de ser um processo de alteração das relações de produção, sob pena de não ser já uma reforma agrária, mas um plano de desenvolvimento agrícola, o que não é exactamente a mesma coisa.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sendo assim, muitas das medidas já programadas inscrevem-se num conjunto que constituirá, ele, a Reforma Agrária a conduzir no nosso país. É intenção do Governo trazer a esta Assembleia outras propostas que, complementando as acções já empreendidas, definindo novas acções, permitam fazer da Reforma Agrária o instrumento desejado para a emancipação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores.

Termino, Srs. Deputados, com a certeza de que muito ficou por dizer. De qualquer modo, se o Governo vier a ser confirmado por esta Assembleia, outras oportunidades hão-de surgir para que o debate prossiga, permitindo esclarecer dúvidas, clarificar posições, contribuindo para um enriquecimento mútuo que só em democracia e através de diálogo é possível conseguir-se.

O Governo procurará nortear a sua acção no domínio da agricultura, consolidando aquilo que foi uma das maiores conquistas da Revolução — a Reforma

Agrária —, colocando-a ao serviço dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, não consentindo que seja um instrumento de política partidária, fazendo respeitar a lei e impondo a justiça. O Governo procurará, através de uma política coerente, garantir a promoção social e económica dos pequenos e médios agricultores, libertando-os da vida de servidão e de miséria que tem sido a sua.

A vós, Srs. Deputados, competirá velar pelo cumprimento dos nossos propósitos. Assim como hoje nos submetemos ao vosso veredito, também no futuro a nossa acção haverá de ser julgada por vós, como legítimos representantes do povo português.

Tenho dito.

*Aplausos dos Deputados do PS, do PPD e do Deputado Galvão de Melo (independente do CDS).*

**O Sr. Presidente:** — Dezassete minutos durou a intervenção do Sr. Ministro.

Vamos fazer um intervalo de meia hora.

Está interrompida a sessão.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está aberta a sessão.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

**O Sr. Jaime Gama (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A importância deste debate em torno do Programa do Governo reside no facto de que aqui se estão a discutir linhas de acção, objectivos concretos e prazos definidos para o Poder Executivo, que de modo algum podem ser tidos por inscritos na Constituição ou adiados para o Orçamento Geral do Estado ou para o Plano.

A Constituição, ao fixar os mecanismos essenciais da aprovação do Programa governamental, deixa à Assembleia e ao Governo a liberdade de uma opção concreta, sem a qual as instituições democráticas não funcionariam normalmente. E se é certo que o texto constitucional enumera princípios aplicáveis à quase totalidade das questões públicas, não é menos certo que também regula um sistema político fundado na separação democrática dos poderes e na actuação plena dos Órgãos de Soberania, com vista à concretização desses mesmos princípios. Tendo em consideração as balizas definidas pelo quadro constitucional, o Programa do Governo é muito claro no que se refere à política externa e à política de defesa. É pena é que os Srs. Deputados não tenham dedicado maior atenção a tão importantes assuntos da vida nacional, que ninguém pretendeu esbater no texto constitucional ou remeter para o Orçamento. O 25 de Abril e o 25 de Novembro consolidaram um Portugal novo. No plano interno, somos uma democracia avançada com reformas de estrutura claramente socialistas. No plano externo, somos um país independente que, ao fim de vários séculos de colonialismo e de isolamento, readquire a sua dimensão europeia.

A opção europeia do programa concebido pelo Ministro Medeiros Ferreira é, por um lado, a recusa do isolamento internacional em que o País viveu

durante cinco décadas e, por outro, a negação do simplismo antidemocrático que nos pretendeu forçar o alinhamento com o Terceiro Mundo durante os últimos meses.

No interesse das classes trabalhadoras, residentes e emigradas, o Governo PS encontra-se à altura de negociar com o Mercado Comum uma adesão vantajosa para o País e para os portugueses. A polémica sobre este ponto suscitada na Assembleia só pode ter como justificação um certo temor antieuropeu por parte dos restantes partidos. Com efeito, desejariamos que, nesta matéria, o PCP pudesse acompanhar sem constrangimento a perspectiva dos comunistas italianos e espanhóis ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... o CDS visse na Europa algo mais do que o compromisso com uma Europa dos *trusts* liderada pelos velhos conservadores e o PPD fosse menos chauvinista e não opusesse, em termos um tanto arcaicos, o aguerrido e eleitoral «Portugal connosco» à Europa dos trabalhadores socialistas e dos sociais-democratas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — As reticências antieuropeias das várias oposições — defensores de formas de associação económica mitigada de Portugal com a Comunidade — são prejudiciais ao futuro dos trabalhadores portugueses e da economia nacional e em nada servem o interesse dos nossos emigrantes, os quais só poderão ser defendidos integralmente com a adesão à CEE. São também um factor negativo para a consolidação da democracia em Portugal e para o novo e irreversível curso das nossas relações exteriores.

A opção europeia do Governo de forma alguma representa uma abdicação da intransigente defesa da independência nacional. Para tanto, o estabelecimento de relações bilaterais com outros Estados contribuirá para uma ajustada diversificação dos contactos internacionais nos diversos domínios.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por força das circunstâncias e também por análise detalhada da situação geo-estratégica, nenhum partido responsável ousou até agora pôr em causa a nossa participação num dos sistemas de segurança colectiva existentes. O próprio Sr. Deputado Álvaro Cunhal, numa atitude do maior realismo e moderação, aproveitou a tribuna deste Parlamento para reafirmar que o PCP nunca tinha posto — nem põe — em causa a presença de Portugal na NATO.

A este propósito convém dizer o seguinte:

Somos contrários à divisão do Mundo e da Europa em blocos antagónicos, divisões que ainda recentemente custou a vida a um trabalhador comunista italiano na fronteira da RDA. E porque preconizamos a dissolução simultânea e gradual da NATO e do Pacto de Varsóvia, não tomaremos nunca qualquer atitude unilateral que possa desequilibrar os esquemas da segurança europeia e atentar contra o espírito dos acordos de Helsínquia.

Porém, a nossa presença à NATO não significa nem pode significar uma alienação ou limitação de qualquer parcela da soberania.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim como o cumprimento dos nossos deveres militares no quadro da aliança não poderá ser entendido como uma transferência do comando das forças armadas portuguesas em situação de paz para entidades supranacionais, sejam elas quais forem.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A nossa posição euro-atlântica atribui-nos missões de vigilância particular nos domínios aéreos e navais, sem prejuízo das forças terrestres, cuja função não nos parece, porém, determinante, apesar dos esforços feitos recentemente na reorganização desse sector e sobre os quais alguma especulação se levantou e que exige um rápido esclarecimento das entidades oficiais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A fidelidade aos compromissos assumidos há-de ser sempre entendida do ponto de vista da nossa defesa nacional sem a subordinação incondicional a critérios estratégicos alheios, definidos por forma unilateral. Aqueles países com quem mantemos boas relações compreenderão por isso que o clima de cooperação que desejamos não nos pode vincular à aceitação de qualquer dirigente ou protector em algum dos blocos. De resto, os representantes do corpo diplomático procurarão cimentar a amizade entre os povos na base da não ingerência recíproca nos assuntos internos, designadamente no que diz respeito à organização militar e ao seu regular funcionamento, que convém conservar sob o mais rigoroso controlo dos órgãos nacionais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A nova situação de Portugal no Mundo e a consolidação do regime democrático obriga-nos, assim, a uma definição da nossa defesa nacional. O Programa do Governo, elaborado neste ponto pelo actual Ministro Sr. Tenente-Coronel Firmino Miguel, e de harmonia com os pontos de vista já expressos pelo Sr. Presidente da República, representa um marco decisivo no sentido da dignificação das forças armadas e do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

De acordo com a Constituição, é da competência reservada desta Assembleia — e penso que não abdicará desse direito — a organização da defesa nacional e o enunciado dos deveres dela decorrentes. Cabe, por seu lado, ao Conselho da Revolução — entidade original no sistema constitucional vigente — legislar sobre a organização, funcionamento e disciplina das forças armadas. Ou seja, em absoluto rigor, a Constituição atribui o poder legislativo sobre defesa à Assembleia da República e o poder regulamentar propriamente dito ao Conselho da Revolução.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Num sistema democrático normal — para o qual caminhamos — a integração das forças armadas no Executivo é a regra geral, através de uma clara articulação e responsabilidade ministerial. Não podemos, por isso, deixar de salientar que, apesar da hibridez do sistema actual, se aponta inequivocamente para uma inserção democrática das forças armadas no Estado, através de mecanismos que venham a permitir «a normal e indispensável subordinação do poder militar ao poder político».

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, só mecanismos deste tipo poderão abrigar a democracia política da mera relação de forças dentro da instituição militar.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — O desejo manifestado por parte do Ministro da Defesa quanto a um «diálogo contínuo» com a Assembleia da República é sintoma de um salutar entendimento entre as forças políticas civis e as forças militares, de modo a evitar desajustamentos sempre lesivos de soluções democráticas. O propósito manifestado através do Ministro da Defesa é garantia de uma reconciliação institucional das forças armadas com o País, semelhante à que, no plano político e embora com algum atraso face à opinião pública, ocorreu a 25 de Abril e novamente a 25 de Novembro. O futuro democrático de Portugal só tem a beneficiar com a concepção de defesa nacional exposta no Programa do Governo. As forças armadas, garantes do regular funcionamento das instituições e da unidade e integridade do Estado, só se dignificam com a execução de uma política de defesa definida pelos representantes eleitos do povo português e pelo Governo constitucionalmente constituído. Do mesmo modo que é seu dever indeclinável cumprir os princípios constitucionais que regulam a patriótica missão que lhes incumbe em ordem a assegurar a transição pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo, conforme várias vezes têm afirmado o Sr. Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A constituição de um Governo PS, nas presentes circunstâncias, é a solução viável para a democracia em Portugal. A expectativa e a adesão do País, sobretudo das classes trabalhadoras e do povo, bem como a pouca combatividade das críticas partidárias feitas ao Programa, demonstram bem que o Governo PS conta à partida com o apoio de quantos acreditam na reconstrução nacional e na caminhada responsável para uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

Está em causa, neste momento, não a aprovação do Programa do Governo de um partido, mas a escolha entre uma solução governamental constitucionalmente possível e a sucessão de coligações provisórias em que temos vivido. Está, realmente, em causa, o futuro da democracia e do socialismo no nosso país, futuro que passa pelo sucesso do Governo PS e pela estabilidade das instituições, incluindo as militares, nos próximos anos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não se trata, pois, de consolidar nenhum partido de Estado, e os Deputados socialistas serão os primeiros a demonstrar aqui, em defesa dos nossos princípios e sem recurso a nenhuma sociedade protectora do programa do nosso partido ou da Constituição, que a sua missão de representantes legítimos do povo não se esgotará com a não rejeição do Programa do Governo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A recusa de alguns reflexos antieuropéus por parte do PPD e a aparição e consolidação das tendências liberalizantes do Grupo Parlamentar do PCP muito contribuiriam para que a democracia fosse uma realidade efectiva no nosso país e a vida nacional não mais estivesse compartmentada por um indesejável maniqueísmo político, como algumas vezes tem ocorrido nesta Assembleia.

Como Governo de esquerda, porque é a «maioria da esquerda», mas como Governo democrático e nacional, apostado na reconciliação de todos os portugueses, estou certo de que o Governo PS não vai trair a esperança que milhões de portugueses nele depositam. E, tal como no passado recente salvámos a democracia e a liberdade neste país, vamos agora começar a dar-lhes um conteúdo concreto, isto é, vamos, graças à acção do Governo, pôr o Estado ao serviço da construção do socialismo democrático, que é aspiração maioritária dos trabalhadores e do povo português e que está indiscutivelmente traçado na Constituição da República, que a todos nos vincula e obriga.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — A intervenção do Sr. Deputado Jaime Gama durou catorze minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza, que só dispõe de três minutos.

**O Sr. José Niza (PS):** — Sr. Presidente: Três minutos é um espaço de tempo muito curto para abordar o problema da segurança social e saúde que eu ia abordar. É evidente que não são estes três minutos que resolverão o problema. O problema da saúde em Portugal e da segurança social será resolvido através daquilo que nós temos no Programa do Partido Socialista, que consta da Constituição e que o novo Governo irá realizar.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia.

**O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Walter Rosa):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É bem conhecido que no tempo da ditadura se preferia a estabilidade financeira à expansão económica. Estabilidade baseada, aliás, na ausência de liberdades políticas.

Todavia, a situação económica era bastante frágil e a guerra colonial ainda mais a enfraqueceu. A balança comercial era cronicamente deficitária.

Comprava-se lá fora mais do que se produzia cá dentro.

Apenas o turismo e as remessas dos emigrantes permitiam equilibrar a balança de pagamentos com o respectivo afluxo de divisas necessárias às enormes importações de bens de consumo.

Mascarava-se assim a grave situação económica que afligia a Nação: produção insuficiente na agricultura e na indústria; salários de miséria; falta de assistência médica; falta de habitação; falta de instrução e de cultura, com os seus corolários da emigração e do analfabetismo.

O Tesouro do Estado acumulou oiro ao longo de meio século; o povo, esse, humilhado e oprimido, acumulou miséria. E Portugal, em 1973, era o país menos desenvolvido da Europa, apresentando, tristemente só, os índices económicos e sociais mais baixos do velho continente.

E foi assim que a chamada «crise do petróleo» nos veio encontrar.

Com os seus enormes aumentos subsequentes, conseguiu vibrar rude golpe no nosso sistema económico-financeiro.

O petróleo custava-nos em 1973 menos de 3 milhões de contos; hoje custa-nos mais de 17 milhões. E com o petróleo subiram matérias-primas, produtos alimentares e bens de equipamento. Hoje, petróleo e produtos alimentares importados custam-nos à volta de 40 milhões de contos (quase 40 % das nossas importações).

Quer dizer: a frágil economia herdade do passado ficou mais débil, com um enorme *deficit* na balança comercial a mostrar claramente a insuficiência da produção nacional e a fraqueza da nossa exportação; as divisas entradas passaram a ser insuficientes; nomeou-se o equilíbrio financeiro e surgiu o *deficit* do orçamento nacional.

Num país cuja civilização e cuja economia dependem da energia e em que a energia depende em 85 % da importação do petróleo — o grande aumento do custo deste produto essencial não encontrou resposta interna por parte da nossa débil economia.

Só o crescimento da nossa produção — e, portanto, da produtividade nacional — permitirá compensar, a prazo, o impacte sofrido.

Mas, entretanto, a produtividade da indústria nacional é apenas de um terço da produtividade europeia.

Não temos capacidade de resposta imediata. Daí a diminuição das reservas e o recurso ao crédito internacional.

Mas dêem-nos tempo e crédito. O tempo necessário para aumentar fortemente a produção nacional.

E aqui chegamos à indústria. É que a indústria transformadora contribui com cerca de 34 % para o produto nacional e 80 % para a exportação.

Então como aumentar a produção industrial, como aumentar a exportação?

A resposta é conhecida: Em primeiro lugar é preciso melhorar a utilização do parque industrial existente, isto é, trabalhar mais e melhor com aquilo que há — melhor organização, melhor gestão, mais trabalho e menos absentismo; em segundo lugar há que investir — mas investir à escala nacional, pois só assim se poderá alcançar, a prazo, a produtividade europeia, três vezes superior à nossa.

E aqui há que dizer claramente que o fascismo não promoveu como devia o investimento nacional. Só o neocapitalismo da última fase da ditadura tentou, par-

cialmente, o grande investimento, pela mão dos grupos capitalistas da oligarquia portuguesa.

Mas o panorama geral era bem outro. Mercê de mão-de-obra barata e de matérias-primas fáceis, do protecionismo aduaneiro e do condicionalismo industrial, o que nasceu e multiplicou foi a pequena empresa. Na indústria transformadora mais de 50 % das empresas têm menos de dez trabalhadores e mais de 90 % têm mais de cem trabalhadores.

É pois preciso investir e dar dimensão industrial ao País. Para que se possa bater, para que se possa bater por forma competitiva nos mercados internacionais e tome a sua parte no crescimento mundial.

Só assim. Trabalhando e investindo. É crescendo em riqueza e em independência nacional. E em prosperidade social.

Mas a indústria divide-se hoje em dois sectores: o sector nacionalizado da indústria pesada, com algumas dezenas de grandes empresas, e o sector privado, com quase 15 000 pequenas e médias empresas.

O primeiro é fortemente capital — intensivo. A indústria pesada exige um elevado investimento *per capita*. Ela é pesada na grandeza das suas máquinas, na tonelagem da sua produção e é pesada no seu investimento.

Vários Srs. Deputados se referiram aos 90 milhões de contos previstos para a indústria pesada (aliás previstos para os próximos cinco anos, o que conduz a um investimento anual inferior a 20 milhões), espranhando que se criem apenas uns 20 000 novos postos de trabalho, sendo o investimento específico de 4500 contos por posto de trabalho.

Atentemos um pouco: pois não foi a falta de investimento no passado que nos legou esta herança de falta de produtividade, numa indústria pulverizada, com empresas sem dimensão óptima? Querer-se-á repetir o erro do passado? Pequena empresa apenas virada para o pequeno mercado interno, esquecendo a exportação? Querer-se-á que estiole a indústria pesada? Que não cresçam as empresas nacionalizadas?

Ora vejamos: o produto nacional, a preços constantes, deve atingir cerca de 480 milhões de contos em 1976 (a preços correntes, porque a preços de 1970 o valor seria de metade — o que significa uma inflação enorme em Portugal).

A produção da indústria transformadora orçará os 160 milhões. Como emprega cerca de 750 000 trabalhadores, a produtividade média anual é de cerca de 200 contos *per capita* no sector.

Mas já na indústria pesada, aí, a produtividade atinge cerca de 500 contos *per capita*.

Mas com o investimento referido a produtividade subirá para cerca de 1000 contos *per capita*, isto é, subirá de 100 %. O que aliás se repercutirá na produtividade média de toda indústria portuguesa.

É assim, Srs. Deputados, que cresce a produtividade: investindo.

O Sr. António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador: — E a exportação dos novos produtos da indústria pesada trará ao País um saldo positivo de divisas de 30 milhões de contos por ano. O que não é de desprezar. É assim, Srs. Deputados, que se contribui para o equilíbrio da balança comercial.

Mas para além de 20 000 novos empregos — só no sector — mais cerca de 40 000 trabalhadores estarão

ocupados durante cinco anos a fabricar em Portugal os respectivos equipamentos e a construir as novas fábricas.

E é assim que se desenvolve e se protege a indústria nacional fabricante de bens de equipamento e se desenvolve o conhecimento científico e tecnológico, o qual terá o seu melhor suporte numa sólida realidade industrial. Defendendo, simultaneamente, a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

Por outro lado, os novos investimentos serão inseridos em contratos-programa a estabelecer entre as respectivas empresas e o Estado, nos termos, aliás, da Lei das Bases Gerais das Empresas Públicas. Esses contratos-programa assegurarão, a curto prazo, o equilíbrio económico das empresas nacionalizadas, permitindo uma adequada política de preços e rendimentos, ao mesmo tempo que exigirão o cumprimento de acrescidos graus de produtividade. Eliminando assim os déficits das empresas públicas que tantas e tão justas críticas têm merecido. Pretendemos empresas dinâmicas e rentáveis como se diz no Programa do Governo.

Entretanto novas iniciativas e novos projectos serão lançados. O futuro Instituto de Desenvolvimento Industrial poderá contribuir decisivamente para a futura industrialização portuguesa, de acordo com as prioridades que o Plano venha a estabelecer, assegurando também as necessárias transferências de tecnologia e promovendo a investigação aplicada em ligação com a Universidade.

**Uma voz:** — Muito bem!

**O Orador:** — Com o desenvolvimento industrial se fará o desenvolvimento mineiro e minero-metálico, aproveitando os nossos importantes recursos naturais e desenvolvendo o interior do País, como, aliás, se diz no Programa do Governo.

Falei até agora da indústria pesada, para a qual o Plano Nacional será obrigatório.

Quanto à indústria ligeira, privada na sua quase totalidade, o Governo estimulará a sua confiança e a sua iniciativa. Mas neste momento, ao elaborar o Programa, o Governo não dispõe de números que traduzam as possíveis intenções do investimento privado.

Aqui, na indústria ligeira, o investimento específico médio rondará os 2000 contos por posto de trabalho; pelo que a absorção de 100 000 trabalhadores, por hipótese, e a título de informação, conduziria a um investimento programado de cerca de 200 milhões de contos. Mas o sector está em crise conjuntural e estrutural. Se a conjuntura económico-financeira e laboral é de si difícil, a estrutura herdada é péssima.

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais irá alargar a sua acção, mesmo para além das PME — e para isso os seus estatutos vão ser modificados —, de forma a ajudar a resolver os problemas conjunturais (crédito, etc.) e estruturais, promovendo associações e fusões de empresas e a sua reestruturação com ampliação de capital (em que o Estado poderá participar convertendo dívidas em capital), promovendo a renovação de equipamentos e, portanto, promovendo o investimento, e fornecendo o necessário apoio tecnológico.

**O Sr. António Reis (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, o Programa do Governo menciona numerosos sectores onde acções de reestruturação vão ser de facto uma realidade.

Por outro lado, a Empresa Pública de Parques Industriais alargará a sua acção a novas regiões do País, como aliás já tinha sido decidido pelo VI Governo Provisório.

Como é evidente, a política de expansão industrial que o Governo pretende seguir exige uma política de expansão energética.

A prospecção petrolífera *off-shore* e *on-shore* vai continuar.

Por outro lado, admitindo uma expansão do produto industrial não inferior a 10% por ano, o crescimento da produção de electricidade deverá acompanhar aquela taxa, com a qual está correlacionado.

Por isso os novos empreendimentos hidroeléctricos e térmicos convencionais mencionados ou a acrescentar ao Programa do Governo, incluindo Rio Maior, serão programados em consequência, bem como o programa nuclear, cujo livro branco vai ser preparado.

Todos estes empreendimentos terão grande influência no desenvolvimento da construção civil e na fabricação dos equipamentos electromecânicos a produzir pela indústria nacional.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A política de expansão económica, anti-inflacionista e geradora de emprego, que o Governo pretende seguir permitirá combater o atraso económico e social que nos separa da Europa.

E os Portugueses poderão ter esperança num futuro de prosperidade, vencendo juntos a crise e salvando a Revolução.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Figueiredo Dias.

**O Sr. Figueiredo Dias (PPD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pela minha voz o Partido Popular Democrático vai fazer a sua última intervenção no debate do Programa do Governo Constitucional. E terminará como começou: pondo ante os olhos as grandes opções políticas subjacentes a um Programa que, por constitucional, tem de adequar-se à construção de um Portugal democrático e em transição para o socialismo.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — À construção, vale dizer de uma nova política, de uma nova economia, de uma nova sociedade e de uma nova cultura.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É esta última que servirá de pretexto às minhas considerações. De pretexto, digo, querendo significar que não visarei a análise das medidas, aliás numerosas e oportunas, contidas no Programa em matéria de cultura, antes sim surpreender as concepções latentes no subsolo de tais medidas e lê-las à luz do étimo fundante da social-democracia que o Partido Popular Democrático representa. No fundo, é do problema político que falo.

A cultura numa sociedade democrática e socialista há-de caracterizar-se pelo diálogo com o passado na afirmação daquilo que queremos ser e na capacidade pessoal de criação do próprio futuro. Disse Vitorino Magalhães Godinho que «a democracia socialista — cito —, plena realização do humano-aberto, não pode deixar de ser total liberdade de criação cultural, sem quaisquer subordinações — formais ou de conteúdo».

É assim também que o Partido Popular Democrático entende a cultura, cujas condições de livre desenvolvimento ao Governo compete assegurar. Importa sobretudo, a nossos olhos, que um Governo socialista se guarde da tentação — que seria também um erro trágico — de pensar a cultura como realização de um modelo prévio ou imitação de qualquer ceticismo em que a liberdade da pessoa não tivesse lugar.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos agora completamente tranquilos quanto a este ponto, depois de termos ouvido o Ministro Cardia afirmar que, para o Governo, cultura não é sinónimo de imposição livresca ou ceticismo.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é que no Programa, segundo a leitura que dele faz o PPD, se contenham medidas que apontem para limitações às forças criadoras do homem — forças que ao Estado cumpre simplesmente desenvolver numa vida cultural o mais descentralizada e diversificada possível. É, sim, que na cultura, como no ensino, na investigação científica e na comunicação, o progresso social — e socialista — dependerá menos das medidas concretas preconizadas que do espírito que as anima. Seria o pior serviço prestado à causa do socialismo democrático que um tal espírito se agarrasse a qualquer fixismo, ou preconceito, ou se comprimisse em fórmulas exclusivas, em dogmas imperiosos, em verdades «científicas» superficiais; que esquecesse, em suma, o sector mais importante de todo o acto cultural, como aliás também de todo o acto educativo — o vector do ser —, quer dizer, da liberdade do agente.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós esperamos que o Governo não esqueça nunca e que em momento algum tenhamos de lho lembrar. O próprio Programa — vejamos juntos — o recorda. Mas não deixaremos de lamentar que, por preconceito ideológico ou pelo horror confessado a uma «inopotuna explicação teórica», o Programa tenha, em matéria de cultura, renunciado a uma definição da orientação geral para se tornar em catálogo, se bem que extenso e ordenado, de medidas concretas. Se a tal o Programa não tivesse renunciado, o PPD teria tido por certo o gosto de ver nele afirmado, sem equívoco nem ambiguidade, que a cultura na sociedade democrática e socialista que se deseja construir é, acima de tudo, um humanismo, um contributo inestimável para o acto de libertação do homem, para o livre e máximo desenvolvimento da personalidade integral de cada ser humano.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Se o meu partido lograr a vossa concordância com o que acabo de afirmar, se a vossa intenção ao escreverdes o Programa coincidir com a leitura que, quanto a um ponto essencial, dele acabo de fazer, então creio bem que muitas coisas se tornarão mais claras e à causa do socialismo democrático estará aberto um amplíssimo campo de entendimento.

Todos saberemos então, em primeiro lugar, que a omissão do Programa, praticamente total, em matéria de relações entre política e religião, entre Governo e igrejas, não tem outro significado que o de mero esquecimento. Sabemos já — disse-o claramente o Primeiro-Ministro — que, tal como nós, o Governo entende como fundamento irrenunciável da vida comunitária a tolerância recíproca e o respeito sagrado pelas crenças e pelo pensamento de cada cidadão. Mas ficaremos agora a saber que, tal como nós, o Governo entende que o socialismo não representa um substitutivo de qualquer religião e que o Governo se autolimitará sempre perante as igrejas e os seus actos de culto próprios, como emanções das liberdades e do ser do homem.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Todos saberemos em segundo lugar que, tal como nós, o Governo considera mandamento dominante da vida escolar o de dar a cada um e a toda a pessoa a possibilidade de desenvolver em plena liberdade as suas capacidades e aptidões individuais.

Verificamos com júbilo que o Governo recusa aquilo que o Programa do PS de 1974 designava como «princípio da educação política» e segundo o qual, «embora a escola deva ser apartidária, não poderá deixar de ser um terreno de luta ideológica que promova uma consciência socialista». E que, pelo contrário, o Governo sente vivamente a horrorosa deformação que pode sofrer o ensino quando nele se instala o totalitarismo, mesmo que se reivinde do socialismo; quando nele pontifiquem professores eivados de partidarismo, que substituem a propaganda ao ensino; quando se ensinam fórmulas e dogmas políticos em vez de se lutar contra todas as tendências conformistas e de se transmitirem hábitos de liberdade de espírito.

Por isso o PPD se declara de acordo com todas as medidas constantes do Programa e ainda agora tão vivamente sublinhadas pelo Sr. Ministro Cardia, que visam, nas palavras deste, «garantir o convívio e a tolerância nos estabelecimentos de ensino, assegurar a objectividade cultural e o pluralismo ideológico, desenvolver o espírito crítico», quebrar, sem hesitações, o clima de medo e o sectarismo que se instalou na escola, enfim, «promover a despartidarização da vida escolar». Mas o meu partido permite-se exprimir receios sobre o possível atardamento de reformas de fundo, mesmo reconhecendo que dificuldades práticas insuperáveis possam impedir a sua entrada em vigor. Neste contexto, e a título de mera exemplificação, poderíamos pôr desde já em destaque, para além das questões há pouco referidas pelo Sr. Ministro, pontos como o da inserção das escolas nas comunidades locais e o do total aproveitamento correspondente das potencialidades destas em matéria de ensino e cultura, ou como o da reforma de fundo

do ensino superior e, em particular, das Universidades e da investigação científica.

O PPD espera e confia em que temas como estes — e tantos outros indispensáveis à instauração de uma nova cultura — serão desde já tomados em mão pelo Governo, com audácia, e não retardadas em nome de dificuldades práticas com que se costuma esgrimir quando se vacila na firmeza das próprias convicções.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se estivermos de acordo no essencial entendimento da cultura, então, e em terceiro lugar, também o Sr. Ministro da Defesa, esperamos, estará de acordo em se fazer eco, junto das instâncias militares, do desejo do meu partido de que a educação militar deixe, por uma vez, de ser o compartimento estanque e dissociado da sociedade civil que foi até hoje, e passe a participar, de forma integrada, no ensino e na cultura do povo português.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — No mistificado slogan «unidade do povo com as forças armadas» uma ideia frutuosa estava aí inserida: a de que o ideal educativo e cultural de uma sociedade democrática e em transição para o socialismo é também o de umas forças armadas novas e democratizadas; e que a tradição do ensino e cultura destas pode constituir um elemento precioso para a sociedade civil. Se assim for, então o ensino e a cultura militares deverão sair do seu regime claustro e aristocrático tradicional, sem prejuízo da sua especialização, sem perda dos seus valores específicos, sem quebra da sua disciplina e das suas regras próprias.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Se estivermos de acordo em que a nova cultura — a cultura de uma sociedade democrática e em transição para o socialismo — há-de ser, antes de tudo, um novo humanismo, talvez então mesmo no estrito campo político nos tenhamos posto de acordo sobre o essencial.

Não será, certamente, por esse acordo que o PS deixará de ser socialista e o PPD social-democrata. Não será por ele que, na estrutura do Estado, vós deixareis de ser Governo e nós Oposição. Não será por ele que vós deixareis de ter o direito de executar a vossa política e nós o direito de criticar, serena, mas severamente, a vossa política e a execução que dela fizerdes.

E, no entanto, repito, algo de muito importante terá sucedido. Ter-nos-emos posto de acordo em que o socialismo democrático que ambos reivindicamos não significa o primado de qualquer consiente colectivo sobre a pessoa individual. Teremos concordado em que ele não se representa como um horizonte fixo e imutável definido por qualquer cartilha, mas como tarefa que se vai realizando em cada dia, na consecução de valores que são os da pessoa humana. Teremos concordado em que podemos disputar sobre a organização económica ou o destino das classes na futura

sociedade socialista sem que por isso tenhamos de mutuamente nos crismarmos de falsos socialistas. Teremos concordado, sobretudo, em que o objectivo supremo do socialismo democrático é o humano individual, a livre realização de cada homem que vem a este mundo.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Será isto uma apreciação do Programa do Governo constitucional? Julgo que ninguém se atreverá a negá-lo, sendo por si evidente que análises deste tipo, conseguidas ou malogradas, podem servir para congregar milhões de portugueses na tarefa imensa de reconstruir uma terra onde cada um possa viver em liberdade e dignidade.

**Aplausos dos Deputados do PPD e do PS.**

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

**O Sr. Ministro das Finanças (Medina Carreira):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estranharam certos sectores — e por isso formularam os seus reparos — a falta de quantificação da crise e a falta de quantificação dos meios financeiros no Programa do Governo.

Quanto a esta — a quantificação dos meios —, será feita nos planos a apresentar em devido tempo aos Srs. Deputados; ali se encontra a sede própria para o tratamento da matéria.

O meu colega do Plano e da Coordenação Económica já sublinhou que o destino dos recursos disponíveis para investimentos — a parcela do rendimento nacional que não for utilizada no consumo — constituirá uma preocupação central do Governo, a quantificar em lugar adequado, de forma subordinada às grandes metas económicas e prioridades definidas no modelo proposto naquele Programa.

A quantificação da crise consta de inúmeras análises da situação económica portuguesa, havendo também no texto do Programa do Governo indicação de importantes elementos sobre o assunto.

Preza, porém, o Governo a oportunidade que tais reparos lhe propiciam para a abordagem do tema.

Ficam, deste modo, mais clarificadas as determinantes da nossa preocupação de austeridade e das medidas destinadas a assegurar a estabilização financeira, como suporte indispensável da recuperação económica.

É geral a crise da sociedade portuguesa.

Não poderiam encerrarse sem sacrifícios meio milénio de império, meio século de ditadura e quase meio lustre de profunda instabilidade política e social.

Estamos a sofrer as sequelas da viragem simultânea dessas páginas históricas.

Talvez nenhuma geração anterior de portugueses tenha defrontado mais rudes problemas.

Porém, na estreiteza do tempo e no âmbito da função, apenas me cabe referir, rapidamente, a grave crise financeira que atormenta o nosso país.

É importante realçar algumas das suas linhas.

Andamos, em regra, alheados dos números que expressam a situação da vida nacional no plano económico-financeiro.

Dai alguns perigosos equívocos.

O facto de há muito se falar da crise e de largas camadas da população portuguesa continuarem a fazer o seu dia-a-dia normal não invalida aquela afirmação, porque, globalmente, se paira muito acima das nossas limitadas possibilidades.

Há que desfazer rapidamente muitas ilusões.

Há que dizer, portanto, e sem rodeios, que estamos em crise; e que continuará a acentuar-se, preocupantemente, se não contribuirmos para debelá-la com urgência.

Deixamos registada aqui esta séria prevenção.

Não há ainda razão para alarmes.

Mas há motivos sólidos que aconselham extremas cautelas.

Nenhum Governo é digno das suas responsabilidades se ao povo oculta a verdade.

Não tanto porque povo prevenido valha por dois!

Mas porque ficará ciente de que é inadiável o começo da reconstrução de uma sociedade repleta de fracturas e de que serão inevitáveis os sacrifícios que haverão de ser pedidos.

Mais aos que podem mais; menos aos que podem menos.

Trata-se, de qualquer modo, de uma exigência a que nenhum Governo poderia eximir-se hoje em Portugal.

Este ou outro qualquer.

Diga-se o que se disser e prometa-se o que se prometer.

Em razão do tempo só poderei abordar, quantificadamente, a situação das nossas relações com o exterior e de parte do sector público.

São, de resto, os aspectos mais relevantes.

Vejamos:

Em 1974 produziu-se em Portugal o equivalente a 232 milhões de contos (a preços constantes de 1970); em 1975 aquele valor desceu para 223 milhões de contos.

Em contrapartida, o que se consumiu aumentou, no mesmo período, de 215 para 226 milhões de contos.

Vê-se então que, em 1975, já foi consumido mais do que foi produzido.

Assim se vive, agora, no nosso país.

Mas todos entendemos, sem dificuldades de maior, que não é viável manter, indefinidamente, um consumo que ultrapassa a produção.

Isto é impossível e não poderá durar mais.

Meditemos, cuidada, responsável e desapaixonadamente, sobre o assunto.

O momento crítico que atravessamos exige-o e o futuro não nos perdoará qualquer leviandade.

As dificuldades irão começar.

Como tem podido o País consumir mais do que produz?

É a pergunta que ocorre e a que se responde facilmente: temos vindo a delapidar o pé-de-meia das divisas; por outro lado, aquilo que deveria ser investido não o é.

Dito de maneira diferente: em parte, o que consumimos é produzido pelo estrangeiro e gastamos no nosso dia-a-dia quantias que melhor seriam aplicadas na criação de novos postos de trabalho.

E nenhum povo pode, tranquilamente, viver assim.

Não podemos inviabilizar o futuro, que nem só a nós pertence, praticando uma política suicida de hipoteca.

A quem o não saiba deve revelar-se que as disponibilidades líquidas sobre o exterior do Banco de

Portugal diminuíram mais de 60 milhões de contos desde Dezembro de 1973 até Julho de 1976.

Mas a queda no 1.º trimestre de 1974 fora já de perto de 10 milhões de contos.

E as reservas de ouro — da ordem das 860 toneladas — acham-se na proporção de cerca de um terço afectas à garantia de empréstimos externos.

A nossa balança de pagamentos começou a acusar saldos negativos em 1974: 16 milhões de contos.

Em 1975 passou para 27 milhões de contos.

Uma estimativa para o 1.º semestre de 1976 revela já um *deficit* de cerca de 20 milhões de contos.

A nossa dívida externa tem-se avolumado muito nos últimos anos; começou a provocar um pesado serviço, que se situará, em 1976, na ordem dos 14 % do valor das exportações.

No 1.º trimestre de 1976 as principais fontes das nossas receitas externas acusavam tendência para a baixa. Esta leitura deve, todavia, ser feita com reservas, em virtude do carácter sazonal de algumas receitas e da estabilização política ocorrida no 2.º trimestre.

Não é difícil entender, face a esta situação, que o nível dos gastos no exterior tem de ser drasticamente reduzido, sob pena do rápido e total esgotamento dos nossos meios de pagamento no estrangeiro.

É certo, porém, que a solução de fundo e definitiva para o País residirá no acréscimo das exportações.

Muitos produtos alimentares que consumimos, matérias-primas e equipamentos que utilizamos nas indústrias provêm de outros países. Fica-se, dito isto, com uma noção da gravidade do problema.

Comecemos já a prescindir do que for menos essencial para que nos não venha a ficar em breve interdito mesmo o que é indispensável.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — As medidas programadas pelo Governo para a contenção de importações e o estímulo das exportações tornam-se, a esta luz, compreensíveis e justificadas.

E se não produzirem, a muito curto prazo, os efeitos necessários, outras mais radicais terão de ser propostas e, provavelmente, adoptadas.

A política cambial deverá hoje prevalecer sobre as outras; isto é, a vida do País deve subordinar-se às condições cambiais do momento.

E para que o valor supremo da independência nacional seja um facto e não mera expressão de retórica política.

O acréscimo desmedido do consumo tem prejudicado as disponibilidades para o investimento, como se disse há pouco.

Reducem-se assim as hipóteses de absorção de desempregados e daqueles que, pela primeira vez, procuram emprego.

O valor dos investimentos (a preços constantes de 1970) diminuíram de 47 milhões de contos, em 1973, para apenas 29, em 1975.

A exiguidade dos valores poupadados (4% do produto nacional, em 1975, contra 21 %, em 1973) e investidos é altamente preocupante e contribui para um desemprego maciço e perigoso.

O Orçamento Geral do Estado, na sua previsão de investimentos para 1976, consagrou uma parcela im-

portante, o que deixa antever a possibilidade de uma certa melhoria.

Impõe-se-nos hoje a regra fundamental de que é preciso poupar o máximo, de molde a canalizar para o investimento quanto seja possível.

Isto é, para a construção do futuro.

Também no sector público os desequilíbrios financeiros se acentuam em termos nada tranquilizadores.

A um *deficit* de 9,7 milhões de contos nas contas gerais do Estado de 1974 seguiu-se, em 1975, outro de 27,4 milhões de contos.

No Orçamento para 1976 prevê-se um *deficit* da ordem dos 40 milhões de contos, nele se não considerando a aplicação de 5 milhões de contos para aumentos de capital ultimamente decididos.

Há que impedir a continuação do agravamento do *deficit* corrente.

Gera tensões inflacionistas e exerce nociva influência sobre a balança de pagamentos; estima-se que, verificados certos pressupostos, cada 5 milhões de contos de agravamento do *deficit* corrente produzem mais uns 2 milhões de contos de *deficit* da balança.

As atenções deverão recair em especial sobre os subsídios e as transferências (benefícios da Previdência e encargos com desalojados). Trata-se das rubricas que, nos dois últimos anos, maiores aumentos acusaram.

A dívida pública interna, a cargo da Junta do Crédito Público, passou de 30 milhões de contos, em 1974, para 91 milhões de contos, no fim do 1.º semestre de 1976.

E os avales do Estado, da ordem dos 25 milhões de contos no fim de 1973, situam-se agora ao redor dos 35-36 milhões de contos.

As referências a estes valores fundamentam, sem equívocos, a defesa de uma austera política financeira do Estado.

Sem perder flexibilidade e prudência, o Governo não abdicará da aplicação de critérios de selectividade e severidade na autorização dos gastos.

De outro modo, continuar-se-ia a contribuir para a manutenção de consumos realmente insustentáveis nas presentes condições da economia portuguesa.

Foram feitas outras críticas ao capítulo financeiro do Programa do Governo.

Estão ultrapassadas após a concludente intervenção de anteontem do Sr. Deputado Vítor Constâncio.

Não resta mais tempo para lhes dedicar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo propõe-se assumir pesadas e duras responsabilidades.

Tudo fará para se mostrar à altura do desafio que aceitou.

Mas é pela clarividência e pelo trabalho do povo que será modelado o futuro do nosso país.

*Aplausos dos Deputados do PS e do PPD.*

*Vozes:* — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Chegámos ao artigo 197.º do nosso Regimento.

Foram-me postos alguns problemas de que lhes vou dar conhecimento e com certeza submeter à vossa decisão.

Quanto ao prosseguimento dos nossos trabalhos, temos algumas hipóteses: uma é a de se fazer uma interrupção por quinze minutos, já. Temos assim a

possibilidade de três intervenções, o que daria hora e meia, indo nós jantar pelas 20 horas e 30 minutos, o que me parece não apoquentará muito os Srs. Deputados, pois já estão habituados a isso. Outra hipótese é a interrupção já, deixando para as 22 horas o recomeço da sessão.

*Vozes de discordância.*

Estou-me a limitar, como devem compreender, a pôr simplesmente as sugestões que me foram transmitidas.

Se perguntarem a minha opinião, penso que seria mais prudente e equilibrado interrompermos agora por um quarto de hora, retomarmos os trabalhos depois, com três intervenções ou apenas com duas.

Os Srs. Deputados dirão, mas três intervenções pare-me excessivo. Fariámos assim duas intervenções, ficando outras duas para as 22 horas. Das 22 às 23 horas, na melhor das hipóteses, teríamos terminado completamente o debate e usaria da palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Que pensa o PPD?

*Pausa.*

Perguntei ao PPD como poderia ter perguntado a outro partido qualquer, mas, como o PPD não se decide, tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa, que já a pediu.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente: Na nossa opinião, julgamos que ou as intervenções se fazem já todas seguidas ou se fazem todas depois das 22 horas, também seguidas.

Eu refiro-me naturalmente às intervenções dos representantes dos partidos, pois se comprehende que depois haveria um intervalo para a intervenção do Primeiro-Ministro, no caso de as intervenções dos representantes partidários terem lugar de seguida.

Não creio que seja correcto criar estatutos diferentes para a hora ou o ritmo de intervenções dos representantes dos partidos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo.

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sr. Presidente: A nossa opinião é de que deveria interromper-se a sessão já e recomeçar não às 22 horas, mas sim às 21 horas.

O Sr. Presidente: — Aí está a chamada «solução ecléctica».

*Risos.*

Que pensa o Partido Socialista?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Nós pensamos que os vários partidos devem falar em igualdade de circunstâncias e, portanto, devem falar de seguida.

Quanto ao intervalo propriamente, concordamos com ele, mas afigura-se-nos que um intervalo de quinze minutos chega para os vários oradores porem os seus apontamentos em ordem.

O Sr. Presidente: — O Partido Comunista que diz?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Concordamos com a proposta agora feita pelo Sr. Deputado Barbosa de Melo, que, aliás, é uma das propostas que tínhamos feito ao Sr. Presidente: interromper agora e recomeçar às 21 horas, e não às 22 horas. Certamente não fui muito claro e o Sr. Presidente não compreendeu bem esta nossa proposta.

O Sr. Presidente: — Que pensa a UDP?

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Nós apoiamos a proposta do Sr. Deputado Barbosa de Melo: interrupção já e recomeço para os discursos às 21 horas.

O Sr. Presidente: — Estão de acordo?

O Sr. Primeiro-Ministro: — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Tenho a impressão de que o Governo também deverá ter aqui uma palavra, visto que a sessão vai terminar, segundo ouvi dizer, à meia-noite e, portanto, é preciso fazer o cômputo dos tempos para saber quanto tempo ficará ao Primeiro-Ministro para responder. Se a sessão vai recomeçar às 22 horas, como ouvi dizer, se há meia hora para cada partido, que são cinco, temos duas horas e meia, o que atira para a meia-noite e meia hora antes de o Primeiro-Ministro falar. Então a que horas é que vai falar o Primeiro-Ministro?

O Sr. Presidente: — Mesmo que recomeçássemos às 21 horas, as intervenções dos partidos só acabariam às 11 horas e 30 minutos.

O que me parece, e se a Assembleia não levar a mal esta minha sugestão, é que não há necessidade nenhuma que esta sessão acabe à meia-noite. Se o Sr. Primeiro-Ministro estiver no uso da palavra, e o País e a Assembleia têm todo o interesse em ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, suponho que este problema não se põe perante nenhum dos Deputados aqui presentes.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Portanto, quanto a isso, pode o Sr. Primeiro-Ministro estar perfeitamente tranquilo. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Era para dar o nosso acordo à posição do Sr. Presidente. Nós não faremos questão de que o Sr. Primeiro-Ministro prolongue a sua intervenção para além da meia-noite.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Eu queria agradecer muito à Assembleia da República a faculdade que me dá de falar depois da meia-noite.

O Sr. Presidente: — Estamos, portanto, todos de acordo. A sessão reabrirá então às 21 horas.

Está suspensa a sessão.

*Eram 19 horas e 15 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 21 horas.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros, em representação da UDP.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, povo trabalhador de Portugal: Enquanto esta Assembleia discutia o Programa do Governo, os fascistas não ficaram parados diante dos televisores a assistir ao debate. Prosseguiram e prosseguem na conspiração de direita que vêm preparando há bastante tempo. A libertação dos chefes da criminosa PIDE, os ataques ao Conselho da Revolução, os atentados bombistas e a grande provocação do regresso do fascista Spínola, são tudo faces da mesma moeda, faz tudo parte do plano montado pelas forças de direita.

As vacilações e conciliações dos anteriores Governos favoreceram o avanço dos reaccionários. O Documento e o Grupo dos Nove deixaram-se embalar nas palavras mansas dos fascistas e contribuíram bastante para a sua recuperação, e hoje são por eles atacados violentamente. Há um ano atrás, esse documento teve o apoio de muitos oficiais e fez vacilar forças antifascistas válidas. Mas hoje, a um ano de distância, nenhuma pessoa honesta pode deixar de ver que, desde aí, as forças do fascismo têm ganho mais e mais posições, estão cada vez mais arrogantes, e hoje, um ano depois, querem o seu chefe mais destacado, Spínola, aqui em Portugal, «em liberdade e segurança».

A imprensa fascista (que já sabia do seu regresso) saúda a sua volta com entusiasmo, chamando-lhe herói e reclamando não só a liberdade, mas também os mais altos postos militares. A tanto chegou o descarramento e a impunidade dos fascistas!

Mas o regresso de Spínola é ainda uma provocação e um desafio ao próprio Governo do Partido Socialista. Que vai fazer o Governo? Que vai fazer o Partido Socialista? Temos a certeza de que neste momento a resposta precisa e clara a esta questão é bem mais importante para o povo que as 260 páginas do Programa do Governo.

É escusado fugir à questão dizendo que este é um assunto dos tribunais. O povo exige que o Governo tome posição clara. O Governo do Dr. Mário Soares vai tomar uma posição firme, que corresponda ao profundo sentimento de revolta que assola o País de norte a sul, ou vai deixar enredar-se pelos fascistas e dobrar os joelhos diante do fascista Spínola?

O Governo vai deixar que esse assassino seja libertado, ou vai exigir que sofra uma pena tão severa que sirva de exemplo aos fascistas, e ao mesmo tempo seja o castigo pelos pesados crimes que cometeu contra o povo português e o nosso país?

O povo não está de braços cruzados à espera da resposta do Governo, ele está, como sempre o fez, a dar a sua própria resposta popular às manobras da

direita e à conspiração. Neste momento, já milhares e milhares de trabalhadores antifascistas, jovens, mulheres e outros progressistas manifestaram o seu repúdio pela escalada reaccionária.

Os moradores de Odivelas e os trabalhadores do Ciborro, que esta semana alcançaram importantes vitórias na defesa dos seus interesses, são mais uma prova da força do movimento popular de massas e das condições favoráveis que existem para derrotar a conspiração reaccionária.

Durante os cinco dias previstos, aqui estivemos a discutir o Programa do Governo, horas a fio. Era o primeiro Governo definitivo. O próprio Dr. Mário Soares disse em alto e bom som no inicio da sua muito longa intervenção inicial: «O povo está cansado de Governos Provisórios e do adiar constante dos seus problemas.» Mas disse mais ainda o Dr. Mário Soares, que este programa apontava para a defesa do socialismo e das conquistas dos trabalhadores, e logo acrescentou, como fica bem a um Primeiro-Ministro de um Governo dito definitivo, que mais tarde apresentaria um programa para quinze anos.

Para já, maiores dificuldades para o povo pobre! Os benefícios virão depois no tal programa dos anos 80! O povo ficou a saber que para já vai apertar o cinto, e para a satisfação das suas justas reivindicações, fica a consolação desse arrojado projecto de quinze anos. Só que o povo não ficou a saber se nos anos 80 não terá de apertar ainda mais o cinto à espera de um ainda mais arrojado plano para os anos 90!

Quando os Governos Provisórios anteriores queriam fugir às exigências prementes do movimento popular, diziam ao povo que esperasse pelo Governo definitivo. Agora, o Governo definitivo adia para os anos 80, no melhor dos casos, a resolução dos problemas do povo. Afinal é isto:

O primeiro Governo definitivo, tão pomposamente apresentado, não passa do VII Governo Provisório. E tal como os anteriores Governos pouco falavam no definitivo, também Mário Soares falou pouco dos esplendorosos anos 80, e falou muito da provisória governação até lá.

O PPD e o CDS gostaram do Programa. Fizeram algumas críticas de circunstância, deram alguns conselhos ao PS e foram dizendo que por esse caminho os anos 80 vão ser de facto esplendorosos ... para eles, claro!

#### Risos.

Vejamos três exemplos:

1.º exemplo: O PS garantiu-lhes que as nacionalizações não iam avançar. Foi o que eles quiseram ouvir.

#### Risos.

Dado que a iniciativa privada vai ficar com sectores que permitem uma rápida acumulação (como, por exemplo, o turismo e a construção civil), dado que as actividades das multinacionais vão prosseguir de forma impune e os grandes patrões vão receber milhões de contos de indemnizações, além de o PS garantir uma total submissão ao Mercado Comum e aos Estados Unidos ...

Uma voz do PS: — É mentira.

O Orador: — ... os grandes capitalistas logo recuperarão o seu poder económico, e apoiados no grande capital internacional, logo arrasão e tomarão de assalto o sector público.

Uma voz do PPD: — Tu lá sabes!

O Orador: — Eles sabem que um Portugal bem integrado nos campos imperialistas não poderá fugir às leis do grande capital internacional. Sectores nacionalizados como a siderurgia, a petroquímica, os adubos, vão ser desenvolvidos para competir no Mercado Comum com as companhias europeias e americanas, em ver de serem orientados para fortalecer a independência da nossa economia perante os imperialismos.

O Governo, em breve, nada lhe restará senão entregar o controlo do sector nacionalizado a algumas dessas firmas estrangeiras, para ver se consegue concorrer com as outras. É para isso que apontam vários factos: o capital do sector nacionalizado vai ser aberto às multinacionais; os planos de expansão do sector nacionalizado vão ser feitos com empréstimos estrangeiros; as grandes empresas nacionalizadas vão ficar dependentes das redes comerciais das marcas e das patentes de meia dúzia de multinacionais.

O Governo oferece, assim, de bandeja, o coração da indústria nacional à cobiça das companhias estrangeiras, para ver se consegue algumas concessões dos Governos imperialistas. Mas os bancos e multinacionais americanos e europeus só emprestam dinheiro para o sector nacionalizado impondo várias condições:

1.º O Governo deverá pagar as indemnizações aos grandes capitalistas portugueses, sócios e parceiros da alta finança internacional desde há largos anos;

2.º O Governo deverá garantir o pagamento rápido das dívidas que esses grandes capitalistas haviam contraído junto dos bancos estrangeiros;

3.º O Governo deverá aumentar os preços dos produtos do sector nacionalizado, como o cimento, o aço, os adubos, o gasóleo, para os colocar ao nível dos preços que essas multinacionais praticam lá fora;

4.º O Governo deverá colocar nos altos postos do sector nacionalizado homens com «experiência», ou seja, homens que já deram provas ao serviço dos Melos e Champalimauds, técnicos seduzidos pelas ideias do CDS e PPD.

#### Risos.

Este exemplo mostra claramente que entregar-se nas mãos do imperialismo é dar força aos grandes capitalistas portugueses e às forças de direita que os representam.

Um segundo exemplo enche os grandes capitalistas de esperanças nos anos 80, é a ameaça, que o Governo pretende fazer, da Lei da Unicidade Sindical. O PPD e o CDS aplaudem e preparam-se já para criar uma central sindical, como manobra de divisão e provocação à central sindical única que os trabalhadores vão criar. Podem dizer-nos que à central do PPD e CDS não vão aderir os sindicatos. Mas eles estão-se nas tintas para isso (risos), porque eles o que querem é que lhes seja permitido criar as suas centrais sindicais, onde vão organizar a burguesia, os

fura-greves e os caceteiros, e fazer propaganda demográfica sobre os trabalhadores.

**Uma voz do PPD:** — Caceteiro és tu.

**O Orador:** — Foi assim que a CIA criou centrais sindicais após a 2.ª Guerra Mundial nos vários países da Europa, como a CFT em França. Sobre esta questão, temos ainda a acrescentar o seguinte, para os sindicalistas do Partido Socialista: afinal, companheiros, se vocês lutam por uma central sindical única e democrática, por que diabo é que uma lei que reconhece a legalidade dessa central é contra os trabalhadores? A única explicação para os absurdos ataques do Governo à Lei da Unicidade é que a direção do Partido Socialista, também aqui, está a ceder perante as exigências da direita.

*Vozes de protesto de Deputados do PS.*

Um último exemplo: a política dos preços e a posição perante os grandes intermediários.

O Governo garante que certos preços não vão subir e os outros não subirão muito.

A direita ri-se! O CDS deu-se mesmo ao gozo de dizer ao Partido Socialista: «Achamos que o vosso Programa tem poucas garantias de que os preços não sobrem!» Eles sabem que não vai haver mais racionalizações, e por isso o grosso dos circuitos comerciais vai continuar nas mãos dos grandes armazénistas e intermediários, o comércio externo vai continuar nas mãos da iniciativa privada e, por outro lado, as multinacionais continuarão sem qualquer controlo.

Portanto, são eles que vão fixar os preços e obrigar-nos a subir através do açambarcamento.

Os grandes intermediários preparam-se para desenvolver em grande escala o mercado negro: os grandes comerciantes do bacalhau, da carne, da batata, têm o seu poder intacto. Todos estão feitos com os partidos da direita, que precisam deles para porem em xeque o Governo do Partido Socialista. Também o Governo sabe as ligações desses grandes comerciantes com a direita.

Mas em vez de mobilizar os camponeses para lutar contra os grandes intermediários, em vez de lançar uma grande acção para montar, com as associações de pequenos e médios agricultores e com as cooperativas, novos circuitos comerciais, em vez de se apoiar nos trabalhadores dos armazéns e supermercados para liquidar as sabotagens dos grandes armazénistas, em vez de apoiar as reivindicações justas dos pequenos comerciantes, em vez disto, o Governo prepara-se para ceder aos grandes especuladores e para devolver os supermercados, como o Pão de Açúcar, aos capitalistas brasileiros.

E, de cedência em cedência, ficará face a uma enorme subida de preços, como ficou o VI Governo em Dezembro-Janeiro.

**Uma voz do PS (aproveitando o facto de neste momento o orador beber água):** — Estás a meter água!

**O Orador:** — Por estes três exemplos vê-se claramente qual vai ser a política da direita. O PS permitiu já que a direita lhe deitasse as mãos ao pescoço (*Risos*), pois que tem perfeitamente minados os pilares essenciais da política económica e social preconizada pelo Governo.

A táctica dos fascistas é ir estrangulando progressivamente o Governo, desestabilizando a situação política, forçando o Governo a medidas antipopulares e aproveitando o descontentamento que essas medidas geram, para enganar demagogicamente o povo. É a política de pôr a bomba com uma mão e com a outra exigir a ordem.

Por outro lado, como o Governo PS não serve completamente os seus fins de restabelecer a ordem dos grandes monopolistas e latifundiários e a repressão desenfreada sobre o povo, a direita servir-se-á das facilidades concedidas para preparar o seu estado-maior e os seus homens nas forças armadas e acelerar a queda do Governo e o golpe da direita reaccionária.

O PS sabe isto tudo. Só que a sua direcção é social-democrata e, como tal, não se apoia na força do movimento popular, mas sim no que eles chamam a «habilidade de negociações».

*Protestos vigorosos dos Deputados do PS, com apupos ao orador e palmadas nos tampos da bancada.*

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Tentam convencer o povo de que, como são muito habilidosos, vão sentar-se à mesa das negociações com o imperialismo internacional, e pela primeira vez em duzentos anos o imperialismo vai fazer uma ajuda desinteressada a Portugal, vão sentar-se à mesa com o PPD e o CDS e vão convencê-los a não criar uma nova central sindical. Falam com os grandes intermediários, e logo estes vão tornar-se nos mais escrupulosos defensores das tabelas de preços, e talvez passem mesmo a lutar para baixá-los, os grandes latifundiários regressarão ao Alentejo ao abrigo da Lei de Reserva, mas depois de terem falado com o Dr. Mário Soares, tornar-se-ão nos melhores amigos dos trabalhadores e começarão eles mesmos a trabalhar a terra, e até o Champalimaud, depois de falar com Mário Soares vai viver para um modesto apartamento na Amadora, e vai tornar-se no mais empenhado defensor da melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

*Risos, à mistura com novos protestos dos Deputados do PS.*

**Vozes:** — Fora, fora!

**O Sr. Presidente:** — Peço a atenção da Assembleia, por favor.

**O Orador:** — Mas o povo ...

**Vozes:** — Qual povo?

**O Orador:** — Mas o povo não acredita que as virtudes retóricas do Dr. Soares consigam transformar a água em vinho e os fascistas em democratas. (*Risos*.) Dois anos de Governos Provisórios mostraram-lhe que essa política de tentar convencer os reaccionários, os grandes capitalistas e latifundiários a colaborarem na democratização do País e a aceitarem as conquistas do povo só tem um resultado: impedir medidas firmes e dar campo às manobras da direita, à chantagem e ao boicote económico, à degradação progressiva da situação política e financeira do País.

O que o povo vê hoje são os sorrisos aos fascistas nesta Assembleia. Sorrisos inteiramente justificados. Não porque o Programa do Governo os satisfaça totalmente, mas porque lhes permite conspirar e preparar «em liberdade e segurança» o assalto ao Poder. Os fascistas estão contentes porque a sua conspiração está em marcha e a obter frutos.

Uma voz do PS: — Tu lá sabes!

O Orador: — Ontem o povo português foi surpreendido pela notícia do regresso de Spínola.

O Sr. António Macedo (PS): — Outra vez?

O Orador: — Não gostam, não?

Risos.

O servidor de Franco, o oficial do exército de Hitler, o criminoso da guerra colonial responsável pelo assassinato de Amílcar Cabral e de numerosos outros crimes contra os povos das ex-colónias, o conspirador do 28 de Setembro e 11 de Março, o responsável pelo assassinato do soldado Luís, quando do bombardeamento do Ralis, o dirigente máximo dos bombistas do ELP/MDLP, sente-se suficientemente seguro para voltar a pisar o solo que os seus crimes haviam ensanguentado.

Uma onda de indignação e espanto, de profunda revolta, percorre o nosso país. (Risos.) Como é isto possível? É o que o povo pergunta.

A conspiração fascista é em grande estilo. Na altura em que o Governo apresenta à Assembleia o seu Programa, a direita não se contenta em libertar o pide que acompanhou ao exílio o actual Primeiro-Ministro. Faz mais: solta o estado-maior da PIDE, o Sachetti, o Inácio Afonso, o Santos Costa, o Abílio Pires e outros assassinos, de modo a vir organizar cá para fora os mil e tal pidés que já se encontram à solta, e com uma experiência de cinquenta anos de luta contra o povo, a liberdade e a democracia.

E como para dizer que quem manda é a direita, não é o Governo, faz regressar o seu herói, Spínola! Eu diria que isto é uma clara provocação ao Governo.

De facto, o Dr. Soares quer-nos porventura fazer ver que também Spínola se transformará num intríngueiro democrata, depois de uma conversa com ele?

Risos.

Só que durante dois Governos Provisórios o Dr. Soares falou diariamente com Spínola, e este fez o 28 de Setembro e o 11 de Março. E não nos diga que não há leis que impeçam o regresso de qualquer cidadão português, porque com essa teoria de que os pidés e os fascistas também são cidadãos como os outros, o que se tem feito é dar-lhes rédea solta. E quanto a não haver leis, também não as havia para derrubar Caetano ou para prender os pidés.

Talvez o Dr. Soares afirme que a conspiração da direita é uma invenção da UDP.

Também já disseram que as declarações de Spínola e de Wallraf era tudo mentira, e não havia conspiração nenhuma. Se é assim, porque estão agora a ser presos como bombistas muitos dos que Wallraf citava nessa entrevista?

Spínola regressou porque sente as costas quentes. Mas os antifascistas e todo o povo que se sentem

ultrajados e insultados pelo regresso desse nazi não lhe vão dar descanso.

O povo não se assusta com as manobras da direita. Elas só reforçam a sua disposição combativa, e a determinação em lhes pôr cobro.

A arrogância fascista quebra-se quando os trabalhadores rurais do Alentejo impedem que os latifundiários ocupem terras a que não têm direito, como aconteceu no Ciborro, ou quando os moradores de Odiveiras reocupam as casas de onde foram desalojados pela polícia de choque às ordens do senhorio especulador.

Se os governantes não fizerem justiça, o povo a fará por eles. Todos os que levantam o seu protesto contra o regresso de Spínola irão descer à rua nos próximos dias para exigirem medidas firmes contra Spínola, os pidés e todos os fascistas. Spínola ainda se irá arrepender de ter regressado, e aqueles que permitiram o seu regresso de o terem permitido.

Ainda ontem a UDP exigiu nesta Assembleia que fosse discutida a questão do regresso de Spínola, e, mais uma vez, fomos sozinhos a lutar aqui dentro contra os fascistas.

Uma voz do PS: — Abaixo os monopólios!

Risos.

O Orador: — Mas se aqui dentro estamos sós, temos a certeza de que lá fora contamos com o apoio do povo e das verdadeiras forças democráticas e revolucionárias.

Queremos saudar, daqui desta tribuna, as tomadas de posição revolucionárias de largos sectores do nosso povo, que se têm manifestado contra as manobras da direita. Queremos saudar também os camaradas do Partido Comunista Português (Reconstruído), PCP (R), que combatem nas ruas, ombro a ombro com os camaradas da UDP e com todos os democratas contra o fascismo e o imperialismo. Estamos confiantes porque contamos com o apoio do povo e dos verdadeiros comunistas do PCP (R) que são os fiéis seguidores do velho PCP de Militão Ribeiro, José Gregório, Alfredo Dinis (Alex) e de outros grandes combatentes, que deram a vida ao serviço do povo e que, se fossem vivos, repudiariam vivamente as posições que ainda ontem estes que se dizem seus seguidores tomaram nesta Assembleia, chegando o Sr. Carlos Brito ao descaradamente de dizer que o seu partido se abstinha, face à proposta da UDP de condenação firme de Spínola, alegando que não percebia o que se estava a passar.

O Sr. Presidente: — Um momento só, por favor, Sr. Deputado.

Como o Sr. Deputado sabe, melhor do que ninguém — deve-o saber com certeza —, esta intervenção tem de ser fatalmente integrada na crítica e na apreciação do Programa do Governo.

V. Ex.<sup>a</sup> até agora, segundo me pareceu, não fez uma única referência ao Programa do Governo.

Tem aproveitado, efectivamente, de certo modo, a complacência da Mesa, fazendo considerações que eu reputo completamente deslocadas do objectivo desta intervenção. Chamo a sua atenção e espero que reconsidera.

O Orador: — Bem, Sr. Presidente, se me permite eu discordo um pouco da observação de V. Ex.<sup>a</sup>, na medida em que a UDP entende que a discussão e crí-

tica do Programa do Governo, no momento em que a direita dirige uma provocação, precisamente enquanto nós estamos a proceder a este debate, não pode passar ao lado desta provocação. E, se nesta Sala ninguém quer enfrentar de frente (*risos*) esta provocação, a UDP está a fazê-lo como sempre tem feito.

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> já enfrentou demasiadamente.

*Risos.*

Eu pedia-lhe o favor, se me é permitido pedir-lhe um favor, de circunscrever a sua intervenção dentro dos dispositivos do Regimento, que é claríssimo e que V. Ex.<sup>a</sup> votou.

Estamos a tratar do Programa do Governo. Estas intervenções, tal como está estabelecido no Regimento, destinam-se exactamente a esse fim. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> reconsidere e não me obrigue a tomar uma atitude que no fundo me desagrada sempre tomar, mas que efectivamente serei obrigado a tomar.

O Orador: — Aliás, estou a terminar, Sr. Presidente, embora me mantenha em desacordo com a crítica que a Mesa me dirigiu. Mas tomarei apenas mais dois ou três minutos a esta Assembleia.

Não quero, no entanto, deixar de fazer notar que a UDP considera que as suas posições ainda não estão suficientemente claras e não só as defende do alto desta tribuna como vai continuar a defendê-las nas ruas e na luta ao lado do povo trabalhador de Portugal, como sempre tem feito, numa posição firme e inconciliável contra o fascismo.

Este manifesto do Partido Comunista Português (Reconstruído) que passo a ler mostra que existe hoje um verdadeiro partido comunista em Portugal.

O Sr. Presidente: — Não posso consentir que V. Ex.<sup>a</sup> aproveite a tribuna para se deslocar por completo do objectivo destas intervenções.

*Vozes:* — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Torno a chamar-lhe, pela última vez, a sua atenção e peço-lhe que não me obrigue a praticar um acto que me constrange sempre e me aborrece, ou seja, ter de lhe retirar a palavra. V. Ex.<sup>a</sup> tem o tempo que o Regimento lhe permite para se integrar dentro do objectivo desta intervenção. Suponho que no objectivo desta intervenção não estão as críticas ao Partido Comunista, o qual não está neste momento em causa. O que está em causa é o Programa do Governo. V. Ex.<sup>a</sup> já disse o que entendeu sobre o general Spínola, que me parece que também não faz parte do Programa do Governo.

*Risos.*

Portanto peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reconsidere e me ajude. Se porventura continuar no mesmo tom, tenha muita paciência mas tenho de lhe retirar a palavra.

O Orador: — Sr. Presidente, a UDP queria insistir que têm estado aqui a ser discutido o Programa do Governo e a ser expostas várias posições.

A esta Assembleia aqui reunida e a este Governo as forças fascistas dirigem uma provocação clara e nós entendemos — e, se os outros partidos não nos quiserem acompanhar, também não nos admiramos — que se deve aproveitar esta tribuna para deixar bem claro qual é a nossa posição face a essa provocação fascista. A UDP considera que ainda não esclareceu suficientemente a sua posição, pelo que pedimos a compreensão do Sr. Presidente.

Pode ser que o Sr. Presidente não entenda que seja esta a melhor forma de criticar o Programa do Governo, porque, se Spínola não consta do Programa do Governo, também não constam lá medidas firmes contra o fascismo e estamos precisamente a exigir que as forças políticas aqui presentes e o Governo tomem essas medidas. Entendemos ser esta a posição mais clara, face ao Programa do Governo e ao futuro Governo, que se pode tomar do alto desta tribuna, no momento em que as forças fascistas dirigem uma provocação e um insulto como este ao povo português e aos mártires dos bombistas.

Portanto, Sr. Presidente, peço a sua compreensão, pois já disse que vou ser rápido, e permita-me que termine o discurso. Apenas tomarei mais três ou quatro minutos, embora o Sr. Presidente possa não estar de acordo com esta perspectiva.

Apenas queríamos apresentar a parte final — que consideramos essencial para completarmos a nossa intervenção — do manifesto do Comité Central do Partido Comunista Português (Reconstruído)...

O Sr. Presidente: — Não lhe consinto, não pode continuar V. Ex.<sup>a</sup>, pois ainda não teve uma palavra de crítica — poderá ter tido alguma que eu não tenha ouvido — ao Programa do Governo de que estamos a tratar.

Eu espero não ter que intervir outra vez, porque da próxima vez que interviver é para lhe cortar a palavra — o que me magoa, mas tenho de o fazer.

O Orador: — Sr. Presidente: A UDP tinha pedido apenas mais quatro minutos. Sabemos que os Srs. Deputados pensavam que viriam passar aqui algumas horas após um jantar sossegado, expondo as suas posições, com a moderação que tem sido característica (*risos*). Mas a UDP considera imprescindível continuar com a sua posição. Se o Sr. Presidente quiser retirar-me a palavra, mas quero dizer francamente que a parte final e os três ou quatro minutos em que queríamos ainda discursar...

O Sr. Presidente: — Só tem dois minutos, Sr. Deputado.

O Orador: — Ai, não está a descontar o tempo, Sr. Presidente?

*Risos.*

O tempo que nos resta é para lermos o manifesto do Comité Central do Partido Comunista Português (Reconstruído), que consideramos essencial para clarificarmos a nossa posição face ao Governo.

O Sr. Presidente: — Retiro a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, não pode continuar no uso da palavra.

*Aplausos dos Deputados do PS e alguns do CDS.*

Tem a palavra um representante do Partido Comunista Português.

O Sr. Álvaro Cunhal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: O debate não modificou, mas pelo contrário reforçou a nossa opinião acerca do Governo do Partido Socialista, ou seja: que a sua formação, composição e Programa não correspondem às exigências da situação actual.

O debate acrescentou ainda mais um motivo para rejeitarmos este Governo e este Programa como a solução democrática deseável e necessária. Esse motivo foi o apoio constante e comprometedor do CDS e do PPD. O PPD, pela sua parte, actua como se fosse um partido de coligação aceitando provisoriamente não estar representado no Governo.

Quando ouvimos o Deputado Sousa Franco do PPD dizer que o Programa do Governo PS «é um passo em frente», entendemos que é um passo em frente em direcção ao PPD, e se é um passo em frente em direcção ao PPD é um passo que afasta dos trabalhadores e aproxima do capital, que afasta da perspectiva do socialismo e aproxima da perspectiva de recuperação capitalista.

*Vozes do PPD:* — Não apoiado!

O Orador: — É natural que digam não apoiado. Se nós fôssemos dizer não apoiado a todas as palavras que os Srs. Deputados do PPD dizem, estávamos sempre a dizer não apoiado.

Sem dúvida que tal como sucedeu nas eleições para a Presidência da República há neste apoio grande parte de cálculo. O debate confirmou, porém, qualquer coisa mais: que o Programa do Governo vai, no fundamental, no sentido da defesa dos mesmos interesses e das mesmas soluções que o CDS e o PPD defendem.

*Uma voz do PS:* — Não apoiado!

O Orador: — O Governo respondeu a numerosos pedidos de esclarecimento. No que respeita ao nosso partido, se alguns esclarecimentos foram dados com sentido positivo, as respostas ou omissões quanto a problemas essenciais confirmam as nossas reservas e em muitos casos as agravaram.

Comecemos pelas liberdades:

O debate não nos tranquilizou quanto à política do Governo em matéria de liberdades.

No que respeita à liberdade de organização sindical, ouvimos fontes ataques ao movimento sindical português, tanto da parte do Sr. Ministro do Trabalho, como da parte de Deputados socialistas, como de Deputados do PPD e ainda do CDS, que, depois do último congresso, parece disposto a lançar os capitalistas à organização de sindicatos operários. Ouvimos até atacar os comunistas por terem promovido e dirigido a organização sindical dos trabalhadores no tempo do fascismo, que impedia violentamente a liberdade sindical e declarava que a Intersindical (de que a actual é continuadora) era clandestina.

Há que dizer que, quando a ditadura não conseguiu impedir e abafar a organização independente dos trabalhadores, não será num regime democrático que ela será impedida.

O Sr. Ministro do Trabalho chama à unicidade uma «monstruosidade jurídica», ...

*Vozes:* — E é.

O Orador: — ... que certamente deixaria de ser «monstruosidade» se acaso um dia o partido do Sr. Ministro tivesse a hegemonia no movimento sindical.

*Uma voz do PS:* — E tem.

O Orador: — Além da declaração do Sr. Primeiro-Ministro, nada de positivo é dito em relação à Intersindical. Nada de positivo é dito também em relação aos esforços dos sindicatos para a organização de um congresso unitário.

O Sr. Aires Rodrigues (PS): — É mentira!

O Orador: — Digo a mesma coisa que há pouco disse: se me dizem que é mentira, podemos dizer mil vezes «é mentira» durante as vossas intervenções. É assim que compreendem o respeito pela liberdade de opinião? É assim que entendem ...

*Vozes de protesto do PS.*

O Sr. Presidente: — Peço a atenção da Assembleia. Não vamos estabelecer diálogo, porque eu não posso consentir.

O Orador: — Os ataques ao movimento sindical pressagiam que o Governo pretende dividir, enfraquecer e controlar a organização sindical dos trabalhadores, a fim de quebrar a resistência ao agravamento da exploração, que projecta numa perspectiva de recuperação capitalista.

*Uma voz do PS:* — Demagogo!

O Orador: — Ainda no que respeita ao direito de organização dos trabalhadores afirmou-se que o PCP se opõe à organização das comissões de trabalhadores, quando é certo que actualmente (como de há trinta anos para cá) nenhum outro partido faz mais para a formação e acção das comissões de trabalhadores.

É sem grande parte por isso que se desenvolve uma ofensiva contra as comissões de trabalhadores e se projectam regulamentações e se praticam discriminações.

Pela nossa parte, opõemo-nos a regulamentações das comissões de trabalhadores de forma a submetê-las ao controlo e à direcção efectiva do Estado e do Governo.

Por tudo quanto aqui se disse (particularmente o Ministro do Trabalho e o Deputado Aires Rodrigues) em relação ao direito à greve transparece o projecto de fazer aliviar leis regulamentadoras do direito, que efectivamente o limitam. O interesse coincidente do CDS, PPD e PS para a revisão da Lei da Greve não é de molde a tranquilizar os trabalhadores.

O PCP tem insistentemente alertado contra o uso indiscriminado da greve, pela necessidade da sua utilização tendo em conta todas as suas incidências económicas e políticas. É porém evidente que as limitações que se preparam contra o direito à greve inserem-se também na tentativa de abafar as previsíveis

reações dos trabalhadores ao agravamento da exploração, numa perspectiva de recuperação capitalista.

No referente à liberdade de informação, designadamente a liberdade de imprensa, o debate reforçou as nossas apreensões acerca dos critérios de monopolização pelo partido no poder dos meios de comunicação social, pagos com mais de meio milhão de contos anuais dos dinheiros públicos.

Insiste-se em que não haverá discriminações e sancionamentos por motivos ideológicos. Mas, enquanto se readmitem fascistas na Radiodifusão e em jornais estatizadas, são atingidos por medidas repressivas na comunicação social mais de cento e cinquenta trabalhadores despedidos, suspensos com ou sem remuneração, quase sempre afastados dos seus postos. E já com este Governo continuam sancionamentos à esquerda um pouco por toda a parte no aparelho do Estado.

Ainda nesta matéria, em intervenções de membros do Governo e de Deputados do PS transparece uma inesperada noção do «jogo democrático». O Dr. Zenha, em resumo, concluiu que só a política do PS é constitucional. E outro Deputado socialista, querendo emendar a mão, insistiu no erro, dizendo que, se o Programa corresponde à Constituição, todos o devem apoiar. O PS teria, assim, o exclusivo de governar segundo a Constituição e as divergências de opinião e as diferenças de programa poderiam sempre ser acusadas de inconstitucionais. É indubitable que nestas concepções transparece uma singular concepção da democracia pouco conforme com o pluralismo.

A luta por uma política própria e contra uma política de que se discorda é um direito inalienável em democracia, e no fim de contas uma das razões de ser dos partidos políticos. Pela nossa parte não prescindimos nem prescindiremos desse direito.

#### Sobre a dinâmica económica e a crise:

Estamos de acordo em que na actual realidade económica portuguesa coexistem duas formas distintas de propriedade em duas grandes zonas diferenciadas, cada qual com a sua dinâmica própria.

De um lado, um sector capitalista, a que se chama hoje delicadamente de «iniciativa privada», e do outro lado, um sector que a revolução portuguesa arrancou ao domínio do capitalismo monopolista e que é constituído pelas empresas nacionalizadas, pelas empresas onde se verificou a intervenção do Estado, por aquelas onde se instaurou o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, por outras que se transformaram em cooperativas, e pelas unidades colectivas de produção e cooperativas na zona de reforma agrária.

Segundo o Partido Comunista, na situação actual, não se trata de colocar estas duas zonas uma contra a outra, mas de estimular uma e outra tendo em conta as suas características e dinâmicas próprias.

Na perspectiva do desenvolvimento da democracia rumo ao socialismo, é a zona arrancada ao capitalismo monopolista e aos grandes agrários que terá o papel fundamental a desempenhar.

Nesse sentido consideramos particularmente perigosas as ideias daquilo a que chamam «coexistência concorrencial» e «emulação entre dois modelos».

E consideramos perigosas porque, se assim se entende a evolução das estruturas económicas, dependerá em grande parte da política do Governo a resposta à questão «quem leva a melhor?». E na

política do Governo aqui definida (não tanto nas afirmações dos economistas que falaram, mas dos políticos que explicaram) vê-se a inclinação para desde já enaltecer o capitalismo e denegrir e inviabilizar a dinâmica que assenta na perspectiva do socialismo ...

#### Uma voz do PS: — Não apoiado!

O Orador: — ... e essa só com os trabalhadores e nunca contra eles se pode concretizar.

Se, por um lado, se afirma que a futura predominância do sector de propriedade social dependerá das «provas que o sector socializado da economia consiga dar» e se, por outro lado, se vê que a preocupação do Governo é mais ganhar a confiança dos capitalistas do que ganhar a confiança dos trabalhadores; se se ouvem constantes acusações ao controlo operário e à gestão pelos trabalhadores; se alguns fazem um juízo condenatório das nacionalizações e da Reforma Agrária, que acusam de atentados à propriedade privada e roubo de terras — há razões para recuar que no Governo do PS haja quem pense «pôr à prova» o sector nacionalizado para justificar que, de uma ou de outra forma, boa parte seja restituída ao capital.

A rentabilidade do sector público não pode ser um critério para decidir de eventuais desnacionalizações. É característico do capitalismo monopolista de Estado, e esse foi o caso de Portugal antes de 25 de Abril, que o Estado ao serviço do grande capital chama a si e nacionaliza os sectores básicos, que deixam de ser rentáveis, assim como novas infraestruturas que necessariamente o serão. É o que sucedeu com os caminhos de ferro e com os telefones ainda no tempo do fascismo. Há sectores e empresas que são e continuarão sendo altamente deficitárias e não venha amanhã o Governo concluir da derrota do sector público naquilo a que chama a «coexistência concorrencial», porque a CP, por exemplo, é e será durante muito tempo deficitária.

Na situação actual poucos são os que contestam frontalmente as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril.

Se bem ouvimos, até o CDS se pronunciou aqui pela defesa das conquistas da Revolução.

O que o CDS exige naturalmente é que haja bons gestores, que haja competência técnica, que a administração dos bens públicos esteja em «mãos aptas». E como é o CDS, no seu próprio entender, que tem gestores e competência e mãos aptas, conclui-se que, para defender o sector nacionalizado rumo ao socialismo, o melhor seria entregá-lo à gestão do CDS.

É inquietante ouvirmos aqui o Sr. Primeiro-Ministro pedir os bons ofícios do CDS para o regresso dos técnicos que fugiram à Revolução, e o CDS, de maneira formal, responde favoravelmente ao convite, propondo logo no concreto fazer parte de uma comissão do Ministério dos Negócios Estrangeiros para fazer o inventário.

O PCP defende que é necessária preparação e competência. Mas uma coisa é estimular quadros e preparar quadros, outra é querer reintroduzir nos sectores nacionalizados técnicos que estão especializados sobretudo no serviço ao grande capital, para que venham, a pretexto de competência técnica, criar em sectores básicos as condições de recuperação capitalista.

É necessário sublinhar que as nacionalizações em si, fora de um processo económico progressista, nada têm a ver com o socialismo, antes, muitas vezes (como o mostra a experiência da social-democracia), são um instrumento do grande capital monopolista.

O Deputado Dr. Zenha afirmou há tempos não ser marxista porque o próprio Marx não o era. Parece porém que guardou, talvez como recordação, um qualquer volume do companheiro de combate e ideias de Marx, pois na sua intervenção uma vez mais citou Frederico Engels. Pois lendo Engels talvez se recorde que Engels no seu tempo se ria a bom rir dos pseudo-socialistas que viam socialismo nas nacionalizações de Bismarck. O capitalismo sempre procedeu a nacionalizações, sem que estas alterem no mínimo o sistema económico.

Há duas perspectivas completamente diversas: uma, a perspectiva da consolidação das nacionalizações, do controlo operário, da Reforma Agrária, como grandes conquistas revolucionárias em que deve assentar um desenvolvimento económico rumo ao socialismo; outra, um projecto de recuperação capitalista e agrária que respeite formalmente estas conquistas do nosso povo mas que vise a sua reconversão ao sistema económico capitalista, e que por isso significará desde já diminuição de salários reais, de regalias sociais, o aumento dos preços, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Aquilo que aqui disseram Ministros e Deputados reforça a nossa opinião de que o Governo do Partido Socialista está voltado para este segundo caminho, para o caminho da recuperação capitalista, agrária e imperialista.

#### Vozes do PS: — Não apoiado!

**O Orador:** — Que assim seja, que assim seja!

Aquilo que aqui disseram reforça, a nosso ver, essa perspectiva; se assim não for, nós ficamos muito satisfeitos. Se o Partido Socialista realmente cumpre na sua actividade aquilo que em formulações gerais aqui afirma — que pretende que a democracia portuguesa caminhe para o socialismo, e se pelo socialismo entende que se acabe com a exploração do homem pelo homem — as medidas práticas que tomar, mesmo com esta direcção, não terão a oposição do Partido Comunista, pode ter a certeza disso.

#### Aplausos dos Deputados do PCP.

O Deputado do PS Vítor Constâncio afirmou que, para tapar o grande *deficit* existente entre a produção e o consumo, o PCP defende a austeridade e respondeu dizendo que o equilíbrio não se consegue cortando consumos sumptuosos como iates, *Mercedes* e jóias, os exemplos que citou.

Esta crítica à nossa crítica nem é exacta nem convincente.

Em primeiro lugar, o PCP pronuncia-se pela austeridade, mas coloca sempre um outro factor necessário ao equilíbrio: o aumento da produção.

Em segundo lugar, os consumos supérfluos e sumptuosos não são só iates, *Mercedes* e jóias, e nós podemos fornecer ao Governo uma longa lista, se o Governo estiver disposto a começar verdadeiramente a austeridade por aqueles que têm altos rendimentos.

Em terceiro lugar, a redução dos altos consumos, se não tapa, só por si, o buraco financeiro, tem grande significado moral. Se, no que respeita a iates, *Mercedes* e jóias (e não só) não há restrições, as classes trabalhadoras não se sentirão inclinadas a fazer sacrifícios que o Governo lhes queira impor.

Defendendo o aumento da produção, o PCP defende naturalmente o aumento da produtividade, a necessidade de acumulação e dos investimentos e a necessidade de atender ao problema do desemprego, que a continuação da emigração descongestiona, mas para o qual não é solução deseável.

É também conhecido que a maior parte dos grandes investimentos nos grandes projectos (alguns dos quais verdadeiros abortos da planificação do capitalismo monopolista) criam um número reduzido de postos de trabalho.

Por isso defendemos que na conjuntura actual parte dos investimentos seja feita em capital variável, isto é, em sectores onde há elevado número de trabalhadores, e concordamos com o propósito de o Governo investir na construção, nas obras públicas, na agricultura e na pesca.

A este respeito é entretanto necessário sublinhar que qualquer arranque para a estabilidade económica e o desenvolvimento exige investimentos em sectores onde é muito elevada a composição orgânica do capital e onde, portanto, os investimentos não se traduzem numa proporcional criação de postos de trabalho.

Na solução destes problemas pesa, como em todos os outros, o rumo que se pretende imprimir à democracia portuguesa.

E o debate, a nosso ver, não respondeu às nossas interrogações e não diminuiu as nossas apreensões.

Nem, como acabamos de ver, em relação às nacionalizações.

Nem no que respeita às empresas com intervenção do Estado e onde existe *controlo* operário e gestão pelos trabalhadores, ao qual se referiu o Sr. Ministro do Trabalho (contra «um *controlo* anárquico, à vontade e espontâneo»), como chamou, em termos que, associados às práticas recentes, agravam as nossas preocupações.

Nem no que respeita à Reforma Agrária, em que um Sr. Deputado citou a plataforma para o Ministério da Agricultura do VI Governo dizendo que o PCP a não cumpriu; não referiu que nessa plataforma está escrito que o exercício do direito de reserva não deverá prejudicar a unidade e viabilidade das unidades colectivas de produção, mas existem despachos do Sr. Ministro em que, sobre pareceres técnicos e decidindo desanexações, foi cortada sistematicamente a reprodução desse ponto da plataforma feita pelos técnicos como proposta.

Embora com excepções, o tom geral das intervenções dos membros do Governo e Deputados do PS foram sucessivas referências a salários considerados demasiado elevados e a lucros considerados demasiado baixos, sorrisos e flores para os capitalistas e a direita e ameaças mais ou menos veladas contra os trabalhadores e os comunistas. Em relação aos meios de comunicação social estatizados ainda há dias o Sr. Primeiro-Ministro, de volta de uma viagem ao Porto, não achou serem de referir as discriminações para com o movimento operário e popular, mas subli-

nhou serem de atender as queixas dos capitalistas. Em tudo isto transparecem sentimentos e preocupações que nada têm a ver com os sentimentos e preocupações dos trabalhadores.

Como se ouviu neste debate, bastou afirmarmos a determinação de lutarmos pelo que consideramos justo para ouvirmos da boca de um membro do Governo a palavra «cautela!» (com ponto de exclamação e pausa). Pois aqui queremos dizer também ao Governo «cautela!». A democracia constrói-se e o caminho do socialismo percorre-se com os trabalhadores e não contra os trabalhadores. A conciliação universal não é possível numa sociedade dividida em classes, dividida em explorados e exploradores.

Há momentos em que é necessário decidir com um espírito de classe. Se o Governo decidir segundo os interesses do grande capital e dos grandes agrários, terá sem dúvida contra si a população trabalhadora, e sobre isto não deve o Governo ter quaisquer ilusões.

Duas palavras sobre política externa:

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu a objecção fundamental do PCP ao programa de política externa do Governo e as relações com os países socialistas.

Pode querer ter graça, mas não é exacto. O fundamental para nós é uma política de independência nacional, de real diversificação das relações e não da subserviência aos países do Mercado Comum e aos Estados Unidos, à qual necessariamente conduz a realização do Programa do Governo, animado por conceções mais conformes com os tempos da guerra fria que com os dias de hoje.

Como foi aqui referido, o PCP não tem levantado a saída de Portugal da OTAN. Mas é conhecido que não concordamos com a participação e pensamos ser questão a resolver num quadro internacional mais amplo.

Portugal corre o risco, com a política externa que o Governo propõe, de se tornar novamente um peão do jogo das grandes potências imperialistas, soldando novas cadeias de dependência financeira, económica, diplomática e militar. Este é o ponto essencial da nossa crítica à política externa do Governo.

Naturalmente pensamos ser necessário desenvolver as relações com a União Soviética e os outros países socialistas e, se isso é considerado correcto, o Governo deve dizer-lo e fazê-lo. Que sejam assinados uns tantos acordos é um bom princípio, pois os acordos dão base jurídica para as relações. Mas depois há que transformar os acordos em actos. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros conhece perfeitamente os mil e um entraves que a essas relações têm sido postos do lado português.

Quanto a Angola e Moçambique, insistimos: o essencial não são declarações de boas intenções — o essencial é pôr definitivamente de lado conceções e projectos neocolonialistas e procurar sarar as feridas provocadas pelo erro monumental do VI Governo, sob hegemonia PS-PPD, com o respeito efectivo dos princípios da igualdade, do respeito pelos interesses mútuos, da soberania e da não interferência nas questões internas.

Tememos que o Governo, à custa de querer ser demasiado europeu, deixe de ser suficientemente português. Ou seja: que a sua política externa acabe por favorecer mais os grandes países desenvolvidos numa

Europa integrada do que os interesses portugueses entendidos na perspectiva de um desenvolvimento político, económico e social, que corresponda aos interesses e aspirações do nosso povo e à efectiva independência do nosso país.

Esta é a nossa posição.

Para finalizar:

Os Deputados do Partido Comunista não interviewaram com espírito de oposição sistemática.

Expusemos algumas das grandes linhas que, no entender do nosso partido, deveriam nortear a política de um Governo democrático para poder solucionar os graves problemas que Portugal defronta e assegurar, juntamente com os outros órgãos de soberania, a consolidação da democracia e o prosseguimento do processo democrático.

Apresentámos situações concretas, formulámos perguntas concretas, sugerimos em alguns casos medidas e soluções.

Se as intervenções de membros do Governo e de Deputados do PS levam a admitir que em alguns pontos possam ser adoptadas medidas positivas, na maior parte dos casos as respostas e desenvolvimentos mais agravam as nossas preocupações.

Se o Governo PS desliza atrás dos cantos de sereia da direita reaccionária corre o risco de amanhã ser combatido e facilmente ultrapassado por aqueles mesmos que hoje se procuram colar ao Governo, anuncianto entretanto que a solução virá a ser a chamada «grande coligação democrática», ou a chamada «maioria presidencial», ou seja — um Governo abertamente de direita a suceder ao Governo do PS.

Os socialistas deveriam sentir-se preocupados por ver que apoios, louvores, ofertas de apoio e cooperação às suas pessoas e à sua política lhes vêm de sectores que eles próprios têm afirmado serem reaccionários. Deviam sentir-se preocupados por tão sublinhada coincidência de pontos de vista do seu partido com partidos de direita. Podem os socialistas — é o seu direito — não estar preocupados com a colagem do PPD e do CDS ao seu partido. E vice-versa, naturalmente. Nós estamos. Não por nós, mas pela democracia portuguesa.

O Sr. Pedro Roseta (PPD): — Quem diria!

Risos.

O Orador: — A democracia portuguesa não está interessada em que se acentue a guinada à direita do Partido Socialista, não está interessada em que este passe a ser um partido que, pelo seu Programa e a sua prática política, pouco se diferencie do PPD e do CDS, partidos que representam os interesses do grande capital e dos agrários.

A democracia portuguesa não está interessada em que se concretizem os planos da reacção para formarem, na base do anticomunismo, uma grande aliança das forças reaccionárias e conservadoras contra o povo trabalhador de Portugal.

Infelizmente, em matéria de anticomunismo, as afirmações de alguns oradores do PS não se distinguem e em alguns casos excedem as do PPD ou CDS. Num momento em que o regresso do ex-general Spínola reaviva as ameaças da reacção, nenhum democrata que assista pela TV a este debate poderá sentir motivo de alegria na unanimidade dos aplausos PS-

PPD-CDS a tiradas anticomunistas. Cada qual naturalmente tem a consagração que merece. Nos aplausos entusiásticos do CDS, o Sr. Ministro da Educação, Sottomayor Cardia, teve o justo prémio da sua vertiginosa evolução ideológica.

*Risos.*

Dir-se-ia que a direita, com a sua aprovação, seus elogios e o seu estímulo, empurra o PS para um beco sem saída, para o qual ele próprio voluntariamente se dirige.

Pela nossa parte entendemos que a democracia portuguesa não está interessada em que o previsível fracasso da política do Governo PS seja o fracasso e a derrota da própria democracia.

Por isso o PCP não irá adoptar uma orientação que venha a facilitar um avanço das forças da direita.

Por isso, ao mesmo tempo que reafirmamos a nossa firme discordância em relação à formação, composição e Programa do Governo do Partido Socialista, ao mesmo tempo que declaramos combater a política antioperária e antipopular que intervenções de membros do Governo e de Deputados do Partido Socialista permitem prever, não tomaremos, como nunca tomámos, uma atitude contestatária de oposição sistemática.

Medidas que o Governo venha a tomar contra as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas da Revolução, terão o nosso combate.

Medidas que o Governo venha a tomar que correspondam aos interesses dos trabalhadores, à defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, terão o nosso apoio. Nesta Assembleia e fora desta Assembleia.

Por isso também, ao contrário do que muitos esperavam, o Partido Comunista Português não apresenta uma moção de rejeição, certo de que esta atitude é a que melhor serve os interesses dos trabalhadores e da democracia e a que pode contribuir para manter viva e possível a perspectiva de uma política democrática, uma política de esquerda em Portugal.

O Partido Comunista Português entende que, nas condições actuais, a estabilização da situação democrática e das instituições consagradas na Constituição é favorável a todo o processo democrático.

Mas não vai ser fácil. A defesa das liberdades, da democracia, será uma grande batalha a travar, e é necessário que seja travada em comum por todos os que querem continuar a viver em liberdade.

O regresso, neste preciso momento, do general Spínola comporta em si perigos reais. Não é preciso ser profeta para prever como resultado, directo ou indirecto deste regresso, que não tardarão muitos dias sem que se verifiquem novas contestações à Constituição, novas tentativas da reacção para provocar alterações no aparelho do Estado, novas conspirações, novos motivos de incerteza e intranquilidade para o povo português.

Vemos com apreensão que neste momento se avancem ideias de direcção das forças armadas pelo Governo, quando a Constituição estabelece para os próximos anos um regime em que há um outro órgão de soberania, o Conselho da Revolução, nos termos da Constituição, que, parafraseando um Sr. Deputado, «a todos nos obriga».

O facto de o PS, apesar de minoritário, ter acabado de constituir Governo não deve levar os socialistas, assim como quaisquer outros democratas, a fechar os olhos às realidades e aos perigos.

Hoje, muitos socialistas acompanham a direita no combate aos comunistas. Mas se um dia o povo português tivesse a desdita de ser submetido a uma nova ditadura, seriam, sem dúvida, os comunistas os primeiros a sofrer a repressão, mas os socialistas e todos aqueles que se mantivessem fiéis aos ideais das liberdades e do progresso social acabariam por ir fazer companhia aos comunistas nas prisões, na tortura e talvez na morte.

Por isso, hoje, como sempre, continuamos prontos à unidade com todos aqueles que, sejam quais forem as suas concepções políticas, estiverem pela sua parte prontos, também, a unirem-se aos comunistas na luta em defesa das liberdades e da democracia, na luta em defesa das conquistas da Revolução, na luta para que Portugal livre e independente construa um regime democrático a caminho do socialismo.

*Aplausos dos Deputados do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado do CDS.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Conclui-se hoje a apreciação parlamentar sobre o Programa do Governo e é tempo de tirar a lição do debate aqui travado.

Três aspectos sobressaem desde logo, sob o ponto de vista formal, na análise do processo constitucional em que participamos.

O primeiro, decerto um dos mais importantes, foi o clima de serenidade democrática em que decorreram os nossos trabalhos — serenidade democrática particularmente reforçada, aliás, pelo contraste entre a generalidade das intervenções e a actuação *sui generis* da UDP. Descontado esse triste exemplo de falta de cívismo, podemos orgulhar-nos da elevação, da dignidade, do espírito de respeito mútuo de que todos os demais, Governo e Deputados, deram mostras. Creio poder afirmar, sem contestação possível, que a democracia saiu vencedora desta prova pública a que foi submetida e que o povo português tem hoje mais uma razão, a somar a tantas outras, para aderir, no seu íntimo, às instituições democráticas e para as defender, com empenho crescente, contra quem as não aceite ou nelas não acredite.

O segundo aspecto digno de realce foi, sem dúvida, o facto de a rádio e, sobretudo, a televisão terem procedido à transmissão integral do debate parlamentar, facto que abre um capítulo novo na história da nossa vida pública e a que, como era de esperar, os Portugueses corresponderam com enorme entusiasmo. De norte a sul, na Madeira, nos Açores, em Macau, e bem assim nos diversos núcleos de emigrantes espalhados pelo Mundo, os nossos concidadãos — interessados, atentos, responsáveis — têm seguido, directamente ou em diferido, o desenrolar das intervenções do Governo e da oposição, despertando para a política no que ela tem de mais nobre e sentindo-se chamados a participar, pela primeira vez, como povo adulto que agora podem ser, neste novo tipo de acto cívico de transcidente significado político. Durante o de-

bate, o pensamento do CDS foi várias vezes para aqueles que pelo 25 de Abril e pelo 25 de Novembro tornaram possíveis momentos como este.

Um terceiro e último aspecto, de carácter negativo, caracterizou formalmente o processo que hoje termina — a má organização do próprio debate em si.

Com efeito, inexperientes como todos somos nestas lides, não conseguimos prever no Regimento uma fórmula mais viva, mais dialogante e mais útil para este género de discussão. Talvez fosse preferível dividir a apreciação do Programa do Governo em tantos debates quantos os grandes temas em análise — política externa, política interna, economia e finanças, trabalho e assuntos sociais, educação, etc. —, concentrado em cada um os comentários dos diversos partidos e as respostas do Governo, de modo a facilmente se apreender o sentido de conjunto sobre cada assunto. O CDS convida os restantes partidos a uma reflexão acerca deste ponto, antes que se apague em nós a noção viva dos defeitos anotados e o sentido dos aperfeiçoamentos possíveis, e propõe-se apresentar, quando a Assembleia reabrir, uma proposta de alteração ao Regimento destinada a melhorar o respectivo texto no sentido exposto.

Sr. Primeiro-Ministro: A referida má organização do debate que aqui tivemos não permitiu ao Governo, em nossa opinião, responder cabalmente a todas as críticas e dúvidas de maior tombo que o CDS formulou nos últimos quatro dias.

Num ponto, contudo, tem o Governo razão: quando sustenta que um programa para os próximos quatro anos não pode ser tão pormenorizado, nem tão exclusivamente voltado para o futuro imediato, como se se tratasse de um programa para os próximos quatro meses. Simplesmente, o Governo foi tão detalhado nalguns capítulos que logo suscitou ele próprio a nossa curiosidade, senão a nossa apreensão, quando noutras capítulos foi demasiado sucinto ou se deixou ser menos exigente para consigo mesmo. O Governo tem de compreender que a ansiedade do nosso povo quanto ao futuro imediato é muito grande e que os Portugueses sabem, ou pelo menos sentem, que é nos próximos doze ou dezoito meses que se jogará decisivamente o seu destino — o seu destino de país rico ou de país pobre, de país justo ou de país injusto, de país livre ou de país submisso, até perto do ano 2000.

É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, é porque os Portugueses o sabem ou o sentem, que todos os membros desta Câmara teriam decerto recebido melhor um programa conciso para os próximos dezoito meses, a completar depois com as orientações relativas ao resto dos quatro anos, do que receberem um vasto programa para quatro anos, porém omisso quanto às medidas de emergência para vencer a crise na sua fase mais aguda.

Se não erro, só no capítulo referente ao comércio se faz a distinção entre medidas de emergência e outras medidas.

Podia o debate oral ter-nos trazido idêntica distinção em relação a outros capítulos igualmente relevantes no ataque à crise económica: não me apercebi, contudo, de que assim sucedesse. Teremos, pois, de esperar, provavelmente, pelo projecto de Orçamento para 1977.

Em vários domínios da ação governamental foram por nós, como por outros, feitas críticas a um certo

número de lacunas e omissões, em matérias de máxima importância. Responderam-nos alguns membros do Governo que na maior parte dos casos tais críticas não eram fundadas, por isso que se tratava justamente de matérias da competência exclusiva da Assembleia da República, sobre as quais pertenceria, portanto, aos Deputados, e não ao Governo, tomar iniciativas. Permitir-se-me-á que afirme haver aqui um equívoco no plano do direito constitucional — que importa esclarecer desde já, apenas no intuito de clarificar politicamente o debate e não no de recordar velhos hábitos docentes, que, aliás, vou perdendo desde que há um ano e meio fui ilegalmente saneado de professor, sem que, de resto, os Governos Provisórios se tenham dado ao cuidado de reparar o atropelo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O equívoco a que me refiro reside numa certa confusão, ao menos aparente, entre competência exclusiva e direito de iniciativa: ora o facto de a Constituição reservar a discussão e a aprovação de certas leis para a Assembleia da República não impede o Governo, se nisso tiver interesse, de tomar a iniciativa de apresentar, ele, as correspondentes propostas. Se nisso tiver interesse ... É neste ponto que a questão assume toda a sua acuidade política: quando o Governo se abstém de anunciar propostas de lei sobre assuntos da competência exclusiva da Assembleia da República não está com certeza a abster-se para respeitar a Constituição, pois o Governo conhece-a e sabe que a não violaria se apresentasse tais propostas; está sim a revelar, embora por forma indirecta, ou que não tem pressa em obter legislação nesses domínios, ou que não definiu ainda uma política em termos de se poder comprometer sobre ela num programa escrito.

Voltam assim a ganhar inegável relevo as omissões que no Programa do Governo se verificam, nomeadamente em matéria de ordenamento do território, desenvolvimento regional e descentralização municipal. Desculpar-se-á a insistência, mas a verdade é que, quer em termos de orientação política, quer em termos de política económica, quer em termos de execução da Constituição, esta matéria é de uma relevância verdadeiramente excepcional e custa a crer que o Governo não demonstre acerca dela mais interesse, mais empenho e mesmo mais entusiasmo.

Declarou o Sr. Ministro da Administração Interna, tranquilizadoramente, que não é intenção do Governo demorar a criação das regiões administrativas, como autarquias locais, que a Constituição em boa hora criou e que bem poderão vir a constituir, pensamos nós, um antídoto eficaz para dois grandes males da nossa vida administrativa e económica, que um Governo socialista terá tendência a deixar agravar — a hipertrofia do Estado e o gigantismo do capital.

Todos dizem, hoje em dia, que Portugal não é só Lisboa: mas onde estão em pormenor as ideias, as directrizes e as medidas tendentes a valorizar a província, a desenvolver o regionalismo e a dinamizar, estimular e robustecer o municipalismo?

O CDS, que desde a primeira hora dedicou extensas páginas do seu programa a este tema, não pode deixar de fazer aqui uma referência ao assunto, que é passado muito ao de leve no Programa do Governo e não

foi objecto de desenvolvimentos especiais durante o debate. Apenas duas notas muito simples.

Em primeiro lugar, ficámos sem saber o que pensa o Governo sobre a organização dos serviços locais do Estado, bem como a desconcentração de poderes a favor desses serviços. Ficámos sem saber, por exemplo, que natureza e que perfil antevê o Governo para os governadores civis — delegados de confiança política ou administradores competentes do desenvolvimento económico? E ficámos também sem saber se o Governo, para efeitos de implantação dos seus serviços periféricos e para efeitos de instalação dos grandes melhoramentos locais, opta por um critério de base distrital ou antes por um critério de base regional, nuns casos parece inclinar-se mais para o primeiro, noutras para o segundo, não dando nunca a impressão de ter um critério uniforme.

Em segundo lugar, não vimos no Programa nem ouvimos no debate referências suficientemente esclarecedoras às linhas gerais da prometida reforma municipal. Prevê-se alguma modificação de vulto na divisão municipal do território?

Em que modelo se pensa para reorganizar as estruturas municipais da grande Lisboa e do grande Porto, tão carecidas de uma tenção especial?

E que diz o Governo ao grave fenómeno da desmunicipalização, isto é, da transferência constante e encapotada das principais atribuições municipais para o Estado ou para empresas públicas estatais?

O CDS não pode deixar de chamar a atenção para esse fenómeno, que os sucessivos Governos provisórios agravaram: em matérias como a electricidade, águas, matadouros, saneamento básico, e tantas outras, vários decretos-leis do Governo, apresentados como diplomas técnicos e de que por isso a opinião pública se não apercebe, têm vindo a retirar aos municípios quase todas as suas já escassas atribuições, passando-as para organismos do Estado. Que se pretende com isto?

É isto compatível com a existência de uma genuína democracia local?

Que frustrações se estão a preparar privando os futuros dirigentes municipais eleitos de efectivas possibilidades de intervenção na esfera de acção que lhes devia estar reservada?

Pensa o CDS que os municípios não podem deixar de ser dotados de uma ampla capacidade de decisão, para que a tão falada participação dos cidadãos na resolução dos seus próprios problemas não seja apenas uma promessa vã, e pergunta ao Governo se, além da anunciada reforma das finanças locais, aceita ou não o princípio de uma maior devolução de poderes aos municípios, ao contrário, portanto, da prática recente dos vários Governos provisórios.

A descentralização regional e municipal, que o CDS entende dever ser um dos grandes objectivos nacionais, não foi como tal considerada pelo Governo. Sê-lo-á no futuro?

Sr. Primeiro Ministro: O CDS, ao ver chegar o fim deste debate, não pode considerar-se satisfeito com as explicações dadas pelo Governo ao longo dos últimos cinco dias. E talvez porque V. Ex.<sup>a</sup> ainda não voltou a falar, verifica que as principais questões de fundo que suscitou em relação ao Programa do Governo permanecem sem resposta.

Assim, o CDS continua a não saber como vai ser financiada a execução integral do Programa; continua a não saber o que se pretende dizer com toda uma lista de fórmulas em branco, cujo exacto conteúdo não está definido; continua a pensar que há grande exagero na enorme máquina burocrática prevista para pôr em prática o Programa, e continua, sobretudo, com as maiores dúvidas sobre a função e o papel reconhecidos à iniciativa privada, não apenas na fase actual, mas nas fases seguintes do nosso desenvolvimento político, económico e social.

Além disso, e apesar dos penosos esforços de alguns Srs. Deputados do PS para tentar encontrar no Programa do Governo aquilo que lá não está, o CDS reafirma não ter visto no Programa, nem ter ouvido no debate, o desenho claro e coerente de uma política económica, financeira e monetária capaz de garantir uma saída segura para a crise em que Portugal se encontra.

Simplesmente, e sem prejuízo do que fica dito, entende o CDS que, para definir uma atitude final em relação a este Governo e ao seu Programa, importa ter em conta outro tipo de considerações.

Por um lado, o facto de o texto que temos vindo a apreciar ser um programa para quatro anos e não um plano de acção imediata faz com que, como já disse atrás, só possa ter-se uma noção exacta das medidas de emergência previstas para enfrentar a crise quando o Governo apresentar à Assembleia da República a Lei do Orçamento para 1977, integrada pelo plano anual também para 1977. O Governo propõe-se, muito louvavelmente aliás, enviar-nos esses documentos até 15 de Outubro próximo, ou seja, dentro de dois meses. O CDS, porque atribui a essas medidas de emergência uma importância estratégica decisiva e porque sabe das grandes dificuldades com que se debate o Governo para estudá-las e programá-las com inteiro conhecimento de causa, acha que é do seu dever, como partido responsável que é, aguardar a apresentação do Orçamento e do plano para 1977, reservando para o debate que então se fará o julgamento global que lhe compete fazer sobre a política económica, financeira e monetária do Governo.

Por outro lado, o CDS está perfeitamente consciente de que, embora sob a aparência de um debate circunscrito ao Programa do Governo, o que se trata de resolver hoje nesta Assembleia é a questão, diferente e mais relevante, da investidura do próprio Governo. Dado que a rejeição do Programa implica constitucionalmente a demissão do Governo, o que no fundo está em causa é a confirmação ou não do Governo no poder executivo em que foi há dias empossado. Sendo assim, o que verdadeiramente importa neste momento decidir não é tanto o problema, algo académico, de saber se o Programa é bom ou mau, mas, sobretudo, o problema prático de saber se se deve ou não dar luz verde a este Governo. Entende o CDS, como partido responsável que se preza de ser, que, em face das circunstâncias do momento presente e à luz do interesse nacional, não deve ser provocada a queda do Governo.

Pelas duas razões acabadas de expor, a Comissão Política do CDS e o nosso Grupo Parlamentar, conjuntamente reunidos ontem à noite em sessão plenária, deliberaram por unanimidade que o CDS não apresentaria hoje nenhuma moção de rejeição, nem

votaria a favor de qualquer moção de rejeição eventualmente apresentada por terceiros.

Desta deliberação foi dado conhecimento oficial, hoje de manhã, ao Sr. Presidente da República e, no início da tarde, ao Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de sublinhar perante VV. Ex.<sup>as</sup> e perante o País o significado e o alcance da posição patrioticamente assumida pelo CDS.

Não nos faltariam razões, e ponderosas razões de fundo, para que pudéssemos optar pela rejeição do Governo e do seu Programa. Com efeito, o Governo é um Governo Socialista, um governo de esquerda e o CDS nunca foi, não é, nem pretende vir a ser, um partido socialista ou um partido de esquerda. O Governo é um governo minoritário e o CDS não aprova a ideia de governos minoritários, porque a democracia é por definição o governo da maioria, e não o governo da minoria. O Governo, enfim, tem um Programa que, embora moderado, realista e pragmático, não fornece respostas adequadas para importantes questões que deixa em aberto; e o CDS sabe muito bem como as dúvidas e incertezas assim geradas podem dificultar a resolução dos grandes problemas que nos afligem.

Só que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o CDS entende que há momentos na história de um povo em que todas as considerações ideológicas, políticas e partidárias têm de ceder perante imperativos nacionais mais elevados.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — E Portugal vive presentemente um desses momentos.

Está em causa a prosperidade e o bem-estar dos Portugueses e a justiça social em relação aos mais desfavorecidos; está em causa a democracia e a liberdade em Portugal; está em causa, até, a nossa própria sobrevivência como pátria independente. De forma que, neste momento, não interessa discutir más coisas, nem interessa perder mais tempo: o que interessa é que exista um governo constitucional e que esse Governo governe.

É muito grande, por certo, a responsabilidade que o Partido Socialista desta forma contrai perante o País: porque o que está em jogo é muito mais do que o êxito ou o fracasso do próprio Partido Socialista.

Mas já que as circunstâncias produziram este Governo, não será o CDS que o impedirá de assumir a responsabilidade que ele sozinho deseja chamar a si.

Convém, no entanto, esclarecer o sentido da nossa posição.

Ao abster-se de propor uma moção de rejeição, o CDS não dá um voto de confiança ao Governo nem exprime aprovação do respectivo programa: o que o CDS faz é apenas, interpretando a seu modo o interesse nacional, recusar-se a contribuir para precipitar o País numa nova crise política, antes mesmo de ter sido possível iniciar o ataque à crise económica.

Numa palavra: a nossa atitude de hoje não é um acto de adesão às teses do PS, é um acto de coerência com os princípios próprios do CDS; não é uma ajuda dada aos socialistas, é um contributo oferecido a todos

os portugueses; não é um favor feito ao Governo, é um serviço prestado a Portugal.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Primeiro-Ministro: Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o CDS vai ser oposição. E sabe também que a oposição concebemo-la nós como uma função democrática, leal e construtiva.

E, como V. Ex.<sup>a</sup> tem afirmado, e muito bem, tão importante é numa democracia o governo como a oposição, isso significa que tanto o governo como a oposição têm de dar mostras de um grande sentido das responsabilidades.

Pela parte que nos toca, estamos dispostos a assumir as nossas. Não faremos obstrução ou ataques pessoais, nem votaremos contra por sistema. Saberemos concordar com o que for para nós aceitável e discordar do que, segundo o nosso programa, for inaceitável. Procuraremos distinguir os assuntos em que os superiores interesses nacionais aconselhem um permanente consenso interpartidário daqueles outros temas em que as divergências sejam inócuas ou mesmo convenientes e fecundas. Não teremos tendência para calar os nossos pontos de vista, mas também não fomentaremos querelas artificiais.

Como já aqui foi dito pelo presidente do Grupo Parlamentar do CDS, não seremos uma oposição demasiado branda para que o Governo não amoleça; mas também não queremos ser agressivos para que o diálogo seja possível e as relações humanas se não deteriorarem.

As nossas posições variarão conforme os assuntos, consoante as circunstâncias e em função dos princípios em causa. Seremos intransigentes na defesa da família, na garantia dos valores culturais e religiosos dos Portugueses, na exigência da liberdade e da qualidade do ensino, na defesa dos direitos cívicos, na reclamação do pluralismo informativo e na protecção aos mais desfavorecidos, desde os trabalhadores das indústrias mais penosas aos agricultores das terras mais áridas, passando pelos desalojados de África que sofrem na sua carne erros que não cometem e sacrifícios que não mereciam, sem esquecer por último todos aqueles que no silêncio das suas vidas difíceis não têm quem erga por eles a voz nem descem à rua para fazer manifestações.

Estamos provavelmente com o Governo, de um modo geral, quanto às grandes linhas da política externa. Afastar-nos-emos do Governo, por certo, quanto à orientação da política económica, financeira e monetária. Discordaremos, sem hesitar, do que o Governo fizer de errado em relação ao sector privado constitucionalmente reconhecido, bem como do que o Governo não fizer de acertado a favor da liberdade de iniciativa, mola real do necessário crescimento económico. Mas apoiaremos em força o Governo se ele acaso se vier a encontrar ameaçado na sua autoridade por organizações ou movimentos antideomocráticos, sejam eles de esquerda ou de direita.

Será este o nosso estilo de oposição.

Esperamos, em contrapartida, que o Governo, assim como o partido de que emana e o grupo parlamentar em que se apoia, saibam ver em nós uma peça relevante do sistema democrático. Esperamos ser en-

carados como alternativa legítima para o futuro e não como risco imaginário de regresso ao passado.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esperamos ser ouvidos com atenção e informados com regularidade.

Esperamos, sobretudo, ser tratados em função do que de facto somos e não em função do que se julga cômodo que fôssemos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Somos um partido sinceramente empenhado na promoção da melhoria das condições vida dos Portugueses, especialmente os mais desfavorecidos. O facto de não sermos nem nos dizermos socialistas não significa que não queiramos alcançar a justiça social: significa, sim, que acreditamos nouros métodos e nos servirmos de instrumentos diferentes para atingi-la.

Como costuma dizer o nosso povo, numa expressão feliz, «nós também queremos ir à Índia: temos é outro barco para lá chegar».

*Risos.*

**Sr. Primeiro-Ministro:** O seu Governo é um governo legítimo, é um governo democrático, é um governo constitucional.

Não são esses motivos bastantes, numa democracia, para que o elogiemos, nem para que deixemos de ser oposição, nem sequer para que lhe poupemos as críticas que forem justas.

Mas são razões mais que suficientes, nas circunstâncias difíceis da democracia portuguesa, para, com muita sinceridade, lhe desejarmos boa sorte!

Tenho dito.

*Aplausos dos Deputados do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado do PPD.

**O Sr. Sá Carneiro (PPD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate, que hoje encerra, é importante em si mesmo e nas suas consequências. Aqui demos, não um espetáculo, por que debate espetacular não foi. Mas aqui fizemos durante vários dias um salutar exercício da democracia, amplamente participado graças aos órgãos de comunicação social. E introduzimos, creio ser justo dizê-lo, um novo estilo na vida parlamentar portuguesa.

**A Sr.ª Helena Roseta (PPD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sentir-se-ão defraudados os que esperavam que nesta Assembleia da República se continuassem as lutas oratórias de carácter partidário.

Com uma nova Constituição, com uma nova democracia, com uma nova sociedade, o debate que iniciámos é de um novo estilo parlamentar. Aqui o Governo deu a sua contribuição apreciável, pela sua presença, pela qualidade das suas intervenções. Porque para nós o novo estilo parlamentar não pode ser mais a luta oratória, tem de ser nesta Casa a participação no exercício democrático do poder. Para nós, doravante, parlamentarismo será igual à participação no exercício

do poder. E por isso defendemos que da Assembleia da República dependam directamente sectores essenciais na vida nacional.

Referimo-nos, durante as várias intervenções aqui feitas, à gestão ou *contrôle* da imprensa e dos órgãos de comunicação estatizados, do próprio Conselho de Imprensa, do possível instituto de sondagens de opinião pública. Entendemos que, para que haja efectivo exercício de poder pelo Parlamento, eles devem depender desta Câmara. Mas não só eles. Também o instituto de participações do Estado, arma económica e financeira poderosíssima, não pode, quanto a nós, ficar entregue ao Governo; deve depender de uma comissão parlamentar.

Ao debate demos a nossa contribuição, como partido autónomo e independente, com a consciência de que o Programa não é nosso. Ao contrário de outros partidos, não reivindicamos quaisquer direitos de autoria em relação ao Programa.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque, ademais, se o Programa fosse de um partido de oposição, então a que se oportaria esse partido?

*Risos.*

Frisei a intervenção do Governo. Não quero, no entanto, deixar de salientar que nas intervenções, valiosas, algumas contradições afloraram. Esperemos que se não confirmem, porque um governo, qualquer que ele seja, tem de ter uma unidade de pensamento, condição da eficácia de ação. E é isto que se espera deste e de quaisquer outros governos constitucionais.

**A Sr.ª Helena Roseta (PPD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Este programa foi possível porque, conforme dele consta, havia um conhecimento prévio de *dossiers*. E é por isso que em muito reflecte uma certa continuidade de *dossiers* antigos.

Ao criticarmos o Programa do Governo do Partido Socialista nós não tivemos, como aliás nunca tivemos, necessidade de modificar o nosso próprio programa, de o adaptar ou à Constituição ou à sociedade portuguesa. Ele continua a ser, como sempre foi, plenamente conforme à Constituição e correspondente às necessidades da sociedade portuguesa.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tivemos e temos consciência, e isso o frisámos, de que a Constituição não é o Programa do Governo e de que não há um partido constitucional.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E disso tiveram também consciência o próprio Programa e o Sr. Primeiro-Ministro, embora nem sempre alguns Deputados do Partido Socialista.

**Uma voz do PPD:** — É pena!

**O Orador:** — Entendemos que desta discussão muito de positivo ressaltou e aqui deixamos frisado o muito que havia de comum entre o nosso partido e o Programa do Governo.

Comungamos na defesa dos direitos e das liberdades pessoais. Comungamos na defesa da democracia como nos períodos críticos participámos, ao lado do povo português, com os demais partidos democráticos e as forças armadas democráticas, na luta contra a unicidade sindical, contra o assalto aos órgãos de informação, contra todas as tentativas totalitárias.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Partilhamos do Programa do Governo o seu humanismo, aqui ressalvado como autêntico fundamento de uma cultura entendida no sentido vasto.

Igualmente perfilhamos a defesa que nele se faz dos interesses dos trabalhadores. O que já não admitimos é que, em nome dessa luta, se venha dizer que é inconstitucional a co-gestão, porque não é. Isso ressalta claramente do que da própria Constituição consta.

Comungamos, por último, do Programa quando defende uma sociedade civil para Portugal. Porque sem sociedade civil não há democracia possível --- e os dois anos que passaram deram bem provas disso.

Algumas críticas sérias e divergentes foram aqui apontadas com lealdade.

O Programa é apresentado e a si próprio se apresenta num quadro de crise de identidade nacional e como programa de conjuntura. Para nós não há, neste momento, uma crise de identidade nacional. E não há porque o povo português, juntamente com as forças democráticas, soube preservar a sua identidade nacional. Mas há uma séria e grave crise nacional.

O Programa apresenta-se, portanto, como um programa situado nesta crise e como um programa de conjuntura. Simplesmente não reflecte a crise, nem é de conjuntura. Há muito no Programa de confusão entre desejos e possibilidades, de confusão entre necessidades e prioridades. Falta, sobretudo, uma estratégia clara para sair da crise.

Hoje ouvimos aqui o Sr. Ministro das Finanças quantificar alguns aspectos económicos e financeiros da crise, que é efectivamente aguda. Podíamos acrescentar que infelizmente não se pode confirmar a previsão optimista do Sr. Primeiro-Ministro de um produto nacional bruto de 500 milhões de contos. O produto interno bruto, a preços constantes de 1970, foi, em 1975, inferior a 210 milhões de contos. E, a preços actuais, inferior a 380 milhões de contos.

Há crise porque o *deficit* orçamental previsto aproxima-se gravemente do total das receitas normais do Estado. O *deficit* previsto é mesmo de 80 % das receitas normais do Estado. E a própria dívida externa portuguesa aproxima-se perigosamente do montante total das nossas reservas de ouro, a preços de mercado. É isto, parece-nos, que o Programa não reflecte com a devida acuidade.

Crise ainda pelo elevado número de desempregados e desalojados do ex-ultramar.

Mas falta ainda a estratégia capaz de resolver esses problemas.

Eis porque apresentámos, ao fazer a nossa crítica ao Programa -- crítica que foi feita, como é natural, não de um ponto de vista socialista, mas de um ponto de vista social-democrata --, uma alternativa de estratégia e de modelo. Ou seja, a nossa intervenção global foi uma intervenção alternativa integradora.

O modelo do Programa é também vago. Para nós não basta empregar a expressão «sociedade em transição para o socialismo». É a expressão constitucional, mas a Constituição não é o Programa do Governo.

Seria necessário, parece-nos, que o Governo definisse claramente a sua concepção de socialismo, sem deixar margem a dúvidas, quadrienalmente repetidas.

Para nós a socialização é o desenvolvimento da própria democracia, mas há-de sempre preservar o espaço de realização da pessoa.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para nós seria necessário acentuar o papel do rendimento social, factor de igualdade e de solidariedade; traçar uma clara política de rendimentos e preços, assente numa crescente participação dos trabalhadores nas decisões respeitantes à produção e distribuição de riqueza. Seria também necessário acentuar, e lamentamos que o Programa não o tenha feito, o indispensável papel que numa socialização humana desempenha o sector cooperativo, forma de participação e expressão também de solidariedade.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sendo isto assim, e sendo este o sentido de todas as nossas intervenções, cumpre-me acentuar apenas alguns pontos nelas não suficientemente desenvolvidos.

Temos o problema dos desalojados do ex-ultramar, em que o Programa se pretende largamente inovador, mas deixa em silêncio muitos dos problemas fundamentais. O Comissário Nacional tem funções pouco definidas, está insuficientemente caracterizado. Nós defendemos — e continuamos a defender — que, pelo aspecto fundamental que representa para a sociedade portuguesa o problema dos desalojados e dado o carácter interdepartamental que as suas questões revestem, seria necessário um Ministério dos Desalojados.

E não podemos deixar de estranhar que no Programa não se faça uma referência clara e fundada a um projecto de construção de habitações para os desalojados. Não podemos deixar de lamentar e de estranhar que se não faça uma referência ao plano de apoio financeiro, baseado em generoso auxílio internacional, mas cuja execução está pendente desde há meses do Ministério das Finanças.

É necessário ainda pôr em destaque uma perspectiva global. É que ao Governo, parece-nos, não compete encarar e resolver o problema dos desalojados numa óptica paternalista. Compete-lhe, sim, criar as condições para aproveitar a iniciativa e capacidade de trabalho dos próprios desalojados, para que participem na resolução dos seus problemas e consigam, pelo seu próprio esforço, apoiado pelo Governo, a integração que se pretende na sociedade portuguesa.

O Programa refere, e bem, a condição feminina. E adopta o critério de confiar a sua defesa à Comissão, preferentemente a uma Secretaria de Estado. Mas há

um ponto que deve presidir ao desenvolvimento da acção do Programa. É ele o de neste país, em que faltam tantos valores, se dar muitas vezes prioridade à mediocridade masculina sobre a aptidão de tantas e tantas mulheres que, pelo simples facto de o serem, se encontram marginalizadas e vêm desaproveitadas as suas capacidades.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mereceu-nos algumas restrições o Programa no que se refere à política agrícola. Tivemos ocasião de ver, pela intervenção do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, que essas restrições e distâncias não foram bem entendidas. Assim como não pretendemos invocar direitos de autor em relação ao Programa do Governo, também não compreendemos bem como o Sr. Ministro pretenda, em nome de uma suposta coincidência programática, aprovar-se de um nosso Deputado.

**Risos.**

A política agrícola, para nós, é fundamental na resolução dos problemas da nova sociedade e cremos que se não deve minimizar o papel desta Assembleia na aprovação de uma política agrícola que queremos aqui discutida e votada e amplamente participada. Política agrícola que deve compreender — e o Programa não é nesse ponto suficientemente desenvolvido — o critério cooperativo e que não deve deixar as concessões de créditos na dependência do Ministério da Agricultura e Pescas.

Estas restrições foram formuladas na intervenção a que aludi. Mas pensamos, como nessa intervenção se concluiu, apresentar a esta Assembleia da República as bases de uma autêntica reforma agrária, de uma política agrícola virada para a valorização do mundo rural, tão esquecido, tão abandonado, mesmo depois do 25 de Abril.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É necessário que a crise que existe não seja mais uma vez suportada pelos rurais, pelos mais desfavorecidos, por aqueles que têm vencimentos fixos e diminutos; mas isso acontecerá se, em relação ao mundo rural, especialmente, e a todas essas camadas mais desfavorecidas e esquecidas, se não se adoptar uma dinâmica política de redistribuição de rendimentos e de atribuição de autênticos direitos sociais.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E isto, pese embora ao novo Ministro, é autêntica justiça social e social-democracia; não é utopia de esquerda.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em matéria de relações internacionais também um membro do Governo exprimiu, quanto à nossa posição, um grave equívoco. Fomos e sempre fomos um partido decididamente voltado para a integração de Portugal na Europa — e na Europa do Mercado Comum. Nem aqui nem anterior-

mente a isso pusemos quaisquer restrições. O que gostaríamos que o Governo tivesse esclarecido — e verificamos que o não fez — era a vantagem do processo de adesão sobre o processo de associação. Que temos de integrar-nos na Europa não há dúvida nenhuma. Qual dos dois processos seja mais vantajoso para Portugal, não ficou aqui de modo algum esclarecido.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pelo contrário, quando se diz no Programa que o processo de adesão demorará possivelmente um máximo de três anos, nós perguntamos como será possível nesses três anos sair da crise e tornar a nossa economia e o nosso país aptos a entrarem no Mercado Comum, sujeitos às suas regras e aos seus princípios básicos de liberdade de circulação de pessoas, de capitais e de mercadorias. É isto que não ficou aqui esclarecido.

Fizemos referência a algumas omissões e elas justificavam-se plenamente, porque o Governo, se bem que perfeitamente orientado na sua política externa, optou por um caminho algo perigoso, que é o de fazer uma enumeração dos países com os quais manteremos relações preferenciais, enumeração que poderá ser sempre considerada incompleta e que pode dar lugar a comprehensíveis melindres. E foi por isso que estranhámos que nessa lista de países, que é diferente da mera alusão que faz o Programa, se não compreendesse a Venezuela e o Canadá. Não apenas porque são países de forte emigração portuguesa, mas porque quanto a esses países — e o Partido Socialista é o primeiro a sabê-lo, designadamente no que toca à Venezuela — há efectivamente relações especiais e necessidade de as continuar.

O último ponto que merece o nosso aplauso e o nosso regozijo é o que no programa se refere aos Açores e à Madeira.

O Governo adoptou, e muito bem, um claro sentido não paternalista, respeitador da autonomia regional, dizendo-se disposto a cooperar concretamente com os governos regionais. Aos governos regionais caberá, e estou certo de que o farão, corresponder a esta atitude, que sem arrogâncias e sem paternalismos permitirá ao Governo minoritário socialista e aos Governos maioritários sociais-democratas nos Açores e na Madeira participar na construção de um todo nacional. E tanto mais nos regozijamos com isso quanto é certo que temos perfeita consciência de que, como está comprovado historicamente, as lutas sistemáticas entre socialistas e sociais-democratas abriram sempre o caminho a ditaduras de um ou de outro dos extremos.

Ao Governo da República os governos regionais pedirão o cumprimento pontual da sua declaração de apoio financeiro e de transferência para os próprios dos serviços públicos e das empresas nacionalizadas de âmbito regional, bem como das afirmações, em boa hora aqui explanadas, quanto à abertura às ligações internacionais, aos transportes entre as ilhas e às ligações com todo o mundo. Vemos, como o Governo da República, com grande esperança a obra que essa cooperação vai possibilitar nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, uma obra de autêntica inovação.

*Pausa.*

Concluiu-se um debate, discutiu-se um programa e o seu Governo. Ao contrário do que há pouco aqui foi expresso, não pensamos que desta discussão, como deste Governo, dependa a democracia portuguesa. Depende, sim, o início do trabalho democrático em Portugal e da consolidação da democracia portuguesa. Mas se, porventura, este Governo falhar, não falhará por isso a democracia, pois este Governo não é a única nem a última alternativa.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Dizêmo-lo com simplicidade e sem dramatismos.

Reafirmamos a nossa convicção profunda nas instituições democráticas portuguesas, que têm por fulcro e base a Constituição, o Presidente da República e a Assembleia da República. O Governo, como órgão de soberania, pode mudar de acordo com as necessidades; mas aí estão o Presidente da República, esta Assembleia e a Constituição para assegurar a continuidade democrática.

Ao contrário de muitos, não falamos em maioria presidencial, porque entendemos que a maioria presidencial só a pode invocar uma pessoa: o Presidente da República, que a reuniu e que por ela foi eleito.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vamos partir com este Governo para uma caminhada em que as forças armadas portuguesas vão também desempenhar um papel fundamental. Daqui reiteramos a nossa confiança no Presidente da República, nesta Assembleia e nas forças armadas.

O Governo terá de nós a não desconfiança, mas não apenas. Terá, como o povo português por certo tem nele, uma grande expectativa e também esperança. O futuro do Governo dependerá sobretudo da sua capacidade de governação; e, por certo, também da nossa exigência crítica, mas sobretudo da sua eficaz capacidade de governar. E por isso esperamos, com inteira franqueza, que este Governo consiga desempenhar a sua missão.

Que nós todos saibamos, aqui e sempre, estar à altura das nossas responsabilidades, correspondendo ao novo parlamentarismo que inaugurámos, pese embora a muitos que negavam há um ano a possibilidade de um regime parlamentar em Portugal.

Que o Governo cumpra, que o Governo caminhe para o bem de Portugal, que é o bem de todos os portugueses.

*Aplausos dos Deputados do PPD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente: Se me dá licença, eu falo do meu lugar.

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Srs. Deputados:** Durante cinco dias travou-se nesta Assembleia um debate que todos puderam seguir pela TV.

O Primeiro-Ministro apresentou o Programa do Governo e seguiram-se intervenções de inúmeros Deputados, apreciando-o, apoiando-o ou criticando-o.

Fez-se, em suma, a análise do Programa. Há agora, nos termos regimentais, que fazer a síntese do debate.

Procurarei dizer em poucas palavras o que se me figura essencial.

Nenhum dos partidos oponentes propôs qualquer alternativa, nem para o Governo que se apresentou à investidura, nem para o programa por ele apresentado. Significa isto que todos reconheçem, por acção ou abstenção, que o presente Governo, bem como o seu programa, é o que melhor se ajusta, na presente conjuntura histórica, aos interesses nacionais e o que de forma mais eficaz poderá fazer triunfar e consolidar a democracia em Portugal.

O Sr. Dr. Álvaro Cunhal honrou-me com uma referência expressa e eu quero agradecer-lhe essa menção que fez do meu nome, atribuindo-me, aliás, uma afirmação que eu não fiz. Não me vou defender dessa afirmação que não fiz. O que queria apenas era manifestar-lhe o meu prazer em o reencontrar neste Parlamento, apesar de parcialmente burguês (*risos*), e estou certo de que este Parlamento, quando o puder ouvir mais distendido e mais sereno, poderá aproveitar muito com as suas intervenções, mesmo quando com elas não concordar.

Quando Marcelo Caetano foi nomeado Presidente do Conselho em 1968 por Américo Tomás, dirigiu-se ao País através da TV, pedindo-lhe um crédito de confiança. Nem o País lhe concedeu o crédito, nem Caetano era digno da confiança. E os ditadores costumam pedir créditos de confiança porque sabem que os não merecem.

Mas este Governo não tem que solicitar qualquer crédito de confiança, porque este já lhe foi dado pela vontade popular, democraticamente expressa.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este Governo foi escolhido pelo povo e governará para o povo e perante o povo. E governará, não em ditadura, mas em democracia.

**O Sr. Manuel Pires (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em qualquer altura é possível pedir-lhe contas e até substituí-lo, nos termos da Constituição. E a Assembleia da República, reconhecendo que não há uma alternativa mais adequada aos interesses do País e da democracia, implicitamente reconhece que ele é, no momento presente, não só o governo possível, como também o governo necessário.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Naturalmente que alguns dos intervenientes no debate formularam críticas, observações ou sugestões, que deverão ser ponderadas e tomadas na devida conta, como já foi aliás reconhecido por vários membros do Governo. Discutiram-se até amplamente os princípios gerais e os pormenores de várias leis, a cuja discussão esta Assembleia irá proceder na devida oportunidade. Então se aprofundará o confronto das respectivas divergências e convergências. A liberdade é uma prática. O socialismo é uma esperança. A liberdade é uma prática, como esta Assembleia o tem demonstrado e provado. O socia-

lismo é uma esperança que o povo português edificará com o seu trabalho e as suas virtudes sem par, em liberdade e através da liberdade.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quando fui, pela primeira vez, preso pela PIDE, um dos seus mais famosos investigadores — um dos poucos que se encontram ainda reclusos — perguntou-me se eu queria ser Deputado ou deportado. (*Risos.*) Não tinha pensado até então em qualquer dessas hipóteses. Mas pensei que não desgostaria de ser um dia Deputado, eleito pelo povo e não nomeado por qualquer ditadura.

Quase trinta anos depois é-me possível usar da palavra num Parlamento eleito pelo povo e usar da palavra para apoiar um governo democrata, progressista e patriótico, que iniciará de certeza uma nova era na história de Portugal, uma era de concórdia e grandeza nacionais. Concórdia assente na liberdade e não na tirania.

O Sr. António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador: — Grandeza que se situará no futuro e não consistirá na revivescência mitificada de glórias passadas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Concórdia e grandeza nacionais, porque elas serão construídas pelo povo e para o povo português, o povo que trabalha e por isso cria Portugal, e não serão os monopólios de baronatos de notabilidades e privilegiados, para quem a grandeza de Portugal está na razão directa dos seus privilégios e não na opressão dos que trabalham. Concórdia e grandeza nacionais significam também liberdade e igualdade e significam ainda justiça.

Uma das carencias dos vários governos que se têm sucedido depois do 25 de Abril encontra-se precisamente no campo da justiça democrática. Durante 48 anos o fascismo substituiu a justiça pela perseguição. O lema dos fascistas era: «quem não é por nós é contra nós». E depois do 25 de Abril ouvimos esse mesmo princípio repetido por alguém que se julgava antifascista, sem que outros lhe tivessem então formulado as críticas que deveriam necessariamente ter formulado. A todos teremos de dizer que não substituiremos a perseguição fascista pela perseguição antifascista. Substituiremos, sim, a perseguição pela justiça. Há que julgar aqueles a quem são imputados fundamentalmente crimes. Não por retaliação, mas para que todos compreendam que a ditadura é o pior dos crimes e que o fascismo não poderá voltar, não voltará.

Vozes do PS: — Muito bem!

Aplausos dos Deputados do PS.

O Orador: — Nós não amarramos os homens aos erros do seu passado, nem nunca pretendemos extrair ou conservar fotocópias dos ficheiros das polícias políticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E devemos também ir mais além e reconhecer o facto elementar de que muitos encontraram na experiência do erro o caminho da verdade. Alguns destacados lutadores antifascistas, como Henrique Galvão e Humberto Delgado, foram fascistas. E porque o foram aprenderam a conhecer o valor da liberdade e a lutar por ela. Mais vale ter sido fascista e deixar de o ser do que ter alma de fascista fingindo o contrário!

Vozes do PS: — Muito bem!

Aplausos dos Deputados do PS, do PPD e do Deputado Galvão de Melo (independente) do CDS.

O Orador: — Os fins justificam os meios, eis o postulado base de todas as ditaduras, sejam elas de direita ou pretendam elas ser de esquerda. Nós pensamos e defendemos que os fins justificam os meios.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nós dizemos que se o meio é injusto, o fim é também injusto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A liberdade não se alcança pela ditadura. A justiça não se alcança pela injustiça. A injustiça perpetua a injustiça. A ditadura perpetua a ditadura.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Sabe-se quando uma ditadura começa, nunca se sabe quando ela acaba. A história do fascismo português é exemplar a este respeito.

E a justiça penal, num Estado democrático, exerce-se através dos tribunais, não através de relatórios de inquéritos, nem de debates na TV, mas através de julgamentos. É ralmente extraordinário que depois do 25 de Abril se tenham feito inúmeras acusações sem que nenhuma delas se tenha seguido qualquer julgamento. Um Estado democrático implica uma justiça democrática. Estamos certos de que o I Governo Constitucional não deixará de dar cumprimento ao artigo 205.º da Constituição, que assim o determina.

Todos os oradores, sem exceção, salientaram a gravidade da presente situação económica. E, como todos sabemos, dos resultados que vierem a ser alcançados na batalha da economia dependerá, em grande parte, o nosso sucesso ou insucesso na luta pela construção de um Portugal melhor e mais feliz.

Aliás, é do conhecimento geral que as forças anti-democráticas concentram os seus maiores esforços na degradação da economia, na pressuposição de que, se o conseguirem, o seu almejado retorno ao passado estará facilitado. E bastará ler os periódicos que fazem propaganda antidemocrática no nosso país para se verificar que o tema da democraça económica é uma das armas preferidas por aqueles que não querem ver instaurada em Portugal a democracia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — As injustiças sociais acumuladas durante 48 anos de ditadura, a sangria material e moral

das guerras coloniais, o impacte da descolonização e o êxodo dos refugiados contam-se entre algumas das causas das nossas dificuldades presentes. Depois do 25 de Abril verificaram-se profundas transformações progressistas na vida nacional que deram um novo impulso à vida económica, a par de certas perturbações naturais em período revolucionário, que se impõe superar com urgência.

Tem-se esquecido, no entanto — e não deixa de ser curioso assinalá-lo —, que muitas das dificuldades económicas actuais estão relacionadas, como o lembrou o Ministro Walter Rosa, com alterações profundas da conjuntura económica internacional, operadas desde 1973 para cá, e que contribuíram também, em certa medida, para a queda do fascismo. Um país como Portugal, que não produz o suficiente para se alimentar e que vive de exportações de produtos, tais como os têxteis, o vinho e os concentrados de tomate, entre outros, foi profundamente afectado pelo aumento galopante dos preços ocorridos de 1973 para cá em algumas das nossas importações fundamentais, como os combustíveis, os alimentos e as máquinas, sem que subidas análogas se tenham verificado, de longe ou de perto, nos preços das nossas exportações.

O fenómeno, aliás, bateu também a muitas outras portas. Vários acontecimentos políticos e sociais ocorridos recentemente em países tão diferentes como a Argentia, o Peru e a Polónia têm qualquer coisa a ver com o grave desequilíbrio que se verifica neste momento nas relações económicas internacionais e que também se repercute negativamente entre nós.

Mas nós vamos vencer também essa batalha. E essa batalha é a da independência nacional no campo económico, que não é sinónimo de isolamento económico, mas que é seguramente sinónimo de progresso e desenvolvimento nacionais, não em termos mercantis ou lucrativistas, mas em termos de riqueza nacional e justiça social para o povo português, de modo a assegurar a sua liberdade, o seu progresso e o seu futuro. E para isso há que repensar seriamente a estratégia do nosso comércio externo, à luz do interesse nacional, como muito bem se salientou no Programa do Governo, e não em termos de partidarite ou de simpatia por blocos internacionais. Aos nostálgicos do passado e aos sonhadores do absoluto nós advertimos que nada será, de futuro, como dantes. E que a maior descoberta é aquela que se faz pelas nossas próprias forças e meios, rejeitando o passado de vergonha e dispensando os faróis das navegações alheias transformadas em mito para esconder a irremediável falta de imaginação própria.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

O Orador: — Não mais obras de fachada ou projectos de prestígio para comendadores ou candidatos a comendadores, nem megaprojectos vazios de sentido, refletindo a pequenez de alma de quem os concebeu. O que queremos é construir, hora a hora, dia a dia, a liberdade, o progresso e o futuro de Portugal para os Portugueses, sejam eles quais forem.

Há um tempo para o diálogo e há um tempo para a acção.

A Assembleia dialogou e o seu diálogo foi extremamente útil para todos nós e para o País. Ficámos todos a conhecer-nos melhor e o País também teve

oportunidade de apreciar todos os intervenientes, pelo seu próprio juízo, e isso é muito importante.

A Assembleia dialogou e vai decidir. Se não vetar o Governo, conforme esperamos, é tempo de o Governo agir, e depressa. Que o Governo actue, eis agora o que é necessário.

O Partido Socialista está e estará com ele.

*Vozes:* — Muito bem!

*Aplausos dos Deputados do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Chegámos assim ao fim daquilo que foi considerado pelos senhores jornalistas como uma maratona.

E já que peço emprestada a expressão «maratona» aos senhores jornalistas, seja-me permitido que comece as minhas considerações por uma saudação aos senhores jornalistas que aqui trabalham, em condições difíceis, com objectividade e sentido do dever.

*Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS.*

Nos termos da Constituição e do Regimento desta Assembleia, cumpre-me agora encerrar o debate. A hora vai adiantada. A Assembleia, como eu próprio, está por certo fatigada, farta de palavras e de discussões e, portanto, eu vou procurar ser breve.

Dividirei as considerações que tenho a fazer em duas partes. A primeira parte para responder às intervenções de fundo que os diversos líderes dos diferentes grupos parlamentares realizaram agora mesmo nesta Sala. A segunda parte para fazer algumas considerações genéricas sobre o sentido do debate e sobre intervenções de muitos dos Deputados que aqui falaram, durante estes cinco dias de debate e discussão, sobre o Programa do Governo.

Relativamente às considerações feitas pelos líderes parlamentares, começarei naturalmente pelo Sr. Acácio Barreiros, Deputado da UDP, se bem que o tom que ele empregou e os termos em que se dirigiu a esta Assembleia e ao Governo que aqui represento me pudessem dispensar de fazer qualquer comentário às suas palavras.

Entretanto farei dois breves comentários. O primeiro é o seguinte: disse o Sr. Acácio Barreiros que o povo não acredita nas minhas virtudes retóricas. Eu devo dizer ao Sr. Deputado que eu próprio não acredito nessas virtudes retóricas, pois que, se as tivesse e no sentido em que ele empregou a expressão, nas conversas que tenho tido com ele, e que, aliás, têm sido cordiais, já o teria convencido acerca das virtudes da democracia, da cordialidade e da liberdade.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

O Orador: — E assim não aconteceu.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

O Sr. Deputado Acácio Barreiros está sempre a falar em nome do povo e quem o ouvir pode pensar que ele representa o povo. Mas a verdade é que, segundo os

critérios da democracia, ele representa apenas 1% desse mesmo povo, o que é muito pouco para poder dar lições aos outros ou erigir-se em juiz dos interesses do povo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Passarei a seguir à intervenção do Dr. Álvaro Cunhal, feita em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ... (*Risos gerais.*) Perdão, do Partido Comunista. É certo que, em sentido lato, o Dr. Álvaro Cunhal diz-se representante também do socialismo; mas o socialismo que ele defende é evidentemente muito diferente do socialismo democrático que nós, socialistas, defendemos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É provável que as palavras do Dr. Álvaro Cunhal tivessem surpreendido, pelo tom que usou, pelo requisitório a que procedeu quanto a uma parte desta Assembleia. Eu, infelizmente, não fiquei surpreendido e considero que o Dr. Álvaro Cunhal esta noite foi aqui, mais uma vez, fiel a si próprio; não mudou e não mudará.

*Risos.*

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tudo levaria a pensar, depois do seu discurso, em que começa por empregar a palavra «rejeição», que a consequência lógica de um tal discurso seria a apresentação de uma moção de rejeição. Mas, por uma pírueta final (*risos*), que de certa maneira é justificada pelo isolamento em que se encontra o Partido Comunista, e decerto também para conciliar as tensões internas que existem no seu partido ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... o Dr. Álvaro Cunhal não se atreveu a usar esta palavra, a ir até ao fim do seu pensamento e a apresentar, como seria lógico, uma moção de rejeição a este Governo.

*Aplausos do PS.*

Falou a seguir o Dr. Álvaro Cunhal de liberdade, falou da preocupação do seu partido nas liberdades. E a verdade é que o povo português que o ouviu hoje através das câmaras da Televisão, que não tem, contrariamente ao que ele supõe, memória curta, ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... deve ter sorrido, na sua própria consciência, no fundo de si próprio, quando ouviu um partido que arriscou conscientemente a liberdade em Portugal, que pôs em causa durante um ano ou mais de um ano as nossas liberdades, como toda a gente sabe ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... deve ter sorrido com ironia ou com outro sentimento, que eu não desejo classificar, ao ouvi-lo fazer nesta altura o cômico da liberdade. Nós,

sim, socialistas, que nos batemos no passado em favor da liberdade, ...

**Vozes do PCP:** — E nós não?

**O Orador:** — ... que nos batemos depois, durante o gonçalvismo, em favor dessa mesma liberdade, temos que dizer ao Sr. Deputado Álvaro Cunhal que não aceitamos lições nessa matéria de liberdades

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Prolongados aplausos do PS.*

**O Sr. Álvaro Cunhal (PCP):** — Demos no passado, damos no presente e daremos no futuro lições ao Partido Socialista em matéria de liberdades.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Referiu-se também ...

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Isso é uma provocação!

*Estabelece-se grande agitação na Assembleia e nas galerias, com violenta troca de palavras entre Deputados comunistas e Deputados socialistas.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Não podem dialogar, nem se podem dirigir dessa maneira a quem está a falar.

O Presidente não tem outros poderes, infelizmente, que não seja este: pedir aos Srs. Deputados que se encontram neste hemiciclo que respeitem o Regimento, que obedeçam às regras da convivência parlamentar e não procedam como estão a proceder.

E quanto aos senhores que estão nas galerias, chamo a atenção da polícia que se encontra presente para evacuar imediatamente a pessoa ou pessoas que estiverem a perturbar os trabalhos, sob pena — embora isso bastante me custe — de, se isso se repetir, mandar evacuar inteiramente a galeria onde esses acontecimentos se derem. Portanto, cada um dos senhores que aí se encontram pode ser, de certo modo, o responsável e o fiscal, não colocando o Presidente, contra a sua sensibilidade, na posição de praticar uma injustiça, mandando evacuar uma galeria inteira, quando afinal a questão se resume, quando muito, a dois ou três discursos isolados.

Pode continuar, Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Nós certamente não competiremos com ninguém em matéria de arruaça.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Dei aqui um exemplo, ao ouvir tudo e não protestar nenhuma vez nem interromper nenhum dos oradores que falou, que me criticou ou mesmo invejou.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Aplausos do PS.*

**O Orador:** — Espero ter, pelo menos, o mesmo direito que têm os outros Deputados.

Quanto à afirmação do Sr. Dr. Álvaro Cunhal, feita agora, quando me interrompeu, dizendo que daria lições ao Partido Socialista e ao Governo acerca da liberdade, eu respondo-lhe com ironia, utilizando uma frase que ele empregou e que ficou célebre num debate da Televisão: «Olhe que não, Dr. Álvaro Cunhal, olhe que não! ...»

*Risos.*

*Aplausos do PS.*

Falou depois acerca da monstruosidade jurídica que é efectivamente, como a classificou muito bem um Ministro deste Governo, a Lei da Unicidade Sindical. Não iremos terçar armas mais uma vez sobre esse problema da unicidade sindical que já foi resolvido, em grande parte, pelo povo português e pelos trabalhadores de Portugal, porque o direito à liberdade sindical se encontra hoje consignado na nossa Constituição. A Lei da Unicidade Sindical será evidentemente revogada e sê-lo-á porque assim o entende a grande maioria do povo português. Que ela foi uma monstruosidade, que ela só serviu, como aqui disse o meu camarada Aires Rodrigues, para criar a divisão entre os trabalhadores, isso não oferece dúvidas a ninguém, nem a muitos comunistas europeus.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Falou depois o Dr. Álvaro Cunhal dos saneamentos que teria havido nos órgãos de comunicação social. Nós, socialistas, nunca simpatizámos com a expressão nem com aquilo que a expressão «saneamentos» significava, muito menos com os saneamentos selvagens a que sempre nos opusemos. Ouvi dizer em tempos ao Dr. Álvaro Cunhal que o saneamento e a expressão era uma das originalidades do processo revolucionário português. Triste originalidade! Mas sem concordar com nenhuma forma de saneamento nos órgãos de comunicação social ou outros, sejam eles «saneamentos à direita» ou sejam eles «saneamentos à esquerda», sempre lembrei ao Dr. Álvaro Cunhal, quando o vejo agora tão afilito com certos saneamentos, que é bem verdade que quem semeia ventos colhe tempestades.

*Aplausos do PS.*

Perguntou ainda o ilustre Deputado líder do Grupo Parlamentar Comunista, quem é que leva a melhor entre os dois sectores, se o sector público se o sector privado. É obsessão, que, aliás, se traduz numa caricatura — que vem muito reproduzida no jornal *O Diário* — do PS numa corda, que tem forçosamente de cair para a esquerda ou para a direita. Pois a aposta deste Governo é que não cairá nem para um lado nem para outro. A nossa aposta é que seguiremos numa via do socialismo e que nessa via do socialismo havemos de defender o sector público, não poremos em causa as conquistas da Revolução, mas ao mesmo tempo garantiremos a iniciativa privada, porque ela é necessária ao modelo de socialismo em liberdade que nós preconizamos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Aplausos do PS.*

**O Orador:** — Depois, o Dr. Álvaro Cunhal disse que teriam sido feitas ameaças veladas aos trabalhadores, vírgula, aos comunistas. Essa vírgula dá ideia que, no seu espírito, existe uma identificação abusiva entre trabalhadores e comunistas, mas as eleições e a democracia provaram que essa identificação era abusiva, porque o maior partido dos trabalhadores portugueses é incontestavelmente o Partido Socialista, pelo seu número de votos, e é bom que isso não seja esquecido. Procurou, pois, o Dr. Álvaro Cunhal ver ameaças onde elas não existem nem existirão. O Governo a que me honro de presidir não fará ameaças a nenhum português, muito menos aos trabalhadores, porque é o Governo dos trabalhadores e para os trabalhadores.

*Aplausos do PS.*

Mas o Dr. Álvaro Cunhal, em contrapartida ou talvez para justificar aquilo que se seguiu no seu discurso, fez, ele, sim, uma ameaça ao Governo quando disse: «Cautela com os trabalhadores, cautela com as ilusões do Governo, cautela com aquilo que ele disse ter sido uma política de conciliação universal.» Por detrás das suas palavras perfilou-se, isso sim, uma ameaça.

Nós sabemos, pela nossa experiência dos dois últimos anos, que as ameaças, mesmo veladas, quando partem do Sr. Deputado, não são ameaças vãs. Mas também direi ao Sr. Deputado que, se o Governo não faz ameaças a ninguém, também aqueles que o constituem, pelo seu passado, pelos apoios que têm, não temem as ameaças dos outros e será bom que o Grupo Parlamentar Comunista tenha isso na devida conta.

*Aplausos do PS.*

Falou ainda o Sr. Deputado da política externa e fez o elogio de uma política de independência nacional, aconselhando-nos a não sermos subservientes em relação à Europa.

Devo dizer ao Sr. Deputado que também nessa matéria desprezamos e dispensamos tal conselho. O Governo Português defenderá intransigentemente o interesse nacional e a nossa independência; e não será subserviente em relação a nenhum país, seja ele do bloco leste ou do bloco oeste. E em matéria de subserviência devemos dizer-lhe, Sr. Deputado, que o único sol ao qual nos aquecemos é ao sol português.

*Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS.*

Não seremos ainda o peão no jogo do imperialismo.

**Uma voz do PCP:** — Nota-se!

**O Orador:** — E acrescentaremos que a expressão «imperialismo» usamo-la no plural. Falamos em imperialismo e não seremos, julgo peão no jogo dos diferentes imperialismos que se projectaram na nossa terra com singular acuidade nos últimos dois anos. Não fomos nós que demos essa dimensão à Revolução Portuguesa e não somos nós, com certeza, os responsáveis por se ter assistido na nossa terra, por interpostas pessoas, a esse jogo dos imperialismos de que nós não gostamos.

Fizemos uma opção europeia; mas essa opção europeia foi feita de acordo com o que pensamos ser, e com boas razões, o interesse nacional. E estranhamos aqui — como, aliás, o acentuou o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros na sua intervenção de ontem — que o Partido Comunista Português continue, contra a prática dos outros partidos comunistas ocidentais, a ter medo da Europa, a não querer abrir os olhos à realidade que são instituições europeias no mundo a que pertencemos, que é o mundo ocidental, e até a não querer — como disse o Dr. Álvaro Cunhal na sua primeira intervenção — a integração de Portugal no Conselho da Europa, onde estão e participam representantes de partidos comunistas europeus e aonde foi uma delegação desta Assembleia, em que havia um representante do próprio Partido Comunista Português.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não compreendemos essa estreiteza, que continua a ser própria de outras eras.

Quanto aos novos países africanos de expressão portuguesa, o Governo pensa poder, dentro em breve, resolver alguns problemas mais graves do contencioso existente. Mas fá-lo-á também de acordo com os interesses portugueses, sem nenhuma subserviência e sem nenhum preconceito ideológico. E o Governo está à vontade para negociar sem subserviências com esses novos países, porque tem à sua frente alguém que desde sempre, não agora, mas desde pelo menos 1961, estando aqui em Portugal e arrostando com todas as dificuldades, definiu uma posição claramente anticolonialista.

*Aplausos do PS.*

Finalmente, o Sr. Deputado Álvaro Cunhal aconselhou o Partido Socialista e o seu Governo a não irem atrás dos cantos da sereia reaccionária e a fazer atenção para se não deixar ultrapassar.

Compreende a preocupação do Sr. Deputado Álvaro Cunhal em matéria de ultrapassagem.

*Risos.*

Mas dir-lhe-ei, Sr. Deputado, que não foi o Governo nem o Partido Socialista que foi ultrapassado nas últimas eleições e por muitas centenas de milhares de votos.

*Risos.*

Relativamente à intervenção do Deputado Freitas do Amaral. Começou ele por dizer que este debate revelou uma má organização e eu estou de acordo com o Sr. Deputado.

Na verdade, há que rever o Regimento, pelo menos nesta matéria de apresentação e discussão do Programa do Governo, se bem que estejamos agora convencidos de que não será necessário fazer outra discussão deste género nos próximos quatro anos.

*Risos.*

*Aplausos do PS.*

Haveria vantagem, de facto, que os problemas tivessem sido discutidos por capítulos do Programa e que a esta série de monólogos justapostos, que foi este debate, tivesse sido preferido o diálogo vivo, com a apresentação de questões e respostas imediatas, em benefício do princípio da oralidade, que é o princípio próprio dos parlamentos.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Estamos de acordo em participar numa discussão que englobe, naturalmente, todos os grupos parlamentares representados nesta Câmara, para obviar a essa dificuldade.

Depois o Sr. Prof. Freitas do Amaral fez uma confusão, que eu penso terá sido propositada, entre os próximos quatro anos e o curto prazo do Programa, que poderemos considerar de emergência, o qual se dividirá ainda naquelas medidas que deverão ser postas em execução imediatamente pelo Governo nestes dois meses que nos esperam até à reabertura da Assembleia, e depois as medidas de curto prazo que nos esperam até ao fim do ano corrente. Porque só depois, aliás, se apresentará, com o Orçamento Geral do Estado, o Plano para o ano económico de 1977 e só a seguir se apresentará, como foi dito e bem referido nesta Assembleia, o Plano para os próximos quatro anos, visto que tudo aponta na actual Constituição para um Governo de legislatura e para agora, dado não ter havido nenhuma moção de rejeição, tornar-se possível esse Governo. Foi feita claramente a distinção entre esses diversos prazos.

O Governo procura distinguir as medidas de emergência, as medidas imediatas, as medidas a médio prazo de um ano, depois a médio prazo de quatro anos e, finalmente, as que forem apresentadas no Plano de quinze anos.

Não que o Governo pense ou ambicie sequer ficar no Governo por quinze anos; mas porque, quando um Plano é discutido e votado por uma Assembleia, esse Plano deixa de ser do Governo e passa a ser o Plano da Nação no seu conjunto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não há que fazer confusão entre o Governo e o Plano, entre medidas a curto prazo e medidas a médio prazo.

O Sr. António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador: — Foram apontadas algumas omissões, omissões que não existem em sentido absoluto, mas que — e nisso estamos de acordo com o Sr. Deputado — não tiveram o desenvolvimento que um programa da ordem daquele que apresentámos mereceria.

E assim, em relação à matéria de ordenamento do território e de descentralização regional podemos estar de acordo com o Sr. Deputado no sentido de que o Programa só indica alguns princípios gerais e não desce a uma concretização que seria porventura necessária.

O facto de isso não ter sido feito no Programa do Governo não significa que não constitua uma das preocupações do Governo a que tenho a honra de

presidir, que não é para empregar uma expressão que foi aqui utilizada por um Deputado do PPD, um «governo jacobino», antes, pelo contrário, é um Governo que deseja pôr o acento tónico das suas preocupações nesse projecto de descentralização regional. A verdade é que não pode ser feito imediatamente, mas sê-lo-á.

O Governo concorda que seja necessário desenvolver o municipalismo que, aliás, desde Alexandre Herculano, é considerado justamente uma boa tradição portuguesa, mas certamente, Sr. Deputado Freitas do Amaral, não nos termos e com o conteúdo que dava à expressão «municipalismo» o Prof. Marcelo Caetano, de má memória!...

*Risos.*

Definiremos claramente o perfil dos governadores civis e apresentaremos acerca de tudo isso propostas concretas à Assembleia, quando esta reabrir.

Quanto às questões a que chamou de fundo e a que não encontrou resposta no Programa do Governo Socialista, como sejam a maneira de financiar o Programa do Governo, o exagero da máquina burocrática, o papel reconhecido à iniciativa privada, o desenho claro de uma política financeira e económica que nos permita sair da crise, acredito que o Sr. Deputado não queira ter visto, na leitura do Programa a que procedeu, as respostas que lá estão ou que elas o não satisfaçam. Admito e comprehendo. O que não posso admitir nem compreender é que diga que o Programa não trata, e desenvolvidamente, de cada um destes pontos que, para nós, também são questões de fundo.

Como financiar o nosso Programa? Eu tive ocasião de me explicar sobre isso, aqui mesmo nesta Câmara, logo a seguir às principais perguntas que a Assembleia me dirigiu. Até ao começo de 1977, fazendo recurso, naturalmente, ao Orçamento Geral do Estado, visto que nós não podemos inventar novos recursos e as alterações ou reajustamentos que fizermos terão de ser, natural e necessariamente, de detalhe. Mas no orçamento que apresentaremos no final deste ano, para 1977, aí sim indicaremos prioridades e transferências de verbas muito mais substanciais de maneira a podermos explicar como vamos financiar todo o nosso Programa.

Como é natural, se se estabelecer propositadamente uma confusão entre o pequeno, o médio e o longo prazos, é evidente que isto não se compreenderá. Mas a verdade é que esta distinção está estabelecida no Programa que eu submeti a esta Assembleia.

Disse o CDS que, quando o orçamento for apresentado — e o plano que o integrará —, fará um juízo global sobre a política do Governo. É evidente que está no direito de fazer esse juízo, mas atenção Sr. Deputado, quando não rejeita, como disse não rejeitar, o nosso Programa, dá por esse facto e implicitamente ao Governo a possibilidade de existir nos próximos quatro anos.

A Sr.ª Emilia de Melo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não admitiremos que se queira, por um artifício, transpor para a discussão do Orçamento e do Plano aquilo que cumpre fazer

nos termos da Constituição, neste momento, ou seja, a apreciação do Programa global deste Governo e a sua rejeição ou não rejeição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Disse ainda o líder do CDS que o partido que representa não deseja provocar a queda do Governo. Observar-lhe-ei que, por si próprio, não tinha poderes para tanto, dada a exiguidade do seu Grupo Parlamentar.

*Risos.*

Mas, de qualquer maneira, sem pôr em causa o patriotismo do CDS, visto que não é meu hábito nem timbre pôr em causa o patriotismo de nenhum dos grupos parlamentares que se encontram representados nesta Assembleia, dir-lhe-ei que é levado a essa posição pela circunstância muito mais comezinhas de neste momento, e esta é a realidade que a Câmara tem de aceitar, não haverá alternativa para um Governo formado pelo Partido Socialista.

Vozes do PS: — Muito bem!

*Aplausos do PS.*

O Orador: — Governo minoritário, chamou-lhe o Sr. Deputado. Será assim tão minoritário? Aritmeticamente, se contarmos o grupo parlamentar, sem dúvida é minoritário. Mas se considerarmos a realidade política que este Governo traduz e o largo consenso democrático que ele suscitou nesta Assembleia e fora da Assembleia, talvez não seja correcto, a partir deste momento, chamar-lhe assim.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Será melhor dizer, como fez o Sr. Deputado Sá Carneiro, que se trata de um Governo constitucional, que é de facto um Governo, e nisso estou de acordo com o Sr. Deputado Freitas do Amaral, que se formou porque os outros grupos parlamentares, desde o Grupo Parlamentar Comunista até ao CDS, entenderam que era imperativo nacional não votarem uma moção de rejeição contra esse Governo, porque, como disse o Sr. Deputado, estão efectivamente em causa a democracia, a justiça social e a sobrevivência nacional. E se é isto que está em causa e se o Governo, pelo próprio facto de existir e defender Portugal desses perigos que apontou, obviar a que fique em causa o País, que maior galardão poderia esperar do que esse? Que maior consenso nacional poderia ele obter?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Disse V. Ex.<sup>a</sup> que não houve um voto de confiança ao Governo. Não estamos a discutir o problema da confiança. Disse-o desde o início deste debate, quando respondi a uma interpelação, salvo erro, do Sr. Deputado Sá Carneiro. Mas não havendo nenhuma moção de rejeição, não tendo nenhum partido tomado a iniciativa de propor uma moção dessa natureza, não há dúvida de que o Governo pode orgulhar-se de um larguissimo consenso. O que

não significa, evidentemente, que as oposições se não exercitem. Claro que sim.

O Partido Socialista e o Governo por ele formado não desejam que a oposição seja branda. Quere-a, com efeito, viva, quere-a activa, porque o Governo a que tenho a honra de presidir sabe que a oposição é sempre necessária, para que haja um bom Governo. Nisso estamos completamente de acordo. E poderei dizer ao Sr. Deputado do CDS, quando disse que não poderíamos esperar os seus elogios, que não esperamos esses elogios. Não os esperávamos nem os queríamos.

Compreendemos perfeitamente que haja partidos que não se reclamem do socialismo. Entendemos, de acordo com a concepção que nós temos do socialismo, que é uma concepção democrática, que é necessário que existam legalmente partidos num país que não se reclamam do socialismo e que possam exercitar completamente os seus direitos de oposição. Porque, a não ser assim, o socialismo teria de enveredar pelo caminho da repressão. Teria de ser um socialismo autoritário, ditatorial, que nós repudiamos, porque não é com esses traços de ditadura e de autoritarismo que concebemos o socialismo, que, para nós, é e continua a ser sinónimo de liberdade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, Sr. Deputado e Srs. Deputados de todos os grupos parlamentares, incluindo a UDP, poderão contar que da parte do Governo haverá ouvidos atentos e corteses. Haverá intenção de diálogo, o que não exclui vivacidade na réplica. Haverá partidos de oposição e esses partidos serão permanentemente informados dos grandes problemas e dos *dossiers* da governação pública, porque nós acreditamos na alternância democrática e compreendemos que os outros partidos estejam preparados para poder exercer essa alternância.

*Aplausos do PS, PPD e CDS.*

Relativamente ao Sr. Deputado Sá Carneiro teria a fazer alguns comentários também. De facto, como disse o Sr. Deputado, pensamos, e o País julgo eu que o sentiu, que se inaugurou durante este debate um novo estilo parlamentar. Existe um diálogo cortês entre os partidos e isso é útil para a existência da democracia. É uma grande lição para o nosso povo. De facto, esse estilo baseia-se, como disse o Sr. Deputado, na participação de todos os partidos na vida democrática e no Parlamento.

E baseia-se mesmo na circunstância de esta Assembleia dever ser de ora avante, e sé-lo-á por iniciativa do Governo, o centro e a sede de todos os grandes debates nacionais.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado disse que pensava que, no seu entender, certos serviços deveriam depender directamente não do Governo, mas sim da Assembleia da República, e citou a gestão e o *contrôle* da imprensa estatizada, citou o instituto de sondagens de opinião de que o Governo se propõe criar e citou ainda o Instituto das Participações do Estado. Não sei, Sr. Deputado, qual será a opinião do Governo — por-

que não discuti ainda com o Governo esse problema acerca de duas das suas sugestões, ou seja a gestão e *contrôle* da imprensa estatizada e o Instituto das Participações do Estado —, mas posso dizer-lhe, porque isso foi já objecto de troca de impressões entre os membros do Governo, que este Governo vê com agrado que fique na dependência desta Assembleia esse instituto de sondagens de opinião, para haver a garantia, que, aliás, sempre haveria, estando no Governo o Partido Socialista, de que esse instituto não se converterá num organismo de pressão sobre a opinião pública, mas antes será um organismo de medição, objectivo, sério e científico, das reacções da opinião pública.

**Vozes:** — Muito bem!

*Aplausos do PS, PPD e CDS.*

**O Orador:** — Relativamente ao problema que pôs em seguida e da necessidade do conhecimento dos *dossiers* da governação, eu penso que já me expliquei suficientemente na resposta que dei ao Sr. Deputado Freitas do Amaral.

Também estou de acordo com o Dr. Sá Carneiro quando diz que a Constituição não pode ser nem se pode confundir com um programa de governo. É evidente que a qualquer governo constitucional cumpre aplicar e respeitar escrupulosamente a Constituição, e é isso que o Governo, a que presido, fará. Mas não há dúvida de que para além da Constituição há o Programa do Governo e que as duas coisas não se podem confundir. Não tenha o Sr. Deputado nenhum receio, porque o Partido Socialista não quer, nunca quis, nem pensou converter-se no partido revolucionário institucional e assim tentar anular as oposições. Toda a filosofia subjacente ao Programa do Governo vai no sentido contrário. Nós entendemos que não há verdadeira democracia política sem pluralidade de partidos; entendemos que essa pluralidade é essencial à democracia e, portanto, temos de respeitar os direitos de todos os partidos que legalmente se constituam.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas dir-lhe-ei mais: o Governo, e é assim que concebe as relações com esta Assembleia da qual depende, não somente aplicará e fará respeitar a Constituição, como será fiel ao seu Programa que hoje aqui passou, o qual não foi rejeitado e que assim se converte num programa nacional.

O Governo, mais do que isso, aplicará escrupulosamente as decisões desta Assembleia da República, mesmo quando na hipótese, que eu penso será absurda, de o Grupo Parlamentar Socialista vir a votar contra essas decisões e ficar numa posição minoritária. É assim que o Governo entende o respeito que lhe merece o cumprimento das decisões da Assembleia da República.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Depois entrou o Sr. Deputado Sá Carneiro no apontamento de algumas críticas e divergências em relação ao Programa do Partido Socialista.

Não me atardarei, naturalmente, a considerar se estamos verdadeiramente numa crise de identidade nacional ou não, visto que seria isso um problema que eu classificaria como um tanto «metafísico».

Na realidade, depois de Portugal ter vivido sobre as suas colónias durante cinco séculos, depois de ter regressado agora aos seus limites originais e de estar a adoptar o seu sistema de vida a novas instituições e a novas condições estruturais, económicas, sociais e até geográficas, parece-me que não será de mais falar de crise de identidade nacional. Mas, quer essa crise exista, quer não, a verdade é que o País, o nosso povo, está perante uma crise nacional que certamente não será, no seu alcance, significação e larguezza, inferior às grandes crises da nossa história, nós que vivemos estes dois anos conturbados, c heróicos a tantos títulos, de 1974 a 1976. Muitas vezes todos nós teremos pensado nas opções que se puseram ao nosso povo em 1383 a 1385, em 1640, em 1820. E certamente na lembrança dessas crises, como certamente nas energias de que deu sempre provas o povo português para as vencer, nós encontramos razões de esperança e razões de confiança. Nisso estamos todos certamente de acordo e isso nos basta.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Muito bem!

O Orador: — Diz o Sr. Deputado que o Governo não definiu uma estratégia global para vencer a crise e salvar a Revolução.

Permito-me lembrar a esta Assembleia que desde o princípio de 1975 foi o Partido Socialista que definiu pela primeira vez uma política global para vencer a crise e salvar a Revolução e intitulando essa política global assim mesmo, num manifesto que ainda hoje tem interesse ser lido, como depois o fez pela primeira vez no chamado «programa económico para uma política de transição», em que já defendímos os grandes parâmetros da crise e a maneira global de poder responder a essa crise, como finalmente no nosso programa eleitoral do Partido Socialista e agora no programa do Governo do PS.

Devo dizer ao Sr. Deputado que o sulco de esperança que nos últimos dias se abriu neste país e a retomada de confiança que em muitos sectores nacionais é incontestável provam que, ao contrário do que pensa ou pretende o Sr. Deputado, o povo português viu no Programa do Governo uma estratégia global para vencer a crise e salvar a Revolução; e mais, tem confiança em que o actual Governo vai superar essa crise, salvar a Revolução, a democracia e as chances de um socialismo democrático em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado quis-me emendar num número acerca do produto interno bruto, que eu disse ser de 500 milhões de contos, a preços correntes, e que o Sr. Deputado diz ser de 380 milhões. É difícil, a esta hora da noite, polemizar acerca de números, sobretudo desta grandeza, mas dir-lhe-ei em todo o caso que a quantificação da crise foi feita pelo meu ilustre colega Ministro das Finanças e que, segundo um livro que é do Departamento Central do Planeamento, publicado pelo Ministério das Finanças, em Maio, o

produto interno bruto, a preços correntes, é de 498,8 milhões de contos.

Risos.

Eu falei em 500 milhões, perdoem-me o exagero.

Risos.

Falou ainda o Sr. Deputado Sá Carneiro do problema dos retornados e disse que também não havia uma política muito clara em relação aos desalojados e que não se sabia qual era o papel do comissário nacional para os desalojados, que ainda não tomou posse — e não podia tomar, visto que o Governo ainda não passou na Assembleia e só depois disso lhe daremos posse, para respeitar em tudo a letra e a forma da Constituição. Nessa altura, como é natural, e no discurso de posse que haverá, toda a problemática que se refere aos desalojados será largamente explanaada.

Mas o Sr. Deputado disse que era preferível ao Comissariado Nacional um Ministério para os desalojados e eu, que ouvi comissões de desalojados, tive oportunidade de os ouvir e de dialogar com eles antes de tomar posse do cargo que neste momento tenho. Eu, que os ouvi, direi ao Sr. Deputado, que é católico, segundo suponho, que nisso foi mais papista que o próprio Papa — se é que o Papa são os desalojados!

Risos.

Com efeito, eles não querem um Ministério de desalojados, mas sim um Comissariado Nacional de desalojados. Aliás, foram eles que me pediram.

Relativamente ao problema da política internacional, também aqui o Sr. Deputado, aprovando nas suas grandes linhas a política internacional preconizada pelo Governo, pôs a dúvida sobre se seria de pedir a associação ao Mercado Comum ou a adesão ao mesmo.

Quando estive no Ministério dos Negócios Estrangeiros tive ocasião de estudar esse problema com algum desenvolvimento e devo dizer-lhe que hoje o estatuto de associação não é desejado por nenhum país, na medida em que, no quadro dos tratados preferenciais que existem com os países não associados, se pode obter tudo o que nesse quadro se consegue com o estatuto, pouco definido, de associação. É este, aliás, o parecer dos próprios técnicos do Mercado Comum.

O Sr. Deputado Freitas do Amaral, na outra sessão, disse que o Governo parecia desconhecer os mecanismos legais e outros institucionais do Mercado Comum. E, com o seu pendor de professor (não digo professor), quase lhe apeteceu «chumbar-nos» nessa matéria.

Risos.

Mas a verdade é que eu suponho que ele não tem razão. No Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério que foi do Comércio Externo estudaram-se detidamente esses mecanismos, e quando nos decidimos a dizer que nos parecia que requerer a adesão era mais útil e conveniente para o nosso país fizemos uma opção consciente, meditada e ponderada. Opção, aliás, depois de trocar extensas impressões com algumas das figuras mais gradas desse mesmo Mercado

Comum, onde, como toda a Assembleia sabe, o Partido Socialista conta amigos e camaradas.

De facto, parece-nos que o que nós devemos preparar são negociações para a adesão ao Mercado Comum. Mas aqui também se fez uma confusão quando se falou em três anos. O que eu disse é que essas negociações, que são pesadas, lentas e difíceis, levarão porventura três anos, mas nunca pretendi ou disse que ao cabo de três anos — e foi nisso que residiu a confusão dos Srs. Deputados — nós ficaríamos logo num estatuto pleno de adesão e sujeitos às obrigações do Tratado de Roma. Temos que negociar durante esses três anos. E depois da adesão — e eu citei o exemplo da Grécia, que, nesse aspecto, é importante para nós — temos de procurar um estatuto provisório, certamente de dez ou quinze anos, e só ao fim deles, se o estado da nossa economia se desenvolver como pensamos, poderemos sujeitar-nos a todas as obrigações decorrentes do Tratado da Roma.

Ainda no que se refere a outra observação do Dr. Sá Carneiro, há o que foi um pouco cavalo de batalha de alguns Deputados do PPD, a pseudo-omissão, a que, aliás, o meu colega Ministro dos Negócios Estrangeiros já ontem respondeu, de países como a Venezuela e o Canadá. Dir-lhe-ei — aliás, o Sr. Deputado disse-o e ele próprio o reconheceu — que, com as relações de amizade e camaradagem que sabe existirem com o Presidente da Venezuela e com o Partido que está no poder nesse país, a Acção Democrática, depois de ter feito duas viagens a convite do Sr. Presidente da Venezuela àquele país (uma para assistir ao momento solene da nacionalização do petróleo venezuelano e outra para participar na conferência de Caracas, onde estiveram representados partidos socialistas e sociais-democratas e donde saiu uma comissão para coordenar actividades e iniciativas feitas por partidos socialistas e sociais-democratas da Europa e da América Latina, a que o Partido Socialista português tem a honra de pertencer), com tudo isto é evidente que na nossa política externa não poderíamos esquecer a Venezuela, país com o qual devemos com certeza desenvolver grandemente as nossas relações, não só porque aí vivem 250 000 portugueses trabalhando e prestigiando Portugal, como porque a Venezuela pode dar-nos, em duas matérias extremamente importantes, um auxílio, que não é despiciendo, para a nossa economia, como vendedor eventual de petróleo e como país que estará disposto a receber um contingente de muitos milhares de novos trabalhadores portugueses.

Da mesma maneira, não esquecemos também, Sr. Deputado Sá Carneiro, tenha a certeza disso, o Canadá, país ao qual nos ligam também laços velhos e profundos.

Mas, em contrapartida, no Programa do Governo há de facto uma omissão — e essa grave — que me espanta, diga-se, que nenhum dos Srs. Deputados tenha notado e que eu terei muito gosto neste momento em corrigir. Refere-se ela à política de amizade e bom entendimento com o Vaticano.

Foi o Partido Socialista, através de um Ministro da Justiça socialista, que resolveu, em condições excelentes de uma celeridade exemplar, um problema que aflijia milhares e milhares de portugueses: a obtenção do divórcio para os cônjuges casados catolicamente.

Conseguiu-se isso dadas, em parte, as boas relações que existem, existiam e são tradicionais, e que perderam após o 25 de Abril, entre o Estado Português e o Estado da Santa Sé. E, apesar de não haver uma referência, eu reparo agora essa omissão do Programa, que foi grave.

Finalmente, o Sr. Deputado Sá Carneiro reconheceu que a política do Governo, no que concerne à autonomia dos Açores e da Madeira, como regiões autónomas consagradas no texto constitucional, é uma política de compreensão e uma política coerente. E é verdade que o Governo se vai esforçar — e estou certo de que o conseguirá — por manter essa política de estreita compreensão e bom entendimento com os Governos Regionais, formados por, certamente, representantes do PPD, como partido maioritário nessas regiões.

Como o Sr. Deputado disse — e eu afirmo —, não haverá nem lutas nem rivalidades entre socialistas e sociais-democratas neste ponto, porque, creio bem, os socialistas e os sociais-democratas porão o interesse nacional acima dos interesses partidários.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

*Aplausos do PPD.*

**O Orador:** — A terminar, asseverou o Sr. Deputado que de esta discussão e debate não dependerá o destino da democracia portuguesa. Certamente que não, embora tenhamos que reconhecer que através deste debate e do seu resultado se deu um passo fundamental para a consolidação da democracia.

**O Sr. Sá Carneiro (PPD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo não terá a confiança dos partidos que, não rejeitando o Programa aqui apresentado, não obstante, declararam nem por isso lhe passar um voto de confiança. Refira-se, porém, que o Governo não pediu esse voto, como desde o início o dissemos, não porque temesse, nesta altura, não vir a ter esse voto de confiança se, por acaso, o pedíssemos, mas porque pareceu que, no entendimento da letra da Constituição, seria deslocado fazê-lo.

Dado o facto, que eu desejo mais uma vez sublinhar, de não se ter perfilado nesta Assembleia nenhuma hipótese de alternativa para o Governo formado pelo Partido Socialista, e dado o facto de todos os partidos terem disso a consciência plena, e a prova é que não votaram nem apresentaram moções de rejeição, era evidente que, se o Governo suscitasse um problema desses, poderia forçar alguns partidos a votar a confiança ao Governo para evitar uma crise que seria, essa sim, extremamente grave para a democracia portuguesa. Não o quis fazer o Governo e decerto muitos Srs. Deputados, mesmo de outros grupos parlamentares, acompanharão o Governo no sentimento de que foi sensato não ter posto esse problema, que não era necessário.

Para além do problema da confiança ou não confiança desta Assembleia, há uma outra condição que o Governo singularmente preza para poder subsistir e manter-se: é ter a confiança do povo português e tê-la, em particular, das classes trabalhadoras.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo não tenciona privilegiar no diálogo que vai estabelecer com o povo português, em permanência, nem grupos profissionais nem mesmo classes sociais, não obstante ser um Governo que se considera ao serviço dos trabalhadores e constituído para defender os interesses dos trabalhadores.

**O Sr. António Reis (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pensa dialogar com o povo português e desde já diz que, quando ao Governo faltar o apoio expresso, por meios democráticos e em liberdade, do povo português, o Governo certamente não quererá continuar a governar. Mas, enquanto governar com a confiança do povo e dos trabalhadores — como aqui disse no primeiro dia — o Governo não se demitirá das suas responsabilidades e assegurará a autoridade e a legalidade democráticas por todos os meios.

Nós não ignoramos, nem Portugal, que neste momento estamos a viver um reforço iniludível das posições da direita e da extrema-direita. Não agrada ao Governo a libertação em cadeia dos pides, nem lhe agrada o proliferamento dos actos terroristas, alguns dos quais, felizmente — e isso será certamente interpretado pela Assembleia como um acto de bom augúrio —, foram recentemente descobertos, com as cumplicidades que se sabem.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tanto um como outro dos problemas têm escapado até agora à competência do Governo, porque estão ainda, como se sabe, afectos ao foro militar. O Governo partilha da opinião, aqui expressa, de que progressivamente a vida política, em todos os seus aspectos, e os problemas de justiça deverão entrar na esfera da competência civil e ser objecto da atenção e do cuidado dos tribunais.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo espera manter e respeitar a estreita separação de poderes entre o Executivo e os tribunais e respeitar em todos os momentos as decisões dos tribunais, sejam elas quais forem, agradem ou não politicamente.

Nesse sentido também uma palavra é devida a um problema que suscitou a emoção do País e desta Câmara. Refiro-me, como compreenderam, ao regresso de António de Spínola. É evidente que no plano político o Governo não considera que esse regresso se tenha feito no momento oportuno, visto que há no facto de se escolher para o regresso o penúltimo dia dos debates desta Assembleia uma clara intenção política, que não é naturalmente louvável, nem de quem diz querer doravante respeitar a democracia e as leis existentes neste país. Mas a verdade é que o Governo, nessa como noutras matérias, não tem que se sobrepor neste momento às autoridades militares que se ocupam dessa questão, nem tem que se sobrepor às decisões das autoridades judiciais militares ou civis, sejam elas quais forem. Considera, portanto, que a um acto que em certos sectores foi considerado como uma provocação há que responder com serenidade, com confiança na solidez das nossas instituições democráticas e com respeito pela justiça.

**O Sr. Sá Carneiro (PPD):** — Muito bem!

**O Orador:** — E há, sobretudo, que desadramatizar o acontecimento, que não tem certamente o alcance político que o interessado supôs conferir-lhe.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Srs. Deputados: Dado que a resposta aos aspectos sectoriais que foram referidos nas intervenções de todos os Srs. Deputados que aqui usaram da palavra foi sendo dada pelos ilustres colegas do Governo que me precederam no uso da palavra e por algumas das brilhantes intervenções dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu irei terminar.

Disse no princípio deste debate que certamente muitas sugestões seriam acolhidas, que as críticas, quando consideradas pelo Governo justas, seriam introduzidas no nosso plano de acção e levadas em consideração e que iríamos tentar corrigir as omissões e as dúvidas que o texto do Programa suscitou a todos os grupos parlamentares, sem discriminações.

O Governo constituirá uma equipa de trabalho coordenada pelo Ministro sem pasta, Jorge Campinos, que irá estudar todo esse imenso manancial que foi carreado pelos Srs. Deputados, através das suas intervenções nesta Assembleia, e vai procurar fazer a listagem daquilo que há que integrar no nosso plano de acção governamental, respeitando-se, assim espero, a promessa que fiz no início desta sessão de debate na Assembleia.

Queria ainda referir-me a duas intervenções que aqui foram feitas, que tocaram e calaram fundo no espírito do Governo e no meu próprio. Uma delas, a do Sr. Deputado General Galvão de Melo, que, com uma independência que vai sendo reconhecida por todos os sectores, quis trazer a este debate um depoimento acerca das minhas próprias responsabilidades em matéria de descolonização e dizer palavras que eu considero de justiça. Desejo agradecer-lhe essas palavras, ainda que a justiça não se agradeça.

Por outro lado, também não deixaria passar em claro a intervenção feita hoje aqui pelo Sr. Deputado Figueiredo Dias, que mostrou um largo sentido de convergência com as teses e os valores defendidos pelo Partido Socialista. Convergência que eu não não queria deixar de sublinhar e de lhe agradecer.

Finalmente, desejo terminar esta exposição — que vai longa e que não seguiu o plano que eu tinha, porque resolvi responder, porventura um pouco polemicamente, às intervenções de fundo dos líderes parlamentares — com algumas palavras de justiça e de confiança e por um apelo final.

Palavras de justiça, em primeiro lugar, relativamente ao VI Governo Provisório. Foi aqui muito atacado o VI Governo Provisório, mas ele representa um marco histórico para a nossa caminhada no sentido da democracia.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Orador:** — E desejo prestar as homenagens do Governo a que presidi à figura de um homem de coragem, de um homem de boa fé e de um homem ínte-

gro, a quem um dia chamei, e não me arrependo, o Almirante Sem Medo Pinheiro de Azevedo.

*Aplausos do PS, PPD e CDS e do Ministro dos Assuntos Sociais (Armando Bacelar).*

Aliás, quando refiro o VI Governo e a acção meritória que teve em muitos domínios, não me refiro apenas aos Ministros socialistas, como é óbvio. Refiro-me também aos Ministros militares, aos Ministros dos outros partidos e aos Ministros independentes — a todos, sem excepção.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Palavra de confiança, antes de mais, no Presidente da República, General Ramalho Eanes, a quem presto neste momento as minhas homenagens.

*Prolongados aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS e dos membros do Governo, todos de pé, registando-se também que os Deputados do PCP se levantaram.*

Sublinho com muito agrado a homenagem prestada também pelo Partido Comunista ao nosso Presidente da República.

*Aplausos de alguns Deputados do PS.*

Presidente da República que é o símbolo vivo da unidade nacional, o símbolo vivo do espírito do 25 de Abril, o símbolo da unidade e da coesão das forças armadas.

Palavra de confiança também noutro órgão da soberania, o Conselho da Revolução, presidido pelo Presidente da República e que, nos termos da Constituição, é o garante do funcionamento das instituições democráticas, do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito do 25 de Abril, de que todos, nesta Sala, nos reclamamos.

*Aplausos do PS, PPD e CDS.*

E finalmente um apelo ao povo português, povo português em função do qual trabalhamos e para o qual endereçamos todos os nossos esforços.

É do apoio, da confiança do povo português que depende o êxito da acção do Governo. Mas o êxito dessa acção, como tive ocasião de dizer no discurso de investidura, não pode estar apenas dependente do Governo. Também estará desta Assembleia e o Governo tenciona trabalhar em estreita cooperação com ela.

O Governo assumirá perante o povo as suas responsabilidades e esta Assembleia assumirá também as responsabilidades, ainda maiores, que lhe incumbem, porque é a esta Assembleia que compete fiscalizar a própria acção do Governo.

O Governo tem consciência de que neste momento, como compromisso que assume perante o povo português, se empenha num compromisso, num desafio, que é um desafio de alcance histórico: ajudar a construir em Portugal uma sociedade de dimensão europeia, uma sociedade a caminho do socialismo, capaz de responder às aspirações de bem-estar e de justiça social do povo português, um Governo capaz de estar, no fundo, à altura da maioridade política do

povo português, de que este debate foi, e constitui, a prova insofismável.

Muito obrigado a todos, Srs. Deputados.

*Aplausos prolongados dos Deputados do PS e do PPD e dos membros do Governo.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Preciso da atenção de VV. Ex.<sup>as</sup> por mais alguns minutos, para cumprir até final o mandato de Presidente desta Assembleia.

De harmonia com o disposto no artigo 197.<sup>º</sup> do nosso Regimento, terminaram os debates. O País, através dos meios de comunicação social, seguiu certamente com profunda emoção o que aqui se passou. Foi classificado como uma maratona; todos nós sabemos o que representa a palavra «maratona» em atletismo, a mais fatigante das provas atléticas. Quando se tem a ventura, como eu tive, de assistir à maratona no camarote de honra, é muito fácil. Não estou cansado, mas endereço aos Srs. Deputados intervenientes e sobretudo, particularmente, ao Sr. Primeiro-Ministro, uma palavra de profunda gratidão, posso dizer que em nome do povo português, pelo exemplo espartano de dedicação que acaba de ser dado a todos nós.

**Vozes:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Num dia melancólico da minha vida, estando ao lado do meu amigo e camarada François Mitterrand, ele percebeu que me encontrava triste, ou não igual a mim próprio, e perguntou-me a razão desse meu desalento. Tive de dizer-lhe a razão. É que nessa mesma tarde se tinha praticado neste país uma das mais tremendas injustiças, que nunca julguei estar guardado para ter de assistir, a demissão do meu camarada de luta Fernando Piteira Santos. Disse-lhe que estava triste. Tinha por esse camarada uma amizade profunda; sejam quais forem as nossas divergências, tinha por ele um grande respeito e admiração. Mitterrand respondeu-me logo: «Mas, homem, não vale a pena, são coisas pequenas, são acidentes, acontecem em todas as partes do mundo; não se esqueça, meu camarada — dizia-me ele (nós estávamos nessa altura, suponho eu, a poucos meses da nossa revolução) —, não se esqueça que um país e um povo que, sem sangue, com canções nos lábios e as flores da esperança espalhadas por toda a parte, conseguem fazer uma revolução pacífica, reinstaurar as liberdades perdidas, instalar os partidos políticos, acabar com a repressão e iniciar surpreendentemente o processo de descolonização, é efectivamente um grande povo.»

Ouvi estas palavras em muitas outras ocasiões, aquando das minhas viagens ao estrangeiro. E na verdade é assim.

Acabámos todos, Srs. Deputados, de dar um exemplo da nossa dedicação e da nossa fé.

Pergunto a mim próprio se teria valido a pena viver tantos anos e viver ainda os poucos que me restam. Mas claro que valeu a pena viver. Velho combatente que quase já sou, agradeço aos mais jovens, aos homens de outras gerações, pedindo-lhes que acabemos para sempre com essa querela de gerações que nada significa. O que une os homens não são

as idades, é o sentimento da honra, da dignidade, da afeição, da fideliade aos seus princípios e o amor pela sua pátria.

Agradeço, mesmo assim, esta lição que me acabam de dar.

Terminarei, pedindo licença à Assembleia para comunicar que no decurso desta sessão me foi apresentado pelo Sr. Primeiro-Ministro o ofício que passo a ler:

**Senhor Presidente da Assembleia da República:**

Dada a amplitude da competência reservada da Assembleia da República, nomeadamente no domínio dos direitos, liberdades e garantias, da definição dos crimes, penas e medidas de segurança e do regime e âmbito da função pública;

Dada também a urgência de algumas medidas legislativas já prontas ou em vias de apropriação e a circunstância de a Assembleia da República interromper os seu trabalhos até ao próximo dia 15 de Outubro;

A fim de se não se comprometer a eficácia normal da acção governativa, no decurso do período posterior à suspensão dos trabalhos da Assembleia:

O Governo pede a V. Ex.<sup>a</sup> se digne tomar a iniciativa de convocar uma sessão de trabalhos da Assembleia da República para amanhã, dia 12, pelas 15 horas, a fim de se pronunciar sobre um pedido de autorizações legislativas limitadas ao referido período, a apresentar pelo Governo, bem como sobre um anteprojecto de lei que formaliza as autorizações que vierem a ser conseguidas, o qual para facilitar a tarefa da Assembleia será igualmente apresentado.

**O Primeiro-Ministro, Mário Soares.**

Mandei já tirar 5 cópias, que serão entregues aos diversos Grupos Parlamentares, e, portanto, a nossa sessão de amanhã começará, como todos sabem, com o período de antes da ordem do dia e, no período da ordem do dia, estará incluído o problema que acabo de referir. Independentemente do outro que já é também do conhecimento dos Srs. Deputados e que é o da eleição do nosso representante à Comissão Constitucional.

Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

*Eram uma hora e trinta minutos.*

#### Rectificações ao Diário n.º 17:

Na p. 414, fim da 2.<sup>a</sup> col., penúltimo parágrafo: «Temos um plano para reabilitar o transporte ferroviário, renovando certas linhas e construindo novos troços de vias férreas. Iremos melhorar as ligações aéreas e marítimas com os Açores e a Madeira ...»

Na p. 432, fim da 1.<sup>a</sup> col., penúltimo parágrafo: «Os nossos barcos estão subocupados, como se sabe, pelo que o Governo aceita, aliás isso não é um facto novo, ...»

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### Partido Socialista (PS)

Alberto Marques Antunes.  
António Oliveira Aires Rodrigues.  
Delmiro Manuel Sousa Carreira.  
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósia.

##### Partido Popular Democrático (PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
Fernando Adriano Pinto.  
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
José Bento Gonçalves.  
Manuel Henriques Pires Fontoura.

##### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
Basilio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
Carlos Galvão de Melo.  
Francisco Manuel Lopes Vicira de Oliveira Dias.  
Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.

##### Partido Comunista Português (PCP)

Lino Carvalho de Lima.  
Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
Vítor Henrique Louro e Sá.

#### *Deputados que faltaram à sessão:*

##### Partido Socialista (PS)

Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.

##### Partido Popular Democrático (PPD)

António Augusto Lacerda de Queiroz.  
Fernando José Sequeira Roriz.  
Mário Fernando de Campos Pinto.

##### Centro Democrático Social (CDS)

António Simões da Costa.

##### Partido Comunista Português (PCP)

Ângelo Matos Mendes Veloso.  
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
José Alves Tavares Magro.  
José Manuel da Costa Carreira Marques.  
José Manuel Maia Nunes de Almeida.

**O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, Januário Pinto.**

PREÇO DESTE NÚMERO 28\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA